

FLÁVIO AUGUSTO LIRA NASCIMENTO

**FEDERAÇÃO RUSSA E OTAN:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE MOSCOU EM
RELAÇÃO À ALIANÇA OCIDENTAL**

São Paulo
2008

FLÁVIO AUGUSTO LIRA NASCIMENTO

**FEDERAÇÃO RUSSA E OTAN:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE MOSCOU EM
RELAÇÃO À ALIANÇA OCIDENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (PUC-SP/UNESP/UNICAMP) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Suzeley Kalil Mathias.

Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança Internacional (Pró-Defesa)

São Paulo
2008

**FEDERAÇÃO RUSSA E OTAN:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE MOSCOU EM RELAÇÃO À
ALIANÇA OCIDENTAL**

A apresentação da dissertação ocorreu na sede do Programa de Mestrado em Relações Internacionais (UNESP – UNICAMP – PUC/SP), Praça da Sé, 108, terceiro andar, São Paulo, no dia 25 de novembro de 2008, às 10:00 da manhã.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hector Luis Saint-Pierre

Prof. Dr. Samuel Alves Soares

Prof^a. Dr^a. Suzeley Kalil Mathias

São Paulo
2008

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – por me agraciar com uma bolsa de estudos que me permitiu completa dedicação à minha pesquisa.

Agradeço à minha mãe, Margarida Almeida Lira, ao meu pai, Flavio Antonio da Silva Nascimento, e ao meu irmão, Peri Malesso Lira Nascimento, pelo apoio e por sempre acreditarem em mim.

Agradeço à minha orientadora, professora Dr^a. Suzeley Kalil Mathias, por seus ensinamentos e sua paciência ao me guiar dissertação afora. Agradeço também ao professor Dr. Héctor Luís Saint-Pierre e ao professor Dr. Samuel Alves Soares que, mesmo sem se lembrarem, juntamente com a professora Suzeley, vêm mudando minhas visões acerca da política mundial desde a graduação. Agradeço por disporem de seu tempo e experiência para comporem minha banca de mestrado.

Agradeço à Edilene Ferreira dos Santos e à Daniela Fabiana Caetano, minhas novas irmãs mais velhas, pelos momentos compartilhados desde há muito tempo, solidificando belas amizades.

Agradeço também à Lívia Akissue de Barros, ao Anderson Deluque, à Vanessa Kitamura, à Carmen Reis, à Ana Elisa Aguilera, à Barbara Milano, ao Erick Costa e a tantos outros que fizeram da vida *messed up* um dogma de diversão.

Agradeço à Helena Margarido Moreira, à Roberta Cristina Izzo, ao André Cavaller Guzzi, à Beatriz Mendes Nascimento e aos demais amigos simplesmente *normais* que tenho.

Agradeço à Taline Libânio da Cruz e à Raquel Zanetti Gaino pelas incríveis memórias de tempos de amizade que sempre perdurarão.

Agradeço à Renata Emy Semoto, minha mais antiga amiga, que sempre me apoiou, não importasse a distância.

Agradeço a todos os membros do corpo docente, discente e de funcionários do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, que sempre impulsionaram grandes debates e idéias e me fazem ver um grande futuro para a academia internacionalista no Brasil.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista, minha *alma mater*, que fez com que eu me encontrasse na Franca do Imperador e me apaixonasse pela vida acadêmica.

Agradeço à Edith Modesto e ao Klecius Borges por me ajudarem no meu mais profundo ser e contribuírem para que eu me potencializasse, juntamente com minha família.

Agradeço às minhas meninas e aos meus meninos do Projeto Purpurina, pois me fazem ver, dia após dia, que a juventude nunca está perdida e que o amor-próprio é um dos mais importantes ingredientes no coquetel de realizações que cada indivíduo e cada grupo podem somar à nossa comunidade.

Por fim, agradeço aos meus alunos. Sem saberem, vocês me fizeram perceber as miudezas e as maravilhas da vida e me ensinaram lições que, de outra maneira, eu não teria aprendido.

RESUMO

A presente dissertação faz um estudo sobre as ações de Moscou em relação à Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – desde a concepção desta, em 1949, até o último governo de Vladimir Putin, findo em 2008. O trabalho pretende, além de identificar tais atitudes, apresentar as razões pelas quais a Rússia pode ser a favor ou contrária às ações da OTAN. Os materiais utilizados para a confecção desta dissertação compreendem livros e revistas especializados em Rússia, Eurásia, Geopolítica e Relações Internacionais, periódicos, documentos oficiais e não-oficiais e mapas, havendo, após sua coleta, uma análise histórica.

Palavras-chave: Rússia, OTAN, Moscou, Kremlin, Eurásia, Geopolítica, Segurança, Defesa, Europa Oriental, Ásia Central.

ABSTRACT

The current dissertation carries out a study on Moscow's actions concerning the North Atlantic Treaty Organization – NATO – since its inception, in 1949, until Vladimir Putin's last administration, which ended in 2008. Besides identifying such behavior, this work seeks to present the reasons why Russia can be in favor or against NATO's actions. The making of this dissertation was based on books and journals specialized in Russia, Eurasia, Geopolitics and International Relations, periodicals, official and non-official documents and maps, all of these being followed by a historical analysis.

Keywords: Russia, NATO, Moscow, Kremlin, Eurasia, Geopolitics, Security, Defense, Eastern Europe, Central Asia.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

- CBM** – *Confidence Building Measures* (Medidas de Construo de Confiança)
- CCP** – Conselho Conjunto Permanente do Pacto de Varsovia
- CEI** – Comunidade dos Estados Independentes
- CFE** (Tratado) – *Conventional Armed Forces in Europe* (Tratado das Forças Armadas Convencionais na Europa)
- CIA** – *Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência Norte-Americana)
- COMECON** - *Council for Mutual Economic Assistance/Совет эконо­мической взаимопомощи* (Conselho para Assistência Econômica Mútua)
- Cominform** – *Communist Information Bureau* (Bur de Informação Comunista)
- COR** – Conselho OTAN-Rússia
- CSCE** - Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa
- EAPC** – *Euro-Atlantic Partnership Council* (Conselho de Parceria Euro-Atlântica)
- EUA** – Estados Unidos da América
- ICBM** – *Intercontinental Ballistic Missile* (Míssil Balístico Intercontinental)
- IFOR** – *Implementation Force* (Força de Implementação)
- INF** – *Intermediate Nuclear Forces* (Forças Nucleares de Médio-Alcance)
- KFOR** – *Kosovo Force* (Força de Kosovo)
- KS** - *Komunistick strana eskoslovenska* (Partido Comunista da Tchecoslováquia)
- LCI** – Liga Comunista da Iugoslávia
- MBFR** – *Mutual and Balanced Force Reduction* (Redução Mtua e Equilibrada de Forças)
- NACC** – *North Atlantic Cooperation Council* (Conselho de Cooperação Norte-Atlntico)
- OCX** – Organização para a Cooperação de Xangai
- ONU** – Organização das Naes Unidas
- OSCE** – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
- OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PCUS** – Partido Comunista da União Soviética
- PfP** – *Partnership for Peace* (Parceria para a Paz)
- RDA** – República Democrática Alemã
- RFA** – República Federal da Alemanha

SALT – *Strategic Arms Limitation Talks* (Conversações sobre Limites de Armas Estratégicas)

SFOR – *Stabilisation Force* (Força de Estabilização)

TNP – Tratado de Não-Proliferação Nuclear

UEO – União da Europa Ocidental

UNPROFOR – *United Nations Protection Force* (Força de Proteção das Nações Unidas)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A OTAN, O PACTO DE VARSÓVIA E A UNIÃO SOVIÉTICA DURANTE A GUERRA FRIA.....	21
1.1. A CRIAÇÃO DA OTAN.....	22
1.2. A CRIAÇÃO DO PACTO DE VARSÓVIA.....	26
1.3. AS INTERVENÇÕES DO PACTO DE VARSÓVIA NOS PAÍSES-MEMBROS.....	31
1.3.1. A Revolução Húngara de 1956.....	31
1.3.2. A Primavera de Praga de 1968.....	36
1.4. A QUESTÃO BALCÂNICA.....	38
1.4.1. A Iugoslávia de Tito, a OTAN e a URSS.....	39
1.4.2. A Albânia de Hoxha como contrapeso temporário a Belgrado.....	41
1.5. A DÉTENTE.....	44
2. O FIM DA URSS E O GOVERNO GORBATCHOV.....	49
2.1. OS GOVERNOS ANDROPOV E TCHERNENKO E A CRISE DO PACTO DE VARSÓVIA.....	50
2.2. O GOVERNO DE GORBATCHOV E AS NOVAS POSSIBILIDADES DE NEGOCIAÇÃO.....	52
2.3. A CRISE NOS ESTADOS-MEMBROS DO PACTO DE VARSÓVIA.....	56
2.4. O ENFRAQUECIMENTO DA UNIÃO SOVIÉTICA E O FIM DO PACTO DE VARSÓVIA.....	60
3. O GOVERNO IÉLTSIN.....	67
3.1. BÓRIS IÉLTSIN E A TRANSIÇÃO POLÍTICO-MILITAR.....	68
3.1.1. Redução de armamentos, discurso ocidentalista e a criação da CEI.....	72
3.2. A GUERRA DA BÓSNIA E OS LAÇOS ESLAVOS.....	75
3.3. O RETORNO À <i>REALPOLITIK</i> E A PRIMEIRA GUERRA DA TCHETCHÊNIA.....	77
3.4. A “NOVA OTAN” E A CRIAÇÃO DE LAÇOS INSTITUCIONAIS COM A RÚSSIA.....	80
3.4.1. Revisão estratégica da OTAN.....	83
3.4.2. Kosovo como catalisador do desconforto entre Rússia e OTAN.....	85
4. O GOVERNO PUTIN.....	90
4.1. A ASCENSÃO DE VLADIMIR PUTIN E A OTAN EM ALERTA.....	91
4.2. O 11 DE SETEMBRO, A SEGUNDA GUERRA DA TCHETCHÊNIA E A MUDANÇA NO FOCO DO DISCURSO POLÍTICO EXTERNO MUNDIAL.....	94

4.2.1. A invasão do Iraque e a contínua unidade da Aliança Ocidental.....	96
4.3. OS SEPARATISMOS BESSARÁBICO E CAUCASIANO E A ESTRATÉGIA RUSSA DE MANUTENÇÃO DE INFLUÊNCIA.....	99
4.4. BIELO-RÚSSIA E UCRÂNIA COMO “EXTENSÃO ÉTNICA” RUSSA.....	103
4.5. A OCX E A GUINADA RUSSA EM DIREÇÃO À ÁSIA.....	107
4.6. A RETIRADA RUSSA DO TRATADO CFE.....	110
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
BIBLIOGRAFIA.....	116
ANEXOS.....	136
Anexo 1: Governantes da URSS.....	137
Anexo 2: Presidentes da Federação Russa.....	138
Anexo 3: Premiês da URSS.....	139
Anexo 4: Primeiros-ministros da Federação Russa.....	140
Anexo 5: Secretários-Gerais da OTAN.....	141
MAPAS.....	142
Mapa 1: Estados-Membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia durante a Guerra Fria.....	143
Mapa 2: Europa Central e Oriental.....	144
Mapa 3: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.....	145
Mapa 4: Federação Russa.....	146
Mapa 5: OTAN – Países-membros, Estados parceiros e Estados do Diálogo Mediterrâneo.....	147
Mapa 6: Geórgia.....	149
Mapa 7: Moldávia e Transnístria.....	150
Mapa 8: Bielo-Rússia.....	151
Mapa 9: Ucrânia.....	152
Mapa 10: Ásia Central – Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.....	153

INTRODUÇÃO

Na presente dissertação, busca-se investigar as respostas políticas e estratégicas de Moscou às ações da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – desde a sua criação até os dias de hoje, passando pela existência da União Soviética e da Federação Russa.

A atuação russa em relação à OTAN, figure ela no campo do discurso ou em demonstrações de poderio, é normalmente vista fora de contexto e percebida como uma agressividade automática de Moscou, sem se levar em conta os caminhos percorridos desde 1949, data de criação da Organização. Objetiva-se, neste trabalho, identificar as ações seguidas pelo Kremlin ao lidar com a Aliança Ocidental, estudando eventos marcantes na política externa russa desde o referido ano e buscando responder por que a Federação Russa ainda lhe é arredia.

Para a confecção do presente trabalho, optou-se, por razões cronológicas, por uma divisão em épocas consideradas chave para as relações político-militares russo-soviéticas e da OTAN devido à relevância do que cada líder russo ou soviético representou para as relações exteriores de Moscou¹. No primeiro capítulo, no qual objetiva-se avaliar as relações entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a OTAN nos governos Khrushov e Brejnev, estudou-se as ações do Pacto de Varsóvia como resposta à Aliança. Mais ostensivamente, focou-se em como o primeiro bloco diferia do último em suas relações internacionais por meio do estudo de casos específicos como a Revolução Húngara de 1956, a Primavera de Praga de 1968, a questão iugoslava e a *détente*. No segundo capítulo, com as relações entre URSS e OTAN no governo Gorbachov, busca-se mostrar que este é um período de transição no qual o Pacto de Varsóvia está extremamente enfraquecido e em processo de dissolução, o que se soma às iniciativas do líder soviético em diminuir as forças nucleares e convencionais de ambos os blocos sobre o solo europeu. No terceiro capítulo, ao trabalhar com as relações entre a OTAN e a agora Federação Russa, acompanhou-se os efeitos entre a associação entre as políticas liberais internacionais dos ocidentalistas russos (marca maior do primeiro governo Iéltsin) e a desilusão nacional decorrente da não-aceitação ocidental desses mesmos (segundo governo Iéltsin), que resultou na mudança de foco da política externa e de defesa russos, com relações delicadas com a OTAN, em especial durante as crises da dissolução iugoslava. Finalmente, no último capítulo, realizou-se um estudo sobre as relações Rússia-OTAN no governo Putin como

¹ Para uma lista completa dos líderes soviéticos e russos, checar os anexos 1 e 2.

herdeiras das políticas de Yevguêni Primakov, ministro das Relações Exteriores do segundo governo Iéltsin (1996-1999), agora com um caráter eurasiático e contraposto ao alinhamento automático com o Ocidente. Para fins de delimitação cronológica, estendeu-se o estudo até o fim do governo Putin, em maio de 2008.

No início do seu governo, já em 1986, Mikhail Gorbatchov propõe o banimento de todas as armas nucleares até o ano 2000. Esta ação contrasta com o que ocorrera no ano anterior, quando o governante declara a moratória soviética para que mísseis de médio alcance não fossem estacionados na Europa, assim como o fim dos testes nucleares. Houve, nesta época, propostas unilaterais da União Soviética em relação à segurança européia, não havendo reciprocidade equivalente advinda da OTAN em direção à contenção. Em 1986, o Pacto de Varsóvia, em um encontro em Budapeste, faz outra proposta, desta vez de reduzir as tropas de ambos os blocos militares (sua e da OTAN) em 100.000-150.000 soldados. Apesar da redução de mísseis de médio alcance operada entre Estados Unidos e União Soviética em 1987, pode-se incluir um fato que se liga às querelas russas com o Ocidente atualmente: no processo de abertura iniciado por Gorbatchov, acordou-se, em 1990, a questão da defesa alemã.

Mikhail Gorbatchov e o chanceler alemão Helmut Kohl concluem, em julho de 1990, que a Alemanha reunificada poderia se juntar à OTAN. Isto é de especial importância pela promessa advinda da OTAN de que não haveria, após este evento, expansão alguma em direção ao leste². Em 1999 e 2004, porém, duas ondas de expansão a leste foram verificadas, o que causaria ainda mais desconforto entre a Federação Russa e a Aliança Atlântica³.

Ainda em 1990, o Pacto de Varsóvia e a OTAN assinam o Tratado das Forças Convencionais na Europa (Tratado CFE, na sigla em inglês) durante o encontro da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa. O Tratado CFE estabelecia a

² “As oportunidades que Gorbatchov criou para as relações internacionais também foram perdidas (...) principalmente devido aos Estados Unidos. Em vez de abraçar a Rússia pós-soviética como um parceiro igual para pôr fim à Guerra Fria e a corrida armamentista, tanto os governos de Clinton quanto de George W. Bush se engajaram em uma política triunfalista, no estilo ‘o vencedor leva tudo’, de extrair concessões unilaterais primeiro de Iéltsin, depois de Putin. Elas incluíram a expansão a leste da OTAN (quebrando, portanto, uma promessa feita pelo primeiro presidente Bush a Gorbatchov); a retirada do Tratado de Mísseis Antibalísticos, o qual desencorajara uma nova corrida armamentista nuclear (...) e o contínuo cerceamento militar da Rússia com bases norte-americanas e da OTAN em antigos territórios soviéticos.” (Tradução minha) in COHEN, Stephen F. **Gorbachev’s Lost Legacy**, THE NATION, 24 de fevereiro de 2005.

³ Em 1999, foram aceitos na Aliança Hungria, Polônia e República Tcheca. Em 2004, Estônia, Letônia e Lituânia (os três países bálticos), Bulgária, Eslováquia, Eslovênia e Romênia. Fonte: **NATO Handbook**, Public Diplomacy Division, OTAN. Bruxelas, 2006.

limitação de equipamentos militares convencionais do Atlântico aos Urais e a destruição de armamentos excessivos.

Este fato foi importante tanto pela contenção de armamentos convencionais em solo europeu quanto pela posterior retirada, em 2007, da Federação Russa de tal tratado. Não concordando com os planos norte-americanos para a instalação de mísseis no continente, notadamente próximos à Rússia (Polônia e República Tcheca), o presidente Vladimir Putin anunciaria a moratória em abril de 2007.

Em 1991, com a dissolução do Pacto de Varsóvia, a OTAN se encontra sem um inimigo em bloco, em especial após o fim da União Soviética em dezembro. As manobras políticas que levaram Bóris Iéltsin ao cargo de presidente da Federação Russa iniciaram um novo período de relações entre o Estado russo, agora sem um bloco militar que o representasse, e a Aliança Atlântica.

Em 1994, a Federação Russa assinou a Parceria para a Paz (PfP), um projeto da OTAN que busca firmar parcerias estratégicas entre a Aliança, os ex-países soviéticos e outros países do entorno europeu. Este foi o primeiro de vários passos em direção à crescente aproximação institucional entre a Federação Russa e a OTAN, que culminou, em 1997, com a assinatura do Ato Fundador OTAN-Rússia⁴. No governo de Bóris Iéltsin, as transformações de cunho liberal são personificadas na figura de Andrei Kozyrev, ministro das Relações Exteriores apontado por Iéltsin, que encabeça os contatos entre a Federação e o mundo, com especial ênfase ao Ocidente. Esta época é a da tentativa de reconstrução de um vínculo “natural” entre a Rússia e o Ocidente, do qual, divulgava-se, o país sempre houvera sido parte, tendo a União Soviética causado um afastamento entre ambos. Percebe-se como os chamados ocidentalistas, ou seja, aqueles dentro do Kremlin que prezavam, acima de tudo, pelos laços com o Ocidente, contribuíram para o fortalecimento de relações entre a OTAN e a Federação Russa e, posteriormente, o que podemos considerar como o início do processo de maior desconforto entre ambas as partes no pós-Guerra Fria. Já pouco antes da reeleição de Iéltsin (1996), o ministro das Relações Exteriores é substituído.

Yevguêni Primakov assume o posto de ministro das Relações Exteriores em um momento interno delicado para o governo Iéltsin. Apesar de este haver sido reeleito presidente em 1996, no ano anterior as eleições parlamentares haviam dado vitória aos comunistas em detrimento dos ocidentalistas, o que demonstrava a insatisfação da

⁴ Fonte: Fact sheet: NATO-Russia Council . www.whitehouse.gov, acessado em 7 de dezembro de 2007.

população russa com os caminhos adotados pelo governo. Além disto, iniciara-se a desilusão do governo Iéltsin em relação à solidez do vínculo “natural” entre Ocidente e Rússia. A ajuda destinada à Rússia por organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a almejada paridade entre o país e o Ocidente em negociações multilaterais não eram compatíveis com as suas expectativas de participação no mundo pós-Guerra Fria.

Em 1997, em um encontro com o presidente norte-americano Bill Clinton em Helsinque, Bóris Iéltsin insiste que a OTAN não se expanda mais a leste. Um ponto interessante é a possibilidade de que, já nessa época, a Federação Russa se encontrasse desiludida com o Ocidente. Isto incluía, aparentemente, o pedido para que não houvesse a expansão da OTAN ao leste primordialmente porque Moscou entendia que os russos não seriam convidados a ingressar na Aliança, algo que outrora havia sido desejado por parte da elite política do país, em especial pelos ocidentalistas.

Os planos da OTAN para expansão são pensados cuidadosamente pelo fato de que, dentro do organismo, as ações de maior envergadura devem ser tomadas em consenso. A ajuda econômica advinda dos Estados Unidos da América, em especial (mas também de outros membros da OTAN), à reconstrução dos países que compunham a área de influência soviética, somada ao receio, muitas vezes expresso, desses Estados em relação à Rússia, faz com que esse mesmo consenso seja passível de alcance. Países como Polônia e República Tcheca (ingressantes na OTAN em 1999), por exemplo, atualmente gozando de boas relações com o Ocidente e ainda temerosos das intenções russas na Europa Oriental, tendem a se alinhar com os membros ocidentais da OTAN em matérias de defesa e segurança. Com a Rússia na OTAN, diminuiria a possibilidade de consenso, pois as suas visões em relação à segurança continental na Europa são altamente diferentes das ocidentais e a segurança interna russa seria mais um empecilho para a Organização, que teria que lidar com a sua instabilidade⁵.

A assinatura do Ato Fundador Rússia-OTAN em 1997 contrasta com a aproximação entre China e Rússia no mesmo ano, além do reforço dos laços entre Rússia e Ucrânia e Rússia e Bielo-Rússia, neste último caso tendo sido assinado um

⁵ Vitaly Zhurkin expõe que “*agora, o espectro de uma nova divisão da Europa devido à expansão da OTAN começa a transparecer rapidamente. Esta nova divisão terá uma nova fronteira, mais inclinada para o leste do que a velha fronteira da divisão da Guerra Fria; a Cortina de Ferro. Além disto, a Rússia se encontrará além desta nova fronteira debilitada econômica e politicamente. É natural que ela considere esta nova situação bastante desconfortável, e uma ameaça para sua segurança e seu interesse.*” (Tradução minha) in ZHURKIN, Vitaly. **European Union-Russia: Balkan situation**, pg. 155. Interedialect, Moscou, 2000.

Tratado de Formação de um Estado de União entre ambos. Pelo estudo feito, isto indica que a Rússia passa a deixar de lado a crença de que será incluída no Ocidente e passa a fazer jogos duplos para garantir sua posição histórica predominante na Eurásia, sem perder as ligações feitas com o Ocidente. A expansão da OTAN para o leste demonstra que a área de influência da Aliança está se transpondo para a região imediatamente a oeste da Rússia, o que faz com que, cada vez mais, a posição eurasiática seja priorizada em Moscou, e não mais a ocidentalista. Soma-se a esses fatores o novo conceito de segurança russo, adotado em 1997, priorizando a ex-área soviética.

Em 1998, Primakov assume o posto de primeiro-ministro, com Igor Ivanov substituindo-o como ministro das Relações Exteriores. Apesar de, nesse mesmo ano, a Rússia entrar oficialmente no G8 (Grupo dos Sete Países Mais Ricos do Mundo mais a Rússia), Primakov insiste na multipolarização das relações russas e, desta vez, em um contrapeso ao ocidente. Para tal, inicia-se uma era de ênfase nas relações entre Rússia e Europa Oriental e Ásia Ocidental e Central. O desconforto agudiza-se quando, em 1999, iniciam-se os ataques da OTAN à Sérvia, ao que Primakov congela encontros e reuniões com os EUA e o FMI. Estudou-se o impacto desta guerra para as relações entre a Rússia e a OTAN, pois a Sérvia tinha laços históricos com a Rússia. Com a queda da União Soviética e seu estado laico, a ortodoxia cristã passou a ser um forte vínculo de união entre ambos os povos, reforçado pela opinião pública russa; o ataque da Aliança às forças de Slobodan Milošević era visto como mais uma ofensiva contra a segurança russa, já que um aliado seu a leste era vítima de bombardeios.

A OTAN tenta minorar esta situação ao chamar a Rússia para fazer parte da força multilateral de *peace-keeping* em Kosovo em 1999. Já com Serguei Stepáshin como primeiro-ministro, a Rússia inicia sua participação na força multilateral. Em agosto, Vladimir Putin substitui Stepáshin como primeiro-ministro e, em dezembro do mesmo ano, com a renúncia de Iéltsin, ele se torna presidente em exercício da Rússia.

Após assumir a presidência, Vladimir Putin busca rapidamente reafirmar seus laços com o Ocidente, em especial com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, continua com a escolha de vários parceiros, em especial na Ásia (Índia, Irã, China), como balanço às tendências puramente ocidentalistas.

Em 2001, o Conselho de Segurança Nacional (órgão do governo russo), anuncia um caminho pragmático em suas relações bilaterais, com ênfase especial à região de ex-domínio soviético. Após os ataques de 11 de setembro de 2001 contra os EUA, o presidente russo demonstra seu apoio aos Estados Unidos. Aqui, um ponto de

convergência é o terrorismo. Presente na tradição política russa desde o Império, ele se reacendeu com a dissolução da União Soviética e a diminuição da força do Estado nas regiões mais afastadas da Federação, em especial no Cáucaso. Na Tchetchênia, desde 1999, a situação de instabilidade levou as forças armadas russas a se engajarem em um segundo conflito com os separatistas locais, o que inicialmente aumentou a popularidade de Putin⁶.

Este é um fator, já mencionado anteriormente, que demonstra a fragilidade da candidatura russa à OTAN (ponto hoje tão distante do horizonte político russo que não mais engendra importantes discussões dentro do Kremlin). Um ponto relevante seria que, como membro, o país poderia pedir a intervenção da Aliança neste e em outros conflitos, situações nas quais as ações russas são largamente criticadas primariamente por membros da União Européia, muitos dos quais também membros da OTAN.

Em 2002, houve um encontro do Conselho Permanente Rússia-OTAN em Reykjavík, na Islândia, e desde então a cooperação entre ambas as partes tem se concentrado na área de tecnologia e cooperação militar, além de ligações civis entre ambos os países. Esta incipiente colaboração, contudo, não mascara os desentendimentos entre ambas as partes.

Em 2004, a segunda onda de adesão em massa de novos membros à OTAN pôs, mais uma vez, a Rússia na defensiva. O país agora percebia que não só não seria convidado a ingressar na organização como se sentia ameaçado pela adesão de membros que outrora faziam parte de seu domínio direto. Outros países de seu entorno, como Ucrânia, Montenegro e Croácia, já haviam demonstraram o desejo de fazer parte da organização, o que deixaria a Rússia “cercada” pela Aliança. Em 2006, a decisão de instalar um sistema de defesa antimísseis na Polônia e na República Tcheca causou mais desconforto. As negociações ocorreram bilateralmente entre Estados Unidos e Polônia e Estados Unidos e República Tcheca. O argumento norte-americano era de que o escudo antimísseis estaria voltado contra prováveis mísseis balísticos intercontinentais do Irã e da Coreia do Norte. Contudo, líderes europeus, como o ministro das Relações Exteriores alemão Frank-Walter Steinmeier, apontaram que mudanças estratégicas concernentes a armamentos na Europa deveriam ser discutidas no seio da OTAN.

⁶ Desenvolvendo seu artigo sobre a Guerra na Tchetchênia, Stephen Blank argumenta que a opinião pública russa via na guerra nos Bálcãs em 1999 uma tentativa de circundar a Rússia. “*Um elemento central da percepção de ameaça russa de 1998-99 é que a OTAN planeja o alargamento e operações fora de área nos Bálcãs, na região do Báltico e no Cáucaso, áreas que os generais e o governo evidentemente consideram como áreas igualmente vitais para o interesse nacional russo.*” (Tradução minha) in **Russia’s Ulster: the Chechen War and its consequences**. DEMOKRATIZATSIYA, 2001.

Em 2007, a Rússia se retirou do Tratado CFE, alegando as expansões da Aliança Atlântica em 1999 e 2004 como fatores que aumentavam a capacidade da OTAN além do permitido pelo documento. Outro ponto de discussão foi o status dos países Bálticos, agora membros da OTAN, mas que não ratificaram o Tratado CFE. Isto permitiria a instalação de armamentos proibidos pelo tratado no solo da Letônia, da Estônia ou da Lituânia, marcadamente fronteiriços com a Rússia.

Os métodos de pesquisa para a confecção desta dissertação envolveram a leitura de livros que se focam nas tradições político-militares da Federação Russa, em especial europeus e norte-americanos (ainda há extrema escassez de obras nacionais sobre as políticas de Moscou e seu comportamento geopolítico). Utilizou-se extensamente artigos de periódicos de relações internacionais, ciência política, história e geografia, além de consultas frequentes a órgãos midiáticos oficiais e não-oficiais da Rússia e da OTAN, em especial na internet. Por último, foi muito importante a consulta a diversos documentos do Pacto de Varsóvia, da OTAN e de seus países-membros e o ânimo dado à pesquisa quando se comparou notas oficiais, notícias e análises científicas.

Nota sobre as transliterações

O alfabeto cirílico utilizado na Rússia é composto por 33 letras, muitas das quais possuem sons que, em línguas latinas ou germânicas, devem ser representados por mais de uma letra. A língua portuguesa falada no Brasil possui alguns desses sons, enquanto outros devem ser adaptados.

A importância da transliteração correta deve-se ao fato de que muitas obras traduzidas para o português brasileiro não utilizam correlações que facilitarão a pronúncia correta dos nomes russos, ou ao menos a mais aproximada. Um caso famoso é o nome de Nikita Khrushov - Никита Хрущёв - muitas vezes transliterado como *Nikita Khrushev* (com a pronúncia se mantendo *Khrushov*) sem que se dêem maiores explicações. Ao mesmo tempo, ao se transliterar *Leonid Brejnev*, a pronúncia mantém-se como se escreve, o que causa muita confusão em livros e artigos brasileiros – com uma mesma terminação que *Khrushev*, é de se estranhar que *Brejnev* tenha outra pronúncia. Neste caso, confundiu-se a letra cirílica *Ё* com a letra *E*, que são graficamente parecidas, mas possuem sons distintos.

Grosso modo, dificilmente as transliterações se manterão fiéis à fonética original, muitas vezes devido às diferentes entonações e sotaques do português

brasileiro. A maioria delas conterà desníveis, mas tentou-se, nesta dissertação, aproximá-las o mais possível do original russo. Em casos nos quais a transliteração fidedigna ultrapassa as possibilidades gráficas do português, utilizou-se a grafia convencional que existe em adaptações luso-brasileiras ou estrangeiras “mais corretas”. Mais uma vez, “Khrushov” pode ser utilizado como exemplo, pois a correta pronúncia de *Хрущев* seria algo parecido com *RR-ruCHTCH-yOv*, já que a letra cirílica *X* equivale ao *RR* do português padrão do Brasil, assim como *Ц* equivale à junção dos sons *CH* e *TCH* do português, um após o outro (*CH-TCH*). Tal transliteração seria grafemicamente problemática, ao que se optou manter o *X* como *KH* (sempre que estas duas letras forem empregadas em transliterações russas, entenda-se que correspondem à letra cirílica *X*, tanto nesta dissertação como em outros trabalhos). Em relação à letra *Ц*, manteve-se a simplificação do *SH* ocidental (em vez do *CH* português, para não haver confusão com a consoante africada pós-alveolar surda: **ʃ**), som com o qual essa letra é falada em algumas regiões da Rússia.

Seguem os valores do Alfabeto Fonético Internacional (AFI) para os caracteres cirílicos utilizados na Rússia⁷:

Caracteres	Valores do AFI
А	a
Б	b
В	v
Г	g
Д	d
Е	je
Ё	jo
Ж	ʒ
З	z
И	i
Й	j
К	k
Л	l
М	m
Н	n
О	o
П	p
Р	r
С	s
Т	t

⁷ Com a ajuda de **The Oxford New Russian Dictionary**, Berkley Books, Nova York, 2007.

У	u
Ф	f
Х	h
Ц	ts̄
Ч	tʃ̄
Ш	ʃ
Щ	ʃʃ
Ъ	-
Ы	[ɨ]
Ь	oʲ
Э	e
Ю	ju
Я	ja

1. A OTAN, O PACTO DE VARSÓVIA E A UNIÃO SOVIÉTICA DURANTE A GUERRA FRIA

1.1. A CRIAÇÃO DA OTAN

Após a Segunda Guerra Mundial, delineou-se o panorama mundial que perduraria, com poucas mudanças, até o fim da Guerra Fria. Áreas de influência foram delimitadas e o conflito leste-oeste, protagonizado por Estados Unidos e União Soviética, matizou-se de um sensível respeito pelo acordo tácito de não-engajamento direto em conflitos entre as duas potências. Tendo a Eurásia como palco para as demonstrações do poder real, a “Cortina de Ferro” foi uma fronteira de delimitação entre duas ideologias que tendiam a interpretar o mundo sob duas visões muito diversas, a socialista real e a capitalista. Depois dos anos 1950, este conflito se estendeu ao processo de descolonização da África e da Ásia, perdurando até os anos 1980⁸.

O fim da ameaça comum representada pelo nazismo e a divisão da Alemanha entre os aliados vencedores foram marcos iniciais de uma série de ações adotadas pelos EUA e URSS para a consolidação de seu poderio na Europa e na Ásia. As medidas econômicas para a reconstrução europeia, tais como o Plano Marshall, consolidaram não apenas as bases para a recuperação e o desenvolvimento europeus no pós-guerra, como também firmaram a dependência e a ligação da Europa Ocidental com o outro lado do Atlântico. As resoluções de Yalta (fevereiro de 1945) e Potsdam (agosto de 1945) trouxeram conseqüências que até hoje definem a segurança internacional. O presidente norte-americano Harry Truman, principiando uma doutrina que levaria o seu nome, detectava na União Soviética um desejo expansionista que necessitava ser contido⁹. O alijamento norte-americano era contrastante com a cercania soviética em relação à Europa, razão pela qual foi necessária a criação de laços que unissem ambas as margens do oceano de maneira cooperativa e duradoura, para que os espólios da vitória convergissem em direção a uma política de segurança comum e predomínio da área de influência. A contenção de um suposto avanço soviético era alicerçada por pilares

⁸ As Revoluções de 1989 na Europa Oriental foram o epílogo desse processo, e Antohi e Tismaneanu demonstram como a euforia na região mascarou, por um tempo, os inevitáveis problemas que se seguiriam para a transição à esfera do mercado mundial. Sobre a Polônia: “*O governo de Tadeusz Mazowiecki foi formado, o primeiro governo não-comunista no bloco soviético. Este governo completou a tarefa histórica de descomunizar a Polônia. Dez anos após, nós olhamos para trás, vendo aquele governo e as pessoas que o apoiaram com gratidão. Era um governo de esperança. No meio de um colapso econômico desesperador, um governo de consenso e unidade foi formado após anos de conflito interno que estava dividindo o Estado*”. ANTOHI S. e TISMANEANU, V., **Independence Reborn and the Demons of the Velvet Revolution in Between Past and Future: The Revolution of 1989 and their Aftermath**, Central European University Press, 2000.

⁹ TRUMAN, Harry. **The Truman Doctrine – from Public Papers of the Presidents of the United States**, pgs. 75 a 76 in TUATHAIL, Gearóid, DALBY, Simon e ROUTLEDGE, Paul. **The Geopolitics Reader**. Routledge, 2006.

econômicos, políticos e militares. O anúncio de verbas por parte dos Estados Unidos a potenciais parceiros ocidentalistas, em 1947, como Grécia e Turquia, sinalizou o início de uma política de auxílio entre norte-americanos e europeus ocidentais.

O Tratado de Bruxelas, assinado em 17 de março de 1948, firmou uma aliança militar que nortearia a política de defesa europeia nos anos que se seguiram. Seus signatários (Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo, França e Reino Unido) necessitavam incluir os norte-americanos em tal projeto de parceria defensiva e as conversações que se seguiram levaram à adesão de Estados Unidos, Islândia, Itália, Dinamarca, Noruega, Portugal e Canadá. Assim, sob o Tratado de Washington, estabelecido em 4 de abril de 1949, criou-se o Tratado do Atlântico Norte¹⁰.

O novo tratado (assim como o de Bruxelas, que o antecederam) demonstra o compromisso formal em posicionar as partes contratantes e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sob o escopo jurídico da Organização das Nações Unidas (ONU). Seu preâmbulo alega a crença nos princípios da Carta das Nações Unidas (assinada em São Francisco em 1945), reforçando a visão de uma Organização pró-ocidental, embora não formalmente anti-soviética, já que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas havia sido uma das signatárias da Carta de São Francisco¹¹.

O primeiro artigo do Tratado afirma o comprometimento da OTAN em seguir os preceitos da Carta da ONU quando da resolução de controvérsias, evitando, sempre que possível, o uso da força¹². Contudo, as partes contratantes não deveriam deixar de investir em seus próprios mecanismos de defesa e a cooperação científico-militar faria parte de tal desenvolvimento. Como uma Organização que tem em sua retórica a valorização das liberdades individuais e coletivas, as trocas institucionais são previstas nos primeiros artigos, assim como a cooperação econômica.

¹⁰ Cf. **NATO Handbook**, Public Diplomacy Division, OTAN. Bruxelas, 2006.

¹¹ “Os Estados-partes no presente Tratado, Reafirmando a sua fé nos intuítos e princípios da Carta das Nações Unidas e o desejo de viver em paz com todos os povos e com todos os Governos, Decididos a salvaguardar a liberdade dos seus povos, a sua herança comum e a sua civilização, fundadas nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito/ Desejosos de favorecer a estabilidade e o bem-estar na área do Atlântico Norte/ Resolvidos a congregar seus esforços para a defesa coletiva e para a preservação da paz e da segurança/ Acordam no presente Tratado do Atlântico Norte.” **Preâmbulo do Tratado de Washington**, 4 de abril de 1949.

¹² “As Partes comprometem-se, de acordo com o estabelecido na Carta das Nações Unidas, a regular por meios pacíficos todas as divergências internacionais em que possam encontrar-se envolvidas, por forma que não façam perigar a paz e a segurança internacionais, assim como a justiça, e a não recorrer, nas relações internacionais, a ameaças ou ao emprego da força de qualquer forma incompatível com os fins das Nações Unidas.” **Artigo 1º do Tratado de Washington**, 1949.

Este é um ponto importante para a definição dos membros da Aliança. Ao prezar os Estados contratantes que, pela sua definição, deveriam ser “livres” e “democráticos”, indiretamente se exclui os países pertencentes à esfera socialista. União Soviética e os demais Estados socialistas da Europa Oriental, com sua planificação econômica, divisão do trabalho e governo altamente centralizado, além da falta de abertura institucional, seriam, conseqüentemente, inelegíveis como membros¹³.

O quinto artigo do Tratado é o que lhe é mais emblemático, pois é o exemplo maior da formação de uma aliança militar¹⁴. Nele, explicita-se que um ataque a qualquer membro da OTAN será considerado um ataque a todos os membros da mesma. As armas nucleares apresentavam um risco e a existência ou não de fronteiras compartilhadas não garantia proximidade ou distância do inimigo. Em agosto de 1949, a União Soviética testou sua primeira bomba nuclear, a RDS-1, em Semipalatinsk, no Cazaquistão. Com o Tratado do Atlântico Norte tendo sido assinado poucos meses antes, o desconforto entre Ocidente e União Soviética aumentou. Como as forças convencionais terrestres soviéticas e de seus aliados, no início, eram numericamente maiores do que as dos aliados atlânticos, a arma nuclear era considerada pela Aliança como um meio efetivo para contra-arrestar um ataque vindo do leste¹⁵.

¹³ É importante apontar a falácia dessa exposta “preferência” democrática por parte dos membros da OTAN. Portugal, um dos membros-fundadores da Organização, encontrava-se sob a ditadura de Antônio Salazar desde 1932, fazendo com que este Estado fosse a única nação não-democrática a fundá-la. Apesar de ser uma ditadura, o país era um dos portos seguros anticomunistas na Europa Ocidental, porquanto dominado por um governo de extrema direita. “*O regime salazarista sobrevivera à Segunda Guerra Mundial (permaneceu neutro na guerra) e recebera apoio internacional, como uma espécie de bastião anticomunista tanto na Península Ibérica como nas suas extensões coloniais. [...] Portugal beneficiava-se da OTAN, recebendo da Aliança Atlântica armamentos modernos que, a princípio, deveriam ser utilizados na defesa do território português.*” in SILVA, André Luiz Reis da. **África contemporânea: os novos desafios da segurança, desenvolvimento e autonomia (1960-2005)**, pg. 7. Disponível em <http://www1.fapa.com.br/monographia/artigos/Iedicao/artigo1.pdf>. Acessado em 3 de janeiro de 2008.

¹⁴ “*As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou às Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas mais providências tomadas em conseqüência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.*” Artigo 5º do **Tratado de Washington**, 4 de abril de 1949.

¹⁵ “[D]esde o início subsiste uma forte superioridade quantitativa das Forças de Terra do Pacto de Varsóvia, cujas divisões de tanques são consideradas capazes [...] de alcançar em poucas semanas, sem possibilidades de resistência efetiva, o coração da Europa. [...] [A] conseqüência mais importante do desequilíbrio das forças convencionais é que a OTAN confia na ameaça de utilizar armas atômicas como meio de prevenir e desalentar um ataque soviético.” (Tradução minha) in JANNUZZI, Giovanni. **La**

A Alemanha representou uma questão importante para as ações de Moscou após a criação da OTAN. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e sua conseqüente divisão durante a Conferência de Potsdam entre os aliados vencedores do conflito, seguiu-se um período de união entre França, Reino Unido e Estados Unidos para a administração do oeste do país. Como a situação do pós-guerra era desalentadora, estendeu-se o Programa de Recuperação Européia – ou Plano Marshall – à República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) em 1948, o que levou a União Soviética a se retirar do governo conjunto para a Alemanha, iniciando seu apoio apenas à porção oriental que lhe fora conferida¹⁶. A recusa soviética em fazer parte da reforma monetária que introduziu o marco alemão em 1948 pode ser vista como a separação simbólica entre Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental.

O Bloqueio de Berlim, durante o qual a União Soviética barrou o acesso à cidade pelo seu território de jurisdição (que circundava a cidade, dividida entre URSS e aliados ocidentais), foi um dos fatores que desencadearam a formação da OTAN. Iniciado em 24 de junho de 1948 e findo 11 meses depois, em maio de 1949, o episódio foi uma demonstração das diferenças político-administrativas entre os aliados ocidentais e a União Soviética quanto à reconstrução da Alemanha no pós-guerra. Este país sempre teve um peso determinante na política européia e, durante a Guerra Fria, nos planos de segurança e defesa do continente¹⁷. Situada no coração da Europa e vista pelas maiores potências do continente como possuidora de grande potencial militar e expansionista, sua divisão foi um dos símbolos maiores do conflito leste-oeste. A percepção, ainda, de que as forças convencionais soviéticas, em especial no imediato pós-guerra, eram mais organizadas e mais poderosas do que a dos aliados ocidentais impulsionou a criação do bloco atlântico, já que essas mesmas forças se encontravam estacionadas em território alemão.

Em 1955, seis anos após a criação da OTAN, a Alemanha Ocidental entrou no bloco¹⁸. Moscou esperava que, como nação dividida, a Alemanha fosse permanecer

Gran Alianza: Orígenes, Transformaciones y Futuro de la OTAN, pgs. 51/52. Bononiae Libris, Buenos Aires, 2005.

¹⁶ DE LONG, J. Bradford., EICHENGREEN, Barry. **The Marshall Plan: History's Most Successful Structural Adjustment Program** in DORNBUSCH, Rudiger, NÖLLING, Wilhelm e LAYARD, Richard. **Postwar Economic Reconstruction and Lessons for the East Today**, pg. 191. MIT Press, Cambridge, 1993.

¹⁷ McKENZIE, Mary M., LOEDEL, Peter H. (eds.) **The Promise and Reality of European Security Cooperation: States, Interests and Institutions**, pg. 10. Praeger Publishers, 1998.

¹⁸ *“As Partes do Tratado do Atlântico Norte assinado em Washington em 4 de abril de 1949 / Estando satisfeitas que a segurança da Área do Atlântico Norte será melhorada pelo acesso da República Federal da Alemanha ao Tratado e / Tendo notado que a República Federal da Alemanha aceitou, por uma*

neutra, como a Áustria se tornaria logo depois. Sob Konrad Adenauer, a República Federal da Alemanha seria o membro que, ao entrar no bloco, impulsionaria a formação do Pacto de Varsóvia.

1.2. A CRIAÇÃO DO PACTO DE VARSÓVIA

Em maio de 1955, seis anos após a criação da OTAN, a República Federal da Alemanha (RFA) entrou na Aliança Atlântica. Este evento foi um ponto decisivo para a polarização do conflito leste-oeste na Europa, pois, no mesmo mês, a União Soviética apóia a celebração do Tratado de Varsóvia para Amizade, Cooperação e Assistência Mútua (comumente conhecido como Pacto de Varsóvia), segundo a própria União Soviética, nascido como resultado da entrada da RFA no bloco atlântico. Tal “apoio”, contudo, foi mesmo uma imposição, visto que parte dos membros mais importantes dos governos signatários eram controlados por militares russos¹⁹.

O Pacto de Varsóvia teve como signatários: Albânia, República Democrática da Alemanha (RDA), República Popular da Bulgária, República Popular da Hungria, República Popular da Polônia, República Popular da Romênia, Tchecoslováquia e União Soviética²⁰. As diferenças entre ambas as ocasiões, a da formação da OTAN, em 1949, e a do Pacto, em 1955, são relevantes. No primeiro caso, o da OTAN, observa-se o anseio individual de cada Estado em pertencer ao bloco ocidental. Tal “desejo”

declaração datada de 3 de outubro de 1954, as obrigações descritas no Artigo 2 da Carta das Nações Unidas e assegurou que o seu acesso ao Tratado do Atlântico Norte se abstenha de qualquer ação inconsistente com o caráter estritamente defensivo do Tratado [...] Desde então, a República Federal da Alemanha deverá se tornar Parte do Tratado no dia em que ela depositar seus instrumentos de acesso com o Governo dos Estados Unidos da América de acordo com o Artigo 10 do Tratado.” (Tradução minha) in **Protocol to the North Atlantic Treaty on the Accession of the Federal Republic of Germany**. Paris, 23 de outubro de 1954. Disponível em <http://www.nato.int/docu/basicxt/b541023v.htm>. O Conselho Norte-Atlântico, em sessão ministerial em maio de 1955, aceita a República Federal da Alemanha como “*um Estado democrático e soberano na Comunidade Norte-Atlântica.*” in **Final Communiqué**, Sessão Ministerial em Paris em 9, 10 e 11 de maio de 1955, OTAN.

¹⁹ A imiscuição de oficiais soviéticos nas estruturas político-militares dos Estados-satélites da Europa Oriental era patente. Eles não só faziam parte do corpo oficial de conselheiros, como seu papel se estendia ao de controle das mesmas. “*Seguindo o precedente estabelecido durante a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética nomeou oficiais soviéticos para servir em todos os níveis das estruturas de comando nacionais leste-européias, dos Estados-Maiores até os níveis regimentais, como seu meio principal de controle militar. Embora oficialmente chamados de conselheiros, estes oficiais do Exército Soviético geralmente tomavam as decisões mais importantes dentro dos exércitos leste-europeus.*” (Tradução minha) in CURTIS, Glenn E. **Czechoslovakia, a country study**. Disponível em http://www.shsu.edu/~his_ncp/WarPact.html, acessado em 5 de janeiro de 2008.

²⁰ Para uma detalhada linha do tempo acerca do Pacto de Varsóvia, além das relações EUA-URSS durante a Guerra Fria, ver BALMER, Christian, BIERI, Oliver, BLUM, Urs. **Der Kalte Krieg - Maturaarbeit**. Disponível em <http://www.kssursee.ch/schuelerweb/kalter-krieg/start.htm>. Acessado em 16 de janeiro de 2008.

advinha das circunstâncias de periculosidade aos regimes pró-ocidentais estabelecidos na qual se encontrava a Europa Ocidental no pós-guerra (especialmente da possibilidade de disseminação da ideologia comunista). Logo, a evolução do restrito Tratado de Bruxelas para o mais abrangente Tratado de Washington pode ser vista como um desencadeamento que parte do apoio financeiro norte-americano para a reconstrução europeia (Plano Marshall) para o alinhamento entre os beneficiários (europeus ocidentais) e Estados Unidos e Canadá²¹. Para a classe política e a opinião pública desses países, foi relevante o sentimento de autodeterminação na “escolha” de seu aliado, ainda que dominante, como o foram os Estados Unidos²².

O governo de Nikita Serguêievitch Khrushov (1953-1964) se caracterizou pela reestruturação da política interna e das relações internacionais soviéticas. A diminuição da violência política e policial interna, características do governo de Ióssif Stálin²³, refletiu-se na busca por novos laços entre Moscou e os países da Europa do Leste, cujas ações de líderes caminharam juntas com as do falecido líder soviético. O repúdio às ações de Stálin era a melhor maneira de se firmar perante o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e o mundo. O retorno às “raízes” leninistas preconizado por Khrushov era importante no discurso nacional soviético, mas não tinha o mesmo efeito nos Estados-satélites da URSS como tinha em Moscou. Em 1954, Khrushov convida os países ocidentais e da Europa do Leste e Central a fazerem parte de um sistema multinacional para a segurança da Europa, encontro que é boicotado pelos membros da OTAN²⁴.

²¹ Cf. mapa 1.

²² A ajuda à Europa, além de econômica, também passava por reforços dos laços sócio-culturais entre Estados Unidos e Europa Ocidental. Em casos onde esses laços não haviam sido afetados pela guerra, enfatizou-se a identidade comum entre os países-membros, desde os “princípios democráticos” até a “comunidade ocidental”. O Canadá, por exemplo, apresentou uma questão emblemática, pois sua opinião pública era relevante e a classe política do país tentou aumentar os laços “naturais” entre ela e os Estados Unidos pelo sentimento de ambos serem norte-americanos. Para maiores informações, ver HAGLUND, David G. (ed.). **What NATO for Canada?** Centre for International Relations, Queen’s University, Kingston, 2000.

²³ Para além da visão de “loucura” de Stálin como justificativa de suas ações, a situação interna favorável ou desfavorável ao seu governo era um fator-chave para a intensidade das supressões internas. Para uma interpretação do modelo stalinista de repressão e eliminação interna, cf. GREGORY, Paul R., SCHRÖDER, Philipp J. H., SONIN, Konstantin. **Dictators, Repression and the Median Citizen: An “Eliminations Model” of Stalin’s Terror (Data from the NKVD Archives)**. Novembro de 2006. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=948667#PaperDownload. Acessado em 18 de janeiro de 2008.

²⁴ “29 de novembro [1954]. *Os soviéticos celebram um encontro em Moscou para discutir o estabelecimento de um sistema de segurança para toda a Europa. Os governos ocidentais se recusam a comparecer, deixando oito países comunistas que acabariam por formar a Organização do Pacto de Varsóvia.*” (Tradução minha) in BYRNE, Malcolm e MASTNY, Wojtech. **A Cardboard Castle?: an inside history of the Warsaw Pact, 1955 – 1991**, pg. xxv. CEU Press. Zurique, 2005.

O Pacto de Varsóvia, contudo, desde o início carecia de autodeterminação verdadeira entre seus membros. Como já mencionado, a existência de oficiais soviéticos em posições-chave nos exércitos leste-europeus quando da assinatura do Tratado exemplifica a aspiração da União Soviética de controlar as forças nacionais de seus Estados-satélites, além de compromissá-los com um bloco militar antagônico à OTAN, diminuindo as possibilidades de cooperação entre esses mesmos Estados e a Europa Ocidental e a América do Norte. Outro fator de clara diferenciação entre ambos os blocos se observa nas intervenções do Pacto na Hungria, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental, como apresentado mais adiante.

É importante notar que, à época, havia o desejo soviético de que a desunião entre as potências do Ocidente levasse ambas as Alemanhas a permanecerem neutras, o que não se comprovou. A União Soviética sempre prestou atenção à situação na Europa Central. Se a Europa Oriental era sua área direta de influência, como havia sido desde os tempos do Império Russo, a Europa Central era o “corredor” que ligava os seus domínios do leste à Europa Ocidental, merecendo, portanto, especial atenção²⁵. Após a Segunda Guerra Mundial e, especialmente, após a recuperação econômica do oeste europeu e a entrada de suas maiores potências para a OTAN, diminuiu a possibilidade de toda a Europa Central cair sob controle soviético direto e a Alemanha era a representante mais latente dessa divisão. A importância dada para a região era tamanha que, em 1955, o Tratado de Estado Austríaco estabeleceu que, de então em diante, a Áustria sempre seria neutra, após uma adição do próprio parlamento austríaco ao texto original que definiu tais termos²⁶. Como resultado, o país nunca fez parte da OTAN.

As assimetrias entre ambos os blocos, OTAN e Pacto de Varsóvia, e entre ambas as superpotências que os protagonizavam, Estados Unidos e União Soviética, eram grandes. Variavam a coesão dentro dos blocos, seu respeito às decisões de seus membros e as ações diplomáticas para demonstrar a existência de um equilíbrio de forças dentro da Europa. Já em 18 de julho de 1955, dois meses após a criação do Pacto de Varsóvia, Nikita Khrushov, primeiro-secretário do Partido Comunista da União Soviética, propõe o fim de ambos os blocos e a formação de um Tratado de Segurança continental. A idéia para tal tratado corria contra a polarização do conflito leste-oeste,

²⁵ Cf. TRENIN, Dmitri. **The End of Eurasia: Russia on the Border Between Geopolitics and Globalization**, pg. 36-56. Carnegie Endowment for International Peace, 2002.

²⁶ **Staatsvertrag betreffend die Wiederherstellung eines unabhängigen und demokratischen Österreich** [Tratado para o Restabelecimento de uma Áustria Independente e Democrática]. Disponível em <http://www.verfassungen.de/at/staatsvertrag55.htm>. Acessado em 21 de janeiro de 2008.

pois se desejava celebrar um fórum de segurança coletivo que incluísse toda a Europa, embora não aceitando os Estados Unidos como parte²⁷.

No ano anterior à assinatura do Tratado de Varsóvia, a OTAN apresentou estimativas sobre o número de forças soviéticas em solo europeu:

A URSS, a Alemanha Oriental e os satélites leste-europeus possuem hoje um contingente de mais de seis milhões de homens nas forças. Aproximadamente 4 ½ milhões desses estão nas forças terrestres. Um alto estado de prontidão é mantido por um rigoroso programa de treinamento.

A URSS possui uma ponta-de-lança pronta para um rápido avanço dentro da Europa Ocidental. Ele é composto de 22 divisões soviéticas na Alemanha Oriental. O esqueleto delas são divisões armadas com um arsenal quase completo de tanques e obuses. Atrás dessa ponta-de-lança há um adicional de 60 divisões soviéticas localizadas em países-satélites leste-europeus e na URSS Ocidental²⁸.

Contudo, tais mobilizações, constantes fontes de preocupação para a OTAN, não levaram os países integrantes da mesma a considerarem as propostas da União Soviética de que ambos os blocos fossem desfeitos e que um novo acerto para a segurança e defesa europeia fosse acordado.

Khrushov lutava contra a imagem negativa interna e externa acerca da liderança soviética após o governo de Ióssif Stálin (1927-1953), prezando pelo intercâmbio econômico como uma das formas de melhorar o padrão de vida soviético. A redução de gastos com armamentos e defesa que adviria da formação de um só bloco de defesa continental permitiria maiores investimentos no crescimento econômico e na diversificação de bens, mas o resultado da Cúpula de Genebra de 1955, durante a qual foram propostas tais iniciativas, não foi promissor²⁹.

²⁷ Alguns dissidentes políticos norte-americanos chegaram a apoiar essa idéia, mas, em geral, a classe política norte-americana não considerava aceitável a reversão da OTAN. McCORMICK, Thomas J. **America's Half-Century: United States Foreign Policy in the Cold War**, pgs. 132 a 135. JHU Press, 1995.

²⁸ (Tradução minha) in ISMAY, Hastings Lionel (Lorde Ismay). **NATO: The first five years – 1949-1954**. Disponível em <http://www.nato.int/archives/1st5years/annexes/b5.htm> . Acessado em 16 de janeiro de 2008.

²⁹ As propostas foram mais importantes pela discussão que geraram e pela catarse daí originada do que por resultados concretos. “A proposta soviética maior era pela debandada mútua da OTAN e do Pacto de Varsóvia, a retirada das forças não-européias (ou seja, americanas) do continente e a conclusão de um

A redução do caráter belicista da política externa soviética em relação à OTAN continuou com as iniciativas de Khrushov para a diminuição das tensões entre os dois blocos antagônicos. Em maio de 1958, o primeiro-ministro soviético apresenta o rascunho de um Tratado de Não-Agressão entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia. Se em 1954 fora apresentada a proposta de um sistema integrado de defesa europeia, que não contou com o apoio dos ocidentais, as exigências soviéticas reduziram-se quatro anos depois. Como a Aliança Atlântica continuava a promover a cooperação entre os seus membros, uma forma de minimizar o antagonismo era o pretensível diálogo com os países componentes da OTAN:

Notando que o uso ou ameaça de força nas relações internacionais é proibido pelo direito internacional e, em particular, pela Carta das Nações Unidas, os Estados-partes do Tratado de Varsóvia e os Estados-partes do Pacto Norte-Atlântico solenemente se responsabilizam por observar estritamente esta proibição e não recorrer ao uso de ameaça de força uns contra os outros conjunta ou separadamente³⁰.

Contudo, mesmo a aparente abertura para o diálogo entre os dois blocos não retirou o principal caráter comumente relacionado ao Pacto de Varsóvia: o intervencionismo³¹. Dois episódios foram marcantes para a consolidação desta pecha: a intervenção na Hungria, em 1956, e a na Tchecoslováquia, em 1968.

tratado de segurança europeu. Nem esta nem a iniciativa ocidental maior – a proposta do presidente Eisenhower de abrir as instalações de defesa de cada lado para vigilância aérea pelo outro ('open skies') – produziu qualquer acordo. Mas a conferência realmente trouxe uma sensível redução na tensão internacional (o 'espírito de Genebra'), fomentando a idéia de que os líderes soviéticos [...] eram homens responsáveis, com os quais era possível negociar." (Tradução minha) in DONALDSON, Robert H. e NOGEE Joseph L. **The Foreign Policy of Russia: changing systems, enduring interests**, pg. 82. M.E. Sharpe, 2005.

³⁰ (Tradução minha) Artigo I do Esboço de um Tratado de Não-Agressão entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, 24 de maio de 1958 in JAIN, Jagdish P. **Documentary Study of the Warsaw Pact**. Reproduzido em MASTNY e BYRNE, pgs. 95/96, *op. cit.*

³¹ "O que salvou a Europa Oriental para o Comunismo imediatamente após o discurso de Khrushov ['Discurso Secreto' de 1956] não foi um retorno aos padrões leninistas de legalidade socialista ou zelo revolucionário, mas sim a simples ameaça do poder armado soviético e, no caso da Hungria, o uso direto dele." (Tradução minha) in **Effects of Khrushchev Speech**. 22 de fevereiro de 1966. Digitalizado em <http://www.osa.ceu.hu/files/holdings/300/8/3/pdf/109-5-153.pdf>. Acessado em 18 de janeiro de 2008.

1.3. AS INTERVENÇÕES DO PACTO DE VARSÓVIA NOS PAÍSES-MEMBROS

O governo Khrushov se caracterizou pela “desestalinização” da política soviética no tocante ao culto à personalidade empreendido por Stálin e a forçosa industrialização da União Soviética e de seus aliados em detrimento do desenvolvimento agrícola e a divisão forçada do trabalho entre os países do bloco comunista. Os países que eram governados por partidos comunistas diretamente subordinados a Moscou, como era o caso da maior parte da Europa do Leste, seguiam a forma stalinista de governar e a abertura que se seguiu foi consoante com a mudança de poder na União Soviética.

No governo seguinte (1964-1982), Leonid Brejnev resgatou parte do conservadorismo de Stálin, embora com muito menos intensidade. A intervenção na Tchecoslováquia em 1968 seria a marca maior da “Doutrina Brejnev”, a qual legitimaria a interferência nos países-satélites da URSS para a manutenção dos regimes pró-Moscou³².

Apresentar-se-ão dois episódios da história do Pacto de Varsóvia que exemplificam o comportamento intervencionista da URSS: a Revolução Húngara e a Primavera de Praga, eventos que mostraram a fraqueza da unidade ideológica do bloco do leste e, em contrapartida, a força de Moscou na manutenção do *status quo* na Europa Oriental.

1.3.1. A Revolução Húngara de 1956

Após servir como ministro da agricultura da República Popular da Hungria, Imre Nagy se torna primeiro-ministro do país de 1953 a 1955. Seu programa reformista, que previa uma abertura econômica e política, não agradou ao Politburo soviético, ainda permeado pela tradição stalinista de coerção internacional. Mátyás Rákosi, primeiro-ministro anterior e ainda detentor do cargo de secretário-geral, liderava a oposição a Imre Nagy dentro do governo, tendo sucesso em classificá-lo como bode expiatório para a crise nacional que a Hungria enfrentava. Com isso, o Comitê Central do Partido dos Trabalhadores Húngaros retirou-o do poder, levando Rákosi novamente ao posto em 1955. Contudo, Khrushov também priorizou a mudança da imagem soviética ao apoiar,

³² BEICHMAN, Arnold. **The Long Pretense: Soviet Treaty Diplomacy from Lenin to Gorbachev**, pg. 206. Transaction Publishers, 1991.

pelo Politburo, mudanças nos governos leste-europeus que eram alinhados de Stálin, como era o caso de Rákosi³³. Seu substituto, Ernő Gerő, era consoante com as novas visões de Khrushov sobre a “desestalinização” da política e o fim do culto à personalidade, mas as perspectivas anteriormente apresentadas por Nagy apelavam mais ao sentimento nacional húngaro.

Nagy, em 1955, acreditava que a Hungria poderia se tornar neutra da mesma maneira que a Áustria havia se tornado. Contudo, a entrada do país no Pacto de Varsóvia, em maio do mesmo ano, pôs um grande obstáculo a este plano, devido ao alinhamento automático de Budapeste com Moscou. Além da perda da visão de um futuro internacionalmente neutro, outros fatores se somaram ao descontentamento da população húngara, tais como as concessões obtidas pelos poloneses durante o Outubro Polonês³⁴ e as reparações do pós-guerra, que já se estendiam desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Durante o mês de outubro de 1956, o desconforto popular atingiu um índice preocupante para o primeiro-secretário Gerő, o qual pediu a intervenção soviética para conter as grandes manifestações. Mesmo com um já preparado plano de contingência para qualquer eventualidade na Hungria, os tanques soviéticos não foram capazes de conter as tensões na capital, Budapeste³⁵. Em 24 de outubro, Imre Nagy substituiu András Hegedűs como primeiro-ministro da Hungria, enquanto János Kádár se tornaria primeiro-secretário do Partido Comunista. Em 1º de novembro, Nagy e Kádár acordam em anunciar a retirada húngara do Pacto de Varsóvia, após constatar que tanques soviéticos avançavam pela fronteira leste do país rumo à capital. Este foi mais um passo com o intuito de demonstrar, desta vez com ainda mais veemência, o desejo de neutralidade por parte do novo governo húngaro. A retirada do país do Pacto buscava criar as condições necessárias ao reconhecimento internacional do país como não-

³³ Khrushov condenaria Rákosi por ter demonizado Nagy, o qual veria tais reprovações como oportunidades de manobra mais adiante. RAINOS, Jáner. **The New Course in Hungary in 1953**, pg. 17. Cold War International History Project. Woodrow Wilson International Center for Scholars. Washington, D.C., junho de 2002.

³⁴ O ano de 1956 foi especialmente importante para a Polônia, pois a morte de Bolesław Bierut, o líder stalinista do país, diminuiu as forças políticas de linha dura de Varsóvia. Segue-se a escolha de Władysław Gomułka, político moderado e reformista, para o posto de primeiro-secretário do Partido Operário Unificado Polonês. A repercussão na Hungria sobre as mudanças políticas na Polônia foi grande, embora Moscou resolvesse não intervir militarmente em Varsóvia ao considerar o regime de Gomułka não dissonante dos moldes mais importantes do Partido Comunista da União Soviética. Cf. **Poland - The Historical Setting**. Disponível em <http://info-poland.buffalo.edu/classroom/longhist6.html>. Acessado em 20 de janeiro de 2008.

³⁵ **Report of the Special Committee on the Problem of Hungary** (1957). Assembléia Geral das Nações Unidas. Disponível em <http://mek.oszk.hu/01200/01274/01274.pdf>. Acessado em 20 de janeiro de 2008.

alinhado automático de Moscou ou de qualquer outro centro, mas a declaração foi talvez o ponto de maior conflito entre a União Soviética e a Hungria, o que desencadeou a ocupação soviética de 4 de novembro, contra a qual a resistência húngara não foi efetiva³⁶.

A ocupação, ao que se seguiu a “normalização” da política húngara, com János Kádár assumindo o posto de primeiro-ministro do país, readequando-a aos moldes soviéticos, liga-se à importância dada pela União Soviética à Europa Central, como apresentado anteriormente. Apesar de a Áustria ter se constituído em um Estado neutro, seu regime republicano parlamentarista e economia de mercado se encaixavam nos moldes da Europa Ocidental. A Hungria, juntamente com os demais Estados da Europa Central que faziam parte da esfera soviética de influência, encontrava-se no meio de uma linha de Estados-tampões que isolavam a União Soviética de grande parte da Europa capitalista e dos países-membros da OTAN (com exceção da Turquia a sudoeste e da Noruega a noroeste)³⁷. Além disto, todos faziam parte do Pacto de Varsóvia até o

³⁶ Nagy enviara um telegrama oficial às missões diplomáticas em Budapeste acerca da declaração húngara de neutralidade em 1º de novembro de 1956: “*O primeiro-ministro da República Popular da Hungria, em suas atribuições de ministro das relações exteriores em exercício, informa Vossa Excelência do seguinte: / O Governo da República Popular da Hungria recebeu relatórios confiáveis sobre a entrada de novas unidades militares soviéticas na Hungria. O Presidente do Conselho de Ministros, como Ministro das Relações Exteriores em exercício, intimou o Sr. Andropov, embaixador plenipotenciário e especial para a Hungria, e se opôs firmemente à entrada de novas unidades militares na Hungria. Ele exigiu a retirada rápida e imediata de todas as unidades soviéticas. Ele anunciou ao embaixador soviético que o governo húngaro estava se retirando do Pacto de Varsóvia, declarando simultaneamente a neutralidade da Hungria, e que ela estava se voltando às Nações Unidas e pedindo que as quatro Grandes Potências ajudassem a proteger sua neutralidade. / O Embaixador Soviético reconheceu a objeção e o anúncio do presidente do Conselho de Ministros e ministro das relações exteriores em exercício e prometeu pedir ao seu governo uma resposta sem demora. / Vossa Excelência, por favor, aceite com isto minhas mais sinceras considerações.*” (Tradução minha) (1993) in KISS, József, RIPP, Zoltán e VIDA, István, (eds). **Források a Nagy Imre – kormány külpolitikájának történetéhez**. Reproduzido em inglês em BYRNE, Malcolm e MASTNY, Vojtech. *op. cit.* pg. 83

³⁷ Desde a primeira metade do século XX, estudiosos da geopolítica já consideravam o controle da Europa Central como essencial ao domínio da Europa e, conseqüentemente, do mundo, isto considerando-se as noções mackinderianas de *heartland*: “*Com a organização do heartland e dos poderes marítimos, uma zona de impacto de pequenos Estados vem gradualmente aparecendo entre eles ... Com suficiente individualidade para se contrapor a absorções, mas incapazes de, ou indispostos a, se unirem a outros para formar um todo maior, eles permanecem na posição insatisfatória de Estados-tampões, precariamente independentes politicamente e mais certamente dependentes economicamente. Esta zona de Estados [...] tem incluído Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca, [...] [e] os Estados balcânicos. [...] A Europa Central, desorganizada e partida em comunidades pequenas e antagônicas, pertence essencialmente à zona de impacto, mas ela decerto não é nem organizada, nem poderosa.*” (Tradução minha) (1941) FAIRGRIEVE, J. Citado em O’LOUGHLIN, John. **Ordering the “Crush Zone”: Geopolitical Games in Post-Cold War Eastern Europe**. Disponível em <http://www.colorado.edu/IBS/PEC/johno/pub/Beersheva.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2008. Para mais informações sobre o termo geopolítico de *heartland*, ver também MACKINDER, John Halford. (1904) **The Geographical Pivot of History in The Geographical Journal**. Disponível na base JSTOR em <http://www.jstor.org/view/00167398/ap020136/02a00000/0>.

anúncio da retirada húngara em novembro de 1956, o que provocaria um descompasso no desenho soviético de defesa³⁸.

Já acompanhando as proposições de Nagy, Moscou sabia que a neutralidade era um de seus objetivos mais buscados. A intervenção de um Estado-membro do Pacto de Varsóvia em um outro foi justificada pela mídia russa (em especial o *Pravda*, jornal do Partido Comunista soviético) como decorrente da alegada inépcia do novo governo húngaro, instalado em outubro de 1956, em conter os “contra-revolucionários” que desejavam a abertura do país, apesar de anunciar, pouco antes da intervenção, que haveria uma reforma nas relações soviéticas com os seus satélites³⁹. O momento, porém, era delicado, pois a mesma “desestalinização” de Khrushov que buscava tornar o regime de Moscou mais tolerável interna e externamente também retirava o apoio aos líderes mais fortes que outrora mantinham a política leste-européia emparelhada com a União Soviética. Já se percebia uma intranqüilidade social desde 1953 no bloco soviético, com o Levante na Alemanha Oriental⁴⁰, e o Kremlin não desejava que o mundo visse que sua autoridade estava sendo contrabalançada. Na reunião do Presidium Soviético⁴¹ de 31 de outubro de 1956, Khrushov expressa as considerações sobre as forças do Pacto, em sua maioria soviéticas, estacionadas em Budapeste:

“Nós deveríamos reexaminar nossas estimativas e não deveríamos retirar nossas tropas da Hungria e de Budapeste. Nós deveríamos tomar a iniciativa de restaurar a ordem na Hungria. Se nós sairmos da Hungria, isto dará um grande ânimo aos americanos, ingleses e franceses (...). Eles perceberão isso como uma fraqueza da nossa

³⁸ Cf. mapa 2.

³⁹ “O Governo Soviético está preparado para entrar em negociações apropriadas com o governo da República Popular da Hungria e outros membros do Tratado de Varsóvia sobre a questão da presença de tropas soviéticas no território da Hungria.” (Tradução minha) in *Pravda*, edição de 31 de outubro de 1956. Reproduzido em inglês em **The 1956 Hungarian Revolution**. Disponível em www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB76/index2.htm. Acessado em 21 de janeiro de 2008.

⁴⁰ O levante se iniciou com medidas do governo alemão oriental para aumentar a produtividade e diminuir os salários. Iniciada como uma greve, a reação se espalhou por toda a Berlim Oriental e para centenas de cidades da República Democrática Alemã. “A União Soviética [...] requereu [...], desde 1952, a introdução dos assim chamados ‘Padrões de Trabalho tecnicamente justificados’. [...] Grandes perdas no salário real foram um efeito explosivo. Em 24 de fevereiro de 1953, o Politburo do Comitê Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha decidiu pelo aumento nos padrões de trabalho. [...] A isto se seguiu uma regulamentação dos padrões do Conselho de Ministros para 30 de junho de 1953, numa média de 10,3%.” (Tradução minha) in PAHLING, Karl-Heinz. **17. Juni 1953 - Volksaufstand in der ehemaligen DDR - Persönliche Erinnerungen des Streikführers**. Disponível em <http://www.volksaufstand-1953.de/index.htm>. Acessado em 21 de janeiro de 2008.

⁴¹ De 1952 a 1966 o Politburo foi renomeado Presidium do Comitê Central do Partido Comunista.

parte e partirão à ofensiva. Nós estaríamos, então, expondo a fraqueza das nossas posições”⁴².

A intenção da Hungria de que a comunidade internacional atendesse às suas demandas pela salvaguarda da sua neutralidade foi falha. Embora a OTAN, em reunião ministerial, tenha condenado a supressão soviética ao movimento reformista, não houve apoio efetivo à Hungria durante os acontecimentos⁴³. Após o realinhamento de Budapeste com Moscou, tornou-se improvável que houvesse algum tipo de ajuda à Hungria, pois isto significaria um confronto direto com a URSS. Durante os acontecimentos em Budapeste, as maiores potências ocidentais estavam envolvidas na Crise de Suez, evento que demonstrou a desunião entre Reino Unido, França e Estados Unidos, os quais não tiveram sucesso em mediar as tensões entre Israel e Egito, o que predizia a crise que a OTAN enfrentaria na década de 1960, quando Charles de Gaulle retiraria as forças armadas francesas do controle unificado da Aliança⁴⁴. Moscou, em contrapartida, oficialmente mostrou a força do Pacto de Varsóvia, ainda que apresentando essa decisão de maneira unilateral, o que, finalmente, expunha a verdadeira falta de coesão dentro do bloco.

⁴² (Tradução minha) **Working Notes and Attached Extract from the Minutes of the CPSU CC Presidium Meeting**, 31 de outubro de 1956.

Disponível em <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB76/doc6.pdf>. Acessado em 10 de janeiro de 2008.

⁴³ “*Os membros do Conselho [Norte-Atlântico] seguiram o curso dos eventos na Hungria com choque e repulsa. A supressão brutal do heróico povo húngaro se encontra em um forte contraste em relação às declarações públicas soviéticas. O conselho reafirmou a convicção de seus governos-membros de que as Nações Unidas devam continuar seus esforços, através da pressão da opinião pública mundial, para induzir os soviéticos a retirarem suas forças da Hungria e consertar os erros que fizeram ao povo húngaro.*” (Tradução minha) in **Final Communiqué: 11-14 December 1956**, Paris. Disponível em <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c561214a.htm>. O apelo às Nações Unidas como instrumento para a solução da situação na Hungria demonstra que a OTAN apenas condenaria verbalmente tais ações e não tomaria por si qualquer atitude efetiva.

⁴⁴ As razões pelas quais de Gaulle retiraria as forças francesas do comando unificado da OTAN permanecem inconclusivas. Duas prováveis explicações seriam a recusa do Reino Unido e dos Estados Unidos de incluir a França em discussões “não-oficiais” sobre as ações do bloco e a cada vez menor probabilidade de que a Aliança proveria ajuda no caso de confronto com os rebeldes argelinos. Daí se seguiria a importância dada pela França ao seu programa nuclear independente (*force de frappe*). Sobre de Gaulle e a ênfase dada à *force de frappe*, cf.

<http://www.acdis.uiuc.edu/research/OPs/Pederson/html/contents/sect8.html>. Acessado em 19 de janeiro de 2008.

1.3.2. A Primavera de Praga de 1968

A Tchecoslováquia passava, nos anos 1960, por uma grave crise econômica. As reformas conduzidas para retomar o crescimento, como o fechamento de empresas deficitárias e controle dos preços, não surtiram o efeito esperado⁴⁵. Com isso, houve uma ruptura na direção do Partido Comunista Tchecoslovaco – KSČ⁴⁶ –, parte do qual buscava terminar com o culto à personalidade e a extrema centralização política. Desde as reformas stalinistas de Klement Gottwald, primeiro-ministro do país de 1948 a 1953, a coletivização das fazendas e nacionalização da indústria buscaram equiparar as economias da Tchécua e da Eslováquia⁴⁷.

Antonín Novotný, presidente do país de 1957 a 1968, estimulou tais aberturas aparentes, substituindo líderes que eram popularmente vistos como corruptos e ineficientes por outros ainda partidários da situação governamental. Era também primeiro-secretário do KSČ e devido às crescentes agitações populares provindas da *intelligentsia* e de grupos estudantis, somadas à também crescente insatisfação popular, foi substituído por Alexander Dubček, líder comunista eslovaco, em março de 1968⁴⁸.

Dubček fazia parte do seio renovador do KSČ. Com a abertura iniciada por Khrushov desde 1953, o partido passou a ser mais tolerante com as “proto-dissidências” de membros reformistas tchecoslovacos. Em 1968, apesar da URSS se encontrar sob a administração de Leonid Brejnev (o qual tolheria muitas das poucas liberdades conseguidas no bloco soviético), Moscou não fez objeção aparente. As reformas de Dubček jamais caminharam para uma quebra de relações com a União Soviética, mas a abertura que a então liderança do KSČ buscava não seguia o caminho conservador que Brejnev buscava reimplantar.

⁴⁵ “[O] Politburo do Partido Comunista decidiu suspender em 1963 a execução do plano quinquenal de 1961-1965, e encarregou a uma equipe de especialistas econômicos, encabeçada pelo economista marxista Ota Sik, a elaboração de um plano de reforma da economia. As propostas da equipe de Sik consistiam fundamentalmente em fechar todas as empresas deficitárias, variar a percepção das rendas salariais em função da produtividade e racionalizar o sistema de preços. [...] Estes meros retoques preservaram as linhas básicas do sistema econômico de planificação centralizada e, portanto, não serviram para sair da crise.” (Tradução minha) in MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo M., PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo Á. **La Europa del Este, de 1945 a nuestros días**, pg. 118. Síntesis, 1996.

⁴⁶ Sigla de *Komunistická strana Československa*, do tcheco e do eslovaco.

⁴⁷ TEICHOVA, Alice. **Economic Policies in Interwar East Central Europe: Freedom and Constraints of Action**. Uppsala Papers in Economic History. Disponível em http://www.diva-portal.org/diva/getDocument?urn_nbn_se_uu_diva-2252-1__fulltext.pdf. Acessado em 25 de janeiro de 2008.

⁴⁸ GIŠSŮBELOVA, Jaroslava. **Printemps de Prague**. Disponível em <http://archiv.radio.cz/francais/osobnosti/udalost.phtml?cislo=1> Acessado em 21 de janeiro de 2008.

O que se observou na Tchecoslováquia foram fatos profundamente diferentes dos ocorridos na Hungria em 1956, visto que o governo comunista de Dubček não questionou as parcerias de seu país com Moscou, desde o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON, na sigla em inglês) até o Pacto de Varsóvia. Os protagonistas das reformas apresentadas consideravam tais ligações como bases fixas sobre as quais o governo de Praga deveria agir.

As resoluções tomadas pelo governo Dubček, porém, ao prezarem a redefinição de grande parte da estrutura do sistema, levaram os maiores países do Pacto de Varsóvia a se reunirem desde julho de 1968 em seguidas condenações a Praga:

29 de julho – 1º de agosto: Em uma reunião com líderes tchecoslovacos em Čierna nad Tisou, a liderança soviética alega uma ameaça da OTAN às fronteiras tchecoslovacas e clama por uma responsabilidade comum do Pacto de Varsóvia para sua defesa⁴⁹.

União Soviética, Hungria, Polônia, Bulgária e República Democrática da Alemanha (Grupo dos Cinco) reprovaram o princípio de “centralismo democrático” adotado pelo KSČ. Em 20 de agosto, efetivos militares do Pacto invadiram Praga e, sem derramamento de sangue, renderam a cidade já no dia seguinte. Dubček, que seguiria até 1969 como primeiro-secretário, perdeu sua legitimidade aos olhos da Tchecoslováquia e se tornou politicamente diminuto. Ludvík Svoboda continuaria no poder como presidente da República até 1975⁵⁰.

A invasão da Hungria em 1956 e o enfrentamento contra o governo de Praga em 1968 mostram que o Pacto de Varsóvia fez da defesa da “causa operária” internacional e do socialismo as bandeiras que norteariam as ações do bloco. Contudo, o preâmbulo do tratado que firmou o Pacto em 1955 mencionava explicitamente a concordância com os princípios estabelecidos pela carta da ONU e, como resultado, a não-interferência em assuntos internos:

⁴⁹ MASTNY e BYRNE, pg. xxxii, *op. cit.*

⁵⁰ “[...] Brejnev parecia nutrir preocupações genuínas acerca da completa dissolução da esfera de influência soviética que havia sido construída por Stálin. Logo, ao primeiro sinal de que os eventos tchecoslovacos estavam fugindo de controle, ele veio com o que viria a ser chamado de ‘comunidade socialista’, transformando o Pacto de Varsóvia, que era inicialmente um ‘tratado de defesa’, em um corpo político consultivo.” (Tradução minha) in FÉHÉR, Ferenc. **Eastern Europe’s Long Revolution Against Yalta** in FÉHÉR, Ferenc e ARATO, Andrew (eds.). **Crisis and Reform in Eastern Europe**, pg. 501. Transaction Publishers, 1991.

Guiados pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas,

Com interesses de maior fortalecimento e promoção da amizade, cooperação e assistência mútua, de acordo com os princípios de respeito pela independência e soberania dos Estados, e também com o princípio de não-interferência em seus assuntos internos,

Resolvem concluir este Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua⁵¹.

Estes episódios reforçam a visão do Pacto de Varsóvia como um mecanismo de Moscou para controlar o seu espaço circundante⁵² e não permitir distensões dentro da sua área direta de influência. Como dito, a importância dada pela União Soviética à Europa Central demonstra sua preocupação com uma área considerada “tampão” para a própria segurança de Moscou. Como já houvera distensões entre o governo soviético e a Iugoslávia de Tito referentes à interpretação do socialismo, houve, conseqüentemente, contestações ao Pacto de Varsóvia nesse Estado. Isto representou uma perda da influência de Moscou na estratégica área dos Bálcãs, o que pode ter reforçado ainda mais seu foco nos países centro-europeus e a menor tolerância por desvios que levassem a mudanças internas. Após 1968, com a intervenção do Pacto de Varsóvia em Praga, Enver Hoxha retira a Albânia do Pacto.

1.4. A QUESTÃO BALCÂNICA

Os Bálcãs têm representado um ponto de interesse para Moscou desde os tempos imperiais. Os desentendimentos entre Moscou e outros centros europeus, notadamente Viena e Berlim, durante sua história pré-revolucionária, têm como estratégia geopolítica o controle ou influência sobre a área. O acesso a quatro mares diferentes – Adriático, Jônico, Egeu e Negro – e sua posição intermediária entre Europa Ocidental, Ásia e África, tornaram a região palco de diversas disputas, sendo que Moscou a percebe como essencial à sua segurança. A criação de vínculos, os quais foram forjados por tentativas

⁵¹ Preâmbulo do **Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua**.

⁵² A União Soviética, com a maior extensão territorial do mundo, fazia fronteira com Afeganistão, China Coréia do Norte, Finlândia, Hungria, Irã, Mongólia, Noruega, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia, Turquia. Cf. mapa 3.

de russificação da Europa Oriental e ligações com a ortodoxia cristã (servos nos Bálcãs) ou a pseudo-valorização dos demais povos da Áustria-Hungria por Viena, não diminuiu a multiculturalidade local⁵³. Após a Segunda Guerra Mundial, a configuração de poder regional se firmou como marcadamente comunista, mas o alinhamento com Moscou não seria tão automático quanto o do restante da Europa Oriental.

1.4.1. A Iugoslávia de Tito, a OTAN e a URSS

Em fins da década de 1940, Ióssif Stálin e Josip Broz Tito, líder iugoslavo, apresentaram problemas para conciliar suas diferentes visões de regime. O “socialismo em um só país” de Stálin e a abordagem titoísta das diferentes etnias e nacionalidades que compunham o território iugoslavo eram contrastantes. Mesmo a tentativa de sediar o Cominform (Burô de Informação Comunista) em Belgrado não surtiu efeito⁵⁴.

O acirramento das relações entre Moscou e Belgrado não indicou apenas uma mudança na configuração do bloco comunista europeu, mas também a chance de a OTAN e a Iugoslávia criarem e fomentarem laços. Esta relação era parte da estratégia do bloco atlântico para que se angariasse um aliado (ou ao menos um não-inimigo) na região balcânica. Estrategicamente, isso facilitaria eventuais ações militares no caso de uma invasão soviética à Europa Ocidental. Documentos da Agência Central de Inteligência Norte-Americana – CIA – mostram que a invasão da Iugoslávia pela União Soviética era uma fonte de preocupação para Washington, e as movimentações das

⁵³ “No reinado de Nicolau I [1825 – 1855] foi oficialmente proclamado que a Rússia tsarista tinha três pilares tradicionais e um deles, além da autocracia e da religião ortodoxa, era o nacionalismo russo. O processo de russificação que já havia sido iniciado no reinado do predecessor de Nicolau I [Alexandre I da Rússia, que reinou de 1801 a 1825], mas que em seu reinado foi desenvolvido sistematicamente, foi, portanto, não apenas uma ferramenta do imperialismo tsarista que facilitou a unificação de todo o reino, mas também uma tentativa no sentido de formar um império, uno e indivisível, o Estado nacional do grande povo russo. No Império dos Habsburgo, ao contrário, não havia nacionalismo austríaco e os nacionalistas entre os súditos germanófonos do imperador estavam interessados na sua união com todos os outros alemães fora da Áustria em vez da impossível tarefa de germanizar a maioria não-germânica em toda a monarquia do Danúbio.” (Tradução minha) in HALECKI, Oscar. **A History of East Central Europe**, pgs. 336-337. Simon Publications, Safety Harbor, 1980.

⁵⁴ “Em princípios de 1948, os soviéticos iniciaram as negociações para um acordo comercial iugoslavo-soviético e começaram a afirmar que o Exército Vermelho havia libertado a Iugoslávia e facilitado a vitória guerrilheira. Em março, Moscou retirou seus militares e conselheiros civis da Iugoslávia, acusando os iugoslavos de perverter o dogma stalinista. Os iugoslavos rechaçaram as acusações, criticando os soviéticos por recrutar espíões dentro do partido comunista iugoslavo, do exército, da polícia e das empresas, afirmando definitivamente que um comunista podia amar a sua terra nativa não menos que à URSS. Esta insubordinação enfureceu muito a Stálin. Finalmente, em uma sessão especial em Bucareste à qual os iugoslavos se recusaram a assistir, o Cominform comoveu o mundo ao expulsar a Iugoslávia e fazer um apelo aos comunistas daquele país para que expulsassem Tito do poder.” (Tradução minha) in ALVAREZ CALZADA, J. Oscar. **El Flanco Sur del Pacto de Varsovia: relevancia estratégica y sus consecuencias**, pg. 26. Papeles del Este, n° 9, UCM, Madri, 2004.

tropas do Pacto de Varsóvia perto das fronteiras iugoslavas eram um indicador do receio de Belgrado:

(...) 2. É improvável que durante 1951 o regime de Tito pudesse ser derrubado por um golpe de inspiração soviética ou por revolta interna. Portanto, a URSS teria que recorrer à invasão por satélites soviéticos se ela tivesse a intenção de derrubar Tito em 1951.

3. A contínua escalada militar nos Estados-satélites vizinhos (aumento das forças armadas, estocagem, re-equipagem, conservação de gasolina, aumento da indústria bélica, etc.) reverteu o equilíbrio de força militar entre os satélites e a Iugoslávia e deu aos satélites a capacidade de lançar uma grande invasão à Iugoslávia sem apresentar muitos sinais⁵⁵.

As informações da inteligência norte-americana em relação à Iugoslávia levaram à posição oficial norte-americana de tentar atrair Tito para o bloco. Contudo, o governo de Tito compreendia que tal decisão poderia colocar em perigo a segurança do país, visto que o grande trunfo para a sua segurança estava justamente em não pender para nenhum dos pólos mundiais⁵⁶.

Em 1954, Khrushov decide se reaproximar de Tito, em mais uma tentativa de livrar a URSS da imagem de Stálin. Uma pequena série de cartas é trocada entre ambos os líderes, mas Tito ainda apresenta discordâncias em relação às causas das frágeis relações entre Moscou e Belgrado. Ambos os centros se afastaram na década de 1940, devido às afirmações de Tito de que Moscou não deveria ser a única referência do socialismo internacional. O PCUS insiste em relegar o assunto a um segundo plano, o

⁵⁵ (Tradução minha) **Probability of an invasion of Yugoslavia in 1951**. National Intelligence Council, CIA. Historical Review Program: NIE 9. Documento completo liberado pela Agência Central de Inteligência Norte-Americana (CIA). Disponível em http://www.dni.gov/nic/NIC_foia_yugoslavia.html. Acessado em 12 de janeiro de 2008.

⁵⁶ Konstantin Koča Popović, à época primeiro-ministro da Iugoslávia, apresentou seus pontos aos norte-americanos, que, aparentemente, entenderam sua posição. “*Em suas conversações com A. Harriman, conselheiro de política externa do presidente norte-americano, Popović disse que ele esperara que as conversas tivessem uma base maior no sentido de definir a situação político-militar na região e a relação entre o nível de perigo para a Iugoslávia e a prontidão dos EUA em ajudar. A. Harriman respondeu que os representantes iugoslavos não poderiam esperar que a qualidade de suas relações com os Estados Unidos se igualasse às [relações] com a Grã-Bretanha e a França, devido ao fato de a Iugoslávia não ser um membro da Aliança do Atlântico Norte. Respondendo a essa clara alusão, o embaixador Popović disse que a entrada da Iugoslávia na OTAN estaria em contravenção com o interesse geral de preservar a paz na região e que precisamente a não-entrada iugoslava em qualquer bloco contribuiria substancialmente para lutar contra a agressão.*” (Tradução minha) in MILOŠEVIĆ, Nemanja. **Yugoslavia, USA and NATO in the 1950s in Western Balkans Security Observer**. Disponível em <http://www.ceeol.com/aspx/getdocument.aspx?logid=5&id=7782EC93-9ECF-4850-A105-1B78D2CD79F1>, acessado em 11 de janeiro de 2008.

que a Liga Comunista da Iugoslávia – LCI – não aceita como factível⁵⁷. A Iugoslávia já percebera a vantagem que poderia ter ao não se alinhar com os centros mundiais de poder, marcadamente Washington e Moscou e, logo, OTAN e Pacto de Varsóvia, mas também sem se opor diretamente a nenhum dos dois. Seu espaço de manobra viria com a criação, em 1960, do Movimento dos Países Não-Alinhados, protagonizado por Tito⁵⁸.

1.4.2. A Albânia de Hoxha como contrapeso temporário a Belgrado

O regime socialista albanês, personificado na figura de Enver Hoxha, foi baseado na autoridade de um líder marcadamente stalinista. Chegando ao poder em 1944, Hoxha manteve sua liderança forte até meados da década de 1980 e seu governo foi um dos mais pendulares do bloco socialista.

⁵⁷ Khrushchov, em sua carta a Tito: “*De nossa parte, consideramos lamentável a circunstância de que, à época, ambos os partidos não utilizaram todas as oportunidades disponíveis em um esforço para regular todos os descontentamentos e questões contenciosas que emergiram em 1948, principalmente agora que alguns fatos, que foram as causas imediatas para a separação entre o CC [Comitê Central] do PCUS e o CC do PCI [Partido Comunista da Iugoslávia] agora parecem diferentes. Por exemplo, como é agora exposto em relação à posição dos conselheiros soviéticos na Iugoslávia e a disponibilidade para eles de várias informações, não havia fundações válidas para a disputa e acusações que se seguiram contra a Iugoslávia.*” (Tradução minha) in KHRUSHOV, Nikita S. **Letter from Nikita S. Khrushchev, First Secretary of the Central Committee of the Communist Party of the Soviet Union, to Josip Broz Tito and the Central Committee of the League of Communists of Yugoslavia.** http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1409&fuseaction=va2.document&identifier=5034B90D-96B6-175C-98487F1B865FEAFD&sort=Subject&item=Khrushchev-Tito%20summit. Acessado em 15 de janeiro de 2008.

A resposta apresentada por Tito impunha alguns limites a qualquer alinhamento sem contestação de Belgrado: “*Tudo isto requer amplo tempo e boa-vontade porque seria irreal pensar que um processo curto e rápido é possível para a criação de uma confiança necessária entre os nossos governos e nossos povos. Queremos aqui ressaltar que nós, que somos responsáveis perante os povos de nossos países, só podemos enfatizar que esta normalização e melhoria das nossas relações devem ser de tal caráter e direção que estejam de acordo com a nossa política de cooperação internacional, e não para que ponham em risco a posição de nosso país ou para que criem novos conflitos internos, quer sejam políticos ou econômicos. Notamos com satisfação que Vossa Excelência escreve na carta sobre o respeito ao princípio de não-interferência em assuntos de outros países. Isto será certamente bem-recebido por nossos povos, facilitando, portanto, o adequado desenvolvimento de nossas relações. Estamos resolvidos a preservar nossos princípios de país socialista [...] É esta visão maior que origina a nossa fé não apenas na prospecção, mas também na necessidade de cooperação entre Estados com sistemas diferentes, e em uma possibilidade realista de coexistência. Não vemos outra alternativa atualmente se desejamos preservar a humanidade da maior catástrofe de sua história.*” (Tradução minha) in TITO, Josip Broz. **First Letter from Tito and the Executive Committee [Politburo] of the CC LCY to Nikita Khrushchev and Central Committee of the Communist Party of the Soviet Union.** Disponível em http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1409&fuseaction=va2.document&identifier=5034B92C-96B6-175C-95172A4BFBA58EE7&sort=Subject&item=Khrushchev-Tito%20summit. Acessado em 15 de janeiro de 2008.

⁵⁸ Em abril de 1955, na cidade indonésia de Bandung, seria celebrada a Conferência Afro-Asiática, em um movimento advindo de iniciativas do não-alinhamento de países do Terceiro Mundo, em especial os recém-libertos do colonialismo. Para mais informações, cf. **Entspannung und Koexistenz: Die Bewegung der Blockfreien.** Disponível em <http://www.kssursee.ch/schuelerweb/kalterkrieg/entspannung/blockfreie.htm>. Acessado em 19 de janeiro de 2008.

Hoxha manteve laços fortes com Tito até 1948, data da quebra ideológica entre a Iugoslávia e a União Soviética. Como Moscou era capaz de oferecer ajuda econômica e estratégica em maior grau e com mais eficiência do que Belgrado, os dois líderes se afastaram, apesar da ajuda mútua durante as batalhas de libertação contra os nazistas⁵⁹.

A aproximação entre Moscou e Tirana (1948-1960) resultou no aumento do auxílio soviético ao país, o que serviria como um trunfo para a União Soviética como forma de isolar o regime de Tito na região dos Balcãs. É importante notar que havia um provável receio por parte de Hoxha de que a sua autoridade, calcada nos moldes stalinistas de culto ao líder, execuções de oficiais suspeitos de dissidência e grande ênfase em defesa, fosse minada caso houvesse adequações junto ao modelo desestalinizante de Khrushov. A separação simbólica entre este e Stálin ocorreria durante o famoso “Discurso Secreto”⁶⁰ de Khrushov, em fevereiro de 1956, no qual o primeiro-secretário do PCUS falaria dos excessos do regime stalinista:

Fomos forçados a utilizar o terror devido ao terror praticado pela Entente, quando fortes potências mundiais atiraram suas hordas contra nós, não evitando qualquer tipo de conduta. Não teríamos durado dois dias se não tivéssemos respondido a essas tentativas de oficiais e Guardas Brancos de maneira não-piedosa; isto significou o uso do terror, mas isto nos foi forçado pelos métodos terroristas da Entente. (...) Stálin se desviou desses preceitos simples e claros de Lênin. Stálin pôs o partido e o NKVD [*Narodniy komissariat vnutrennikh del* – Comissariado Popular de Assuntos Internos – predecessor da KGB] a utilizar terror em massa quando as classes opressoras haviam sido eliminadas em nosso país e não havia razões sérias para o uso de terror em massa. Este terror foi, na verdade, dirigido não às reminiscências das classes opressoras derrotadas, mas contra os trabalhadores honestos do Partido e do estado Soviético; contra eles foram feitas acusações absurdas, caluniosas e mentirosas

⁵⁹ “A resistência tem sucesso ao liberar o país da ocupação em 1944 para impor imediatamente um regime socialista que instaura um terror sem precedentes. Sob Enver Hoxha, o país se dirige sucessivamente à Iugoslávia (1945-1948), à União Soviética (1948-1960) e à China (1961-1978) para conseguir o apoio político e a ajuda econômica dos quais o país necessita. Entre 1945 e 1991, o regime comunista impõe de maneira draconiana mudanças radicais a todos os setores do país, às custas de um imenso sacrifício da população e de um isolamento total em relação ao exterior.” (Tradução minha) in **Le patrimoine culturel dans le Sud-Est européen: Albanie**, pg. 10. Série: "Le patrimoine culturel dans le Sud-Est européen" n° 3. Unesco, 2004.

⁶⁰ Oficialmente intitulado: “Sobre o culto à personalidade e suas conseqüências”.

referentes a “terem duas caras”, “espionagem”, “sabotagem”, preparação de “tramas” fictícias, etc.⁶¹

O carregado discurso de Khrushov sobre o líder que definiu o caráter dos condutores políticos da maior parte da Europa do Leste pesou sobre Hoxha e suas ações, marcadamente similares às de Stálin:

A pressão sobre o nosso partido continuou mesmo durante os dias nos quais a comissão estava se encontrando aqui em Moscou para redigir o rascunho do discurso que foi apresentado a nós; quando os camaradas soviéticos urgiram que nós devíamos olhar para o futuro e não para o passado. Naquele dia, em Moscou, o membro do Comitê Central e Ministro da União Soviética, Marechal Malinovsky, lançou um ataque aberto contra o povo albanês, o Partido Trabalhador da Albânia, o Governo da Albânia e a nossa liderança em uma reunião estendida de Chefes de Equipe dos países do Pacto de Varsóvia. Este ataque público e não-amigável tem muito em comum com os ataques diversionistas do embaixador soviético em Tirana, tentando incitar o nosso Exército Popular contra a liderança do nosso Partido e do nosso Estado⁶².

No ano anterior, o país havia sido co-fundador do Pacto de Varsóvia, mas a deterioração das relações entre Moscou e Tirana após as acusações de Khrushov levaram o dirigente albanês a se aliar com Pequim⁶³. A República Popular da China

⁶¹ (Tradução minha) in KHRUSHOV, Nikita Serguêievitch: **Special Report to the 20th Congress of the Communist Party of the Soviet Union – Closed session, February 24-25, 1956**. Disponível em <http://www.uwm.edu/Course/448-343/index12.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2008.

⁶² (Tradução minha) in HOXHA, Enver. **Reject the Revisionist Theses of the XX Congress of the Communist Party of the Soviet Union and the Anti-Marxist Stand of Krushchev's Group! Uphold Marxism-Leninism!** Discurso proferido por Hoxha como chefe da delegação do Partido Trabalhador da Albânia antes da reunião de 81 partidos comunistas e operários. Moscou, 16 de novembro de 1960. Disponível em <http://www.marxists.org/reference/archive/hoxha/works/nov1960.htm>. Acessado em 14 de janeiro de 2008.

⁶³ “[T]ão cedo quanto 1956, as bases já estavam sendo firmadas para laços potencialmente fortes entre Pequim e Tirana. Não apenas sua inimizade em comum em relação à Iugoslávia era um poderoso fator de união, mas as aberturas chinesas à Albânia (incluindo a ajuda iniciada em 1954) deram aos dois países uma considerável alavancagem ao lidar com a União Soviética. Após as declarações de Khrushov contra Stálin no Vigésimo Congresso do Partido ameaçarem balançar os próprios alicerces do mundo comunista, prevendo uma reconciliação não apenas com a Iugoslávia mas também possivelmente com o Ocidente imperialista, tanto a China quanto a Albânia reconheceram que os seus respectivos interesses estavam gravemente em jogo. Foi apenas uma questão de tempo antes que os dois países resolvessem lutar contra seus inimigos comuns conjuntamente em vez de separadamente.” in MILLER, Leland Rhett, **China's Strategic Retreat: an alternative explanation for the Sino-Soviet Rift**, pgs. 4-5. Disponível

estava descontente com os rumos tomados por Khrushov e sua falta de apoio ao governo chinês em relação à defesa e à segurança regional levou à ruptura sino-soviética ao fim da década de 1950 e através da década de 1960⁶⁴.

A invasão da Tchecoslováquia em 1968 por forças soviéticas causou um impasse entre a Albânia e a URSS, e Hoxha retirou o país do Pacto no mesmo ano.

1.5. A DÉTENTE

Ao intervencionismo de Moscou nos países-membros se segue a amenização do discurso de segurança soviética na área internacional. Na reunião de março de 1969 do Comitê Consultivo Político do Pacto de Varsóvia, pede-se um sistema unificado de defesa européia⁶⁵. Importante notar que já não se fala, durante o Governo Brejnev, na dissolução dos blocos. Sinalizando o início da *détente*, membros do Pacto de Varsóvia e da OTAN atravessavam momentos importantes em sua política externa. Do lado da OTAN, os Estados Unidos enfrentavam problemas econômicos originados dos gastos com a Guerra do Vietnã e a Alemanha Ocidental, sob a liderança de Willy Brandt, estava focada em sua *Ostpolitik*⁶⁶. A União Soviética, por outro lado, esperava aumentar seu comércio com a Europa Ocidental, em especial após a reaproximação entre os EUA e a República Popular da China, a qual se iniciaria em fins da década de 1960 e início da década de 1970, durante a pior fase da ruptura sino-soviética⁶⁷.

em http://www.abdn.ac.uk/pir/postgrad/vol1_issue2/issue2_article3.pdf. Acessado em 12 de janeiro de 2008.

⁶⁴ A União Soviética se recusara a apoiar a República Popular da China na Guerra Sino-Indiana de 1962, mantendo relações amigáveis com Nova Délhi. Ademais, o período conhecido como o “Degelo de Khrushov”, durante o qual houve o relaxamento do regime soviético, levou a contatos mais pacíficos com Washington, o que Mao Tsé-Tung via como um desvio do socialismo. Para mais informações, cf. ZAGORIA, Donald S. **The Moscow-Beijing Détente**.

Disponível em <http://www-stage.foreignaffairs.org/19830301faessay8325/donald-s-zagoria/the-moscow-beijing-detente.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2008.

⁶⁵ “*Os Estados que participam da sessão do Comitê Político Consultivo dirigem este apelo aos países da Europa: Cooperem para congregar uma conferência pan-européia e para criar as condições requeridas para o seu sucesso e para a realização das expectativas que os povos lhe atribuíram. [...] Eles apelam aos Estados da Europa para proceder de pronunciamentos gerais sobre paz para ações concretas e medidas servindo ao relaxamento da tensão, do desarmamento, da cooperação entre os povos, e da paz.*” in **Document n° 63: Appeal for a European Security Conference**, 17 de março de 1969. Arquivo Aberto da Sociedade, Budapeste. Reproduzido em MASTNY e BYRNE, pg. 331, *op. cit.*

⁶⁶ Para mais informações sobre a política de Brandt voltada ao leste, em uma crescente preocupação de Bonn com o status da Alemanha Oriental, cf. **Die Ostpolitik der Regierung unter Willy Brandt**. Disponível em http://www.asg-erlangen.de/archiv/id_72/meilensteine_ost.shtml. Acessado em 13 de janeiro de 2008.

⁶⁷ “[A] União Soviética parecia menos ameaçadora para os asiáticos do que para os europeus; na Ásia, a ameaça comunista era geralmente interna [...]. A aliança entre a Rússia e a China, os dois poderes comunistas continentais, durou apenas uma década antes que a lógica da rivalidade regional a rompesse

A época da *détente*, durante a qual Estados Unidos e União Soviética assistiram a um relaxamento das tensões, trouxe consigo limitações aos poderes dos líderes de cada bloco militar. Tratados anteriores versavam sobre armas militares, mas seu foco se direcionava mais à detenção do poderio de outros centros que não Moscou e Washington. O Tratado que Bane Todos os Testes Explosivos de Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Exterior e Debaixo da Água⁶⁸, assinado em 5 de agosto de 1963 (ano seguinte à Crise dos Mísseis de Cuba), e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)⁶⁹, assinado em 1º de julho de 1968, são exemplos de convenções que não limitaram as capacidades existentes das duas superpotências, mas sim de terceiros Estados. A partir da década de 1970, contudo, iniciou-se um período de assinaturas de tratados que incluíam ambos os países e armas de destruição massiva mais elaboradas, como as químicas e biológicas.

Já em 1969, os ministros das relações exteriores do Pacto de Varsóvia não mais faziam questão de que apenas os europeus participassem das conversas sobre a segurança européia, incluindo canadenses e norte-americanos nas discussões. As conversações entre Moscou e Washington conduziram à assinatura do SALT I e do SALT II (*Strategic Arms Limitation Talks* – Conversações sobre Limites de Armas Estratégicas) entre o fim da década de 1960 e fim da década de 1970⁷⁰.

Por diversas vezes, o Pacto de Varsóvia tentou se organizar de uma maneira tão efetiva quanto a OTAN, mas a harmonia não era tão simples de ser alcançada. No Pacto, juntamente com a colaboração militar, os Estados-membros eram cooptados por Moscou a seguirem sua linha político-econômica, sem benefícios comparáveis àqueles obtidos pelos Estados-membros da OTAN. A propensão às dissidências era, portanto, maior do que no bloco Atlântico, como foi o caso de Enver Hoxha na Albânia e de Nicolae Ceaușescu na Romênia, a qual seria excluída de muitas decisões do Pacto de

em 1960. A ruptura sino-soviética não foi causada por uma disputa ideológica leninista, mas pela indisposição dos líderes soviéticos de fornecer ao seu vizinho uma capacidade nuclear. Os líderes dos Estados Unidos, presos a um padrão de apoio eleitoral mobilizante, por meio de apelos ideológicos anti-comunistas, foram espantosamente lentos em explorar a ruptura sino-soviética em seu proveito. Somente quando a opinião pública norte-americana se revoltou contra uma guerra infrutífera no Vietnã que o presidente Nixon descobriu que o alçamento dentro do triângulo EUA-URSS-China poderia ajudar a destrinçar os EUA da guerra.” (Tradução minha) in LAKE, David A., MORGAN, Patrick M. **Regional Orders: Building Security in a New World**, pg. 254. The Pennsylvania State University Press, University Park, 1997.

⁶⁸ Disponível em <http://fletcher.tufts.edu/multi/texts/BH454.txt>.

⁶⁹ Para maiores informações sobre o TNP, ver <http://www.un.org/Depts/dda/WMD/treaty/>.

⁷⁰ Para informações sobre o Tratado SALT I, assinado em maio de 1972, ver <http://www.state.gov/t/ac/trt/5191.htm>. Para o texto do Tratado SALT II, assinado em junho de 1979, ver <http://www.state.gov/t/ac/trt/5195.htm>.

então em diante⁷¹. Estas desavenças perduraram durante a década de 1970, embora Brejnev mostrasse maior preocupação com o desenvolvimento de relações mais amigáveis com o Ocidente. Em 1971, durante o 24º Congresso do PCUS, ele apóia a redução de forças na Europa Central, incluindo armas atômicas. Contudo, as preparações militares não são deixadas de lado no advento de um possível confronto entre os blocos⁷². A Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa – CSCE – buscou, por iniciativa da URSS e dos países-membros da OTAN, aumentar o diálogo entre os blocos divergentes. As conversações, iniciadas em 1973, fizeram parte do Processo de Helsinque, que se completou em 1975 com a adesão de 35 Estados e nas quais se encontram disposições como “resolução pacífica de disputas” (artigo V), “não-intervenção em assuntos internos (artigo VI)” e “respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de pensamento, consciência, religião ou crença (artigo VII)”⁷³.

A necessidade da *détente* para a União Soviética e outros países do bloco do leste caminhava juntamente com a crise econômica que o país atravessava, e isto se refletia nos avanços militares do Pacto de Varsóvia que não se comparavam aos da OTAN. Contudo, tais investimentos em armamentos eram necessários à sobrevivência de boa parte da economia soviética, fortemente baseada na indústria de defesa⁷⁴.

Diversos exercícios militares do Pacto de Varsóvia foram conduzidos durante a década de 1970 e eles cada vez mais mostravam as deficiências do mesmo. A desunião

⁷¹ Desde a Conferência do COMECON de 1962, durante a qual a URSS propõe a divisão do trabalho dentro do bloco, houve desconforto com a Romênia, que discordava da idéia. A partir de então, Bucareste iniciaria uma linha contestatória dentro do Pacto. “[A] *noção de que os soviéticos aceitariam um domínio estável do partido quando este se dissuadisse de Moscou deve conter limites lógicos. Se a Romênia tivesse se retirado do Pacto de Varsóvia, mesmo com uma ditadura neo-stalinista no comando, não é certo que os soviéticos teriam permitido que este tipo de dissenso [...] continuasse. Até certo ponto, evidências apóiam as afirmações freqüentes da literatura de que Ceaușescu era tolerado porque ele jamais pôs em questão regra alguma do partido. Contudo, a situação era mais nuançada do que estas interpretações permitem. Os romenos não estavam convencidos de que manter o controle do partido era garantia suficiente de autonomia.*” (Tradução minha) in CROWDER, Ashby B. **Legacies of 1968: Autonomy and Repression in Ceaușescu’s Romania, 1965-1989**, pg. 43. Tese de mestrado apresentado à Faculdade de Artes e Ciências da Universidade de Ohio, agosto de 2007. A Romênia comunicara secretamente aos Estados Unidos que permaneceria neutra no caso de um conflito nuclear entre ambos os blocos e, em 1964, afirma ser independente em matéria de política externa.

⁷² KARP, Regina Cowen. **Security with Nuclear Weapons?: Different Perspectives on National Security**, pgs. 137/8. Oxford University Press, 1991.

⁷³ Para o texto completo da Ata Final de Helsinque, assinado em 1º de agosto de 1975, cf. <http://www.hri.org/docs/Helsinki75.html>.

⁷⁴ Para maiores informações sobre a importância da defesa para o mercado de trabalho soviético e a utilização da OTAN como ameaça externa à coesão interna, cf. HOFFENAAR, Jan, FINDLAY, Christopher (eds.). **Military Planning for European Theatre Conflict During the Cold War – an Oral History Roundtable (Stockholm, 24-25 April 2006)**. Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zúrique, 2006.

entre os membros, em especial por parte da Romênia, sempre avessa às tentativas de unificar o comando do bloco, era acrescida da pouca versatilidade da aliança militar. Sempre voltados às regiões de fronteira, em especial no tocante à Europa Central, eles não asseguravam sua efetividade às próprias autoridades que os organizavam⁷⁵. Os orçamentos da OTAN aumentavam em 1978 e novos armamentos eram adquiridos; no mesmo ano, os ministros de defesa do Pacto concluem que a OTAN buscava a superioridade militar sobre o Pacto de Varsóvia:

Ao mesmo tempo, uma série de recomendações específicas foi aceita para a melhoria das comunicações e sistemas de automação e particularmente para o início da segunda fase do sistema de inteligência abrangente da OTAN⁷⁶.

Contudo, o Pacto jamais conseguiria equiparar seus efetivos e armas aos da OTAN. Em 1979, o presidente norte-americano Jimmy Carter e Leonid Brejnev assinam o tratado SALT II, que planejava diminuir consideravelmente o desenvolvimento e construção de mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs) por parte de ambos os países⁷⁷. No mesmo ano, Brejnev comunica a retirada de 20.000 soldados e 1.000 tanques da RDA. Em dezembro, com a invasão soviética do Afeganistão, ambos os países vêm suas relações abaladas e o Pacto de Varsóvia passa a ter maiores dificuldades em uma guerra que Moscou não esperava durar tanto⁷⁸.

⁷⁵ “As manobras ‘Zapad’ (Oeste) de 1977, que ocorreram na Alemanha Oriental, foram pensadas para avaliar a habilidade do Pacto de Varsóvia em contra-atacar o claro progresso na prontidão de combate da OTAN. A Aliança Ocidental completara recentemente as comparáveis manobras ‘Wintex’, suas maiores, e de acordo com um relatório alemão oriental, os resultados mostraram que o Pacto deixava a desejar em seu objetivo”. **Document No. 81: Marshal Ogarkov Analysis of the “Zapad” Exercise, May 30 – June 9, 1977** in MASTNY e BYRNE, *op. cit.*, pg. 406.

⁷⁶ **Document No. 83: Soviet Statement at the Chiefs of General Staff meeting in Sofia, June 12-14, 1978** in MASTNY e BYRNE, *op. cit.*, p. 417.

⁷⁷ Devido à fabricação e desenvolvimento, por parte da URSS, de alguns tipos de armas que não estavam contempladas no SALT II (mísseis SS-20), a OTAN inicia sua Decisão “Double Track” de instalar armas nucleares de médio alcance na Europa Ocidental para forçar a retirada soviética de tais equipamentos. Cf. **Special Meeting of Foreign and Defence Ministers (The “Double-Track” Decision on Theatre Nuclear Forces)**. Bruxelas, 12 de dezembro de 1979.

Disponível em <http://www.nato.int/docu/basicxt/b791212a.htm>. Somente em 1983, com a assinatura do Tratado INF (*Intermediate-Range Nuclear Forces*) no governo de Gorbachov, a União Soviética e os Estados Unidos viriam a destruir 2.692 mísseis.

⁷⁸ “Os soviéticos intervieram no Afeganistão em dezembro de 1979. Relembrando, era impensável, em 1979, que o império soviético pudesse entrar em colapso, para não dizer cair totalmente, no período de uma década. Apesar da Guerra do Afeganistão ter sido inicialmente visualizada por líderes soviéticos como uma intervenção de pequena escala, ela cresceu para se tornar uma guerra de uma década envolvendo aproximadamente um milhão de soldados soviéticos, matando e ferindo algumas dezenas de

A nomeação de Brejnev para comandante-em-chefe do Pacto em 1980 contrasta com a crise política na Polônia, na qual Moscou decide não intervir⁷⁹. Esta década é marcada por exercícios que simulariam invasões a territórios da OTAN para pôr fim à infra-estrutura militar ocidental⁸⁰. Contudo, nenhuma ação do Pacto representaria um desejo unilateral do Politburo soviético nessa época e a intervenção em países-satélites na Europa não se materializaria. Em novembro de 1982, morre Leonid Brejnev. O cargo de primeiro-secretário do PCUS seria preenchido por Iúri Andropov.

Conclui-se que o Pacto de Varsóvia surgiu como uma contraparte soviética à união de grande porção da Europa Ocidental, além de Estados Unidos e Canadá, em torno da proteção intercontinental. O surgimento do bloco do leste decorreu, em última instância, da negação dos países ocidentais de incluir a União Soviética em um concerto de segurança europeu. Se no campo econômico já havia conflito em relação à reconstrução europeia, questões de defesa e segurança dificilmente encontrariam consenso. Um paralelo pode ser feito até hoje, quando, após a gradual abertura do governo Gorbachov e o auge liberal de Iéltsin, Moscou se sente cada vez mais alijada do mundo ocidental e da OTAN durante os governos Putin e Medvedev. A percepção de, aos olhos da OTAN, ser considerada uma ameaça e não uma parceira delineará grande parte de sua política externa nos anos subseqüentes.

milhares deles.” (Tradução minha) in REUVENY, Rafael e PRAKASH, Aseem. **The Afghanistan War and the Breakdown of the Soviet Union**, pg. 696. Review of International Studies, 1999.

⁷⁹ Jaruzelski lutaria contra a influência do Sindicato Solidariedade (*Solidarność*) ao declarar a lei marcial em dezembro de 1981, o que diminuiria as cobranças da URSS acerca das dissidências políticas no país. Cf. BARKER, Colin. **The Rise of Solidarność in International Socialism**. Outubro de 2005. Disponível em <http://www.isj.org.uk/index.php4?id=136&issue=108>.

⁸⁰ Para o relatório oficial soviético sobre essas operações, cf. http://docs.vif2.ru/engl/1982_02.pdf.

2. O FIM DA URSS E O GOVERNO GORBATCHOV

2.1. OS GOVERNOS ANDROPOV E TCHERNENKO E A CRISE DO PACTO DE VARSÓVIA

Iúri Andropov pertencia à velha guarda do Partido Comunista, tendo servido como embaixador plenipotenciário da União Soviética na Hungria na década de 1950, notadamente durante a Revolução Húngara de 1956. Sua atuação foi essencial para a supressão da revolta que ameaçava a influência soviética no país⁸¹. Assumindo o posto como secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética em novembro de 1982, seu curto governo, que durou até fevereiro de 1984, não trouxe mudanças significativas à política externa de Moscou.

Os conflitos no Afeganistão seguiam e as negociações entre Estados Unidos e União Soviética sobre as armas nucleares de médio alcance foram suspensas em 1983 por conta de Moscou. Havia a preocupação soviética de que as diferenças tecnológicas no campo militar fossem acentuadas caso elas prosseguissem. Isto se liga à decisão tomada em 1977 por Moscou de estacionar mísseis de médio alcance, os SS-20⁸², os quais foram vistos pela OTAN como potenciais armas de ataque e não de defesa. A Aliança Atlântica, em 1979, ameaçara Moscou com o estacionamento de mísseis Pershing II e de cruzeiro na Europa, o que seria iniciado em 1983⁸³. As alegações

⁸¹ Em 1º de novembro de 1956, Andropov enviou notável correspondência secreta a Moscou acerca de sua reunião com Nagy. Para mais informações e acesso à documentação traduzida para o inglês, cf. **Andropov Report** – Cold War International History Project – Woodrow Wilson International Center for Scholars.

Disponível em

http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1409&fuseaction=va2.document&identifier=82699F97-EC4B-54BD-C4D29366EA294161&sort=Subject&item=Imre%20Nagy.

Acessado em 23 de maio de 2008.

⁸² Segundo a Designação OTAN. O nome oficial russo era ракета средней дальности (abreviado como RSD-10). Cf. **Ракетный комплекс средней дальности РСД-10 "Пионер" (SS-20)**. Disponível em <http://www.new-factoria.ru/missile/wobb/pioner/pioner.shtml>. Acessado em 14 de julho de 2008.

⁸³ “Os ministros notaram com preocupação que a União Soviética continua a aumentar o espectro geral de suas forças nucleares, desde as estratégicas até as de curto alcance. Estas melhorias gerais do arsenal nuclear soviético, particularmente no campo das INF [Forças Nucleares de Médio Alcance, na sigla em inglês] de maior alcance, têm ocorrido apesar da década de contenção apresentada pela Aliança. Desde a publicação pela OTAN de ‘Nato and the Warsaw Pact - Force Comparisons’, em maio de 1982, mais mísseis SS-20 se tornaram operacionais. A União Soviética agora possui 324 lançadores SS-20 estacionados e operacionais ao redor do mundo, compostos de 972 ogivas; combinando-se estas com os mísseis SS-4 e SS-5 ainda operacionais, os soviéticos possuem mais de 1.200 ogivas de mísseis INF terrestres de longo alcance, comparadas com nenhuma estacionada pela OTAN. Contra este histórico, o programa de modernização das INF da OTAN está progredindo com o desenvolvimento e os ensaios em voo dos Ground-Launched Cruise Missiles [Mísseis de Cruzeiro Baseados no Solo] (GLCMs) e mísseis Pershing II nos Estados Unidos e a preparação para o seu estacionamento nos países de apoio europeus. Os ministros reiteraram que, na ausência de um acordo concreto sobre o controle de armas, tais estacionamentos começariam, conforme agendado, ao fim de 1983.” (Tradução minha) in **Final Communiqué – Nuclear Planning Group**. Bruxelas, 30 de novembro de 1982. Disponível em <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c821130a.htm>. Acessado em 18 de maio de 2008.

soviéticas de que a OTAN estava fomentando a corrida armamentista não convenceram a opinião pública mundial, já que a retirada unilateral de Moscou das negociações causou a impressão de que o país havia descartado a única via existente para a redução de armamentos.

Konstantin Tchernenko, que assumiu o poder após a morte de Andropov em fevereiro de 1984, tampouco teve iniciativas relevantes para a redução armamentista entre o Pacto de Varsóvia e a OTAN. Contudo, em 1984, pouco antes de falecer, o líder concordou em retomar as conversações sobre o controle de armas, o que seria seguido vigorosamente por Mikhail Gorbachov.

O interregno Andropov-Tchernenko é de importância simbólica por marcar o fim do domínio da “velha guarda” soviética no Secretariado Geral do PCUS. Até então, havia grande resistência de membros do Politburo em apoiar candidatos não-ortodoxos para altos postos, o que espelhava a morosidade do Partido em relação a mudanças efetivas na liderança⁸⁴. Interna e externamente, a visão de receio e de falta de viço contribuía para a descrença em soluções autênticas.

O Pacto de Varsóvia enfrentava uma crise que não era facilmente notada⁸⁵. O poder de Moscou dentro do bloco militar era dificilmente contestável, mas sua capacidade de ação não era mais tão marcante. Diferentemente do ocorrido em 1956 e 1968 na Hungria e na Tchecoslováquia, respectivamente, evitava-se tomar decisões que pusessem esse mesmo poder à prova. A crise na Polônia era um dos mais patentes exemplos disso. As disputas entre o governo de Wojciech Jaruzelski e o Movimento Solidariedade de Lech Wałęsa nos anos 1980 não impeliram a União Soviética a tomar uma ação decisiva para estabilizar o país politicamente, como ocorrera nas décadas anteriores⁸⁶.

⁸⁴ Cf. YOUNG, Christopher. **The Strategy of Political Liberalization – A Comparative View of Gorbachev’s Reforms in World Politics**, vol. 45, N.º.1, pgs. 47-65. The Johns Hopkins University Press, 1992.

⁸⁵ Não obstante a não tão clara crise política dentro do bloco, já se notava grande desnível em relação aos equipamentos do Pacto de Varsóvia e da OTAN, com esta em muito superando o bloco do leste. Em especial no referente à tecnologia de ponta, como acontecia também na indústria soviética, os ocidentais lideravam, como mostra o seguinte excerto de um livro de 1989: “*É difícil exagerar a importância do próximo passo da OTAN, quando doze nações combinaram para estabelecer comando de voo e postos de alerta antecipado. São os aviões Sentry E3-A do Sistema Aéreo de Alerta e Controle (AWACS [na sigla em inglês]) [...] Os E3-As têm a capacidade de permanecer voando por 12 horas seguidas e dão à OTAN uma chance de alerta contra um ataque repentino, assim como um meio centralizado, mas altamente móvel, de dirigir operações aéreas e defesa antiaérea. As aeronaves soviéticas comparáveis (SUWACS) não são, de maneira alguma, tão bem-equipadas.*” (Tradução minha) in FARINGDON, Hugh. **Strategic Geography – NATO, the Warsaw Pact and the Superpowers**, pg. 34. Routledge, 1989.

⁸⁶ Sobre a oposição polonesa e sua dinâmica social, cf. OSA, Maryjane. **Solidarity and Contention: Networks of Polish Opposition**. University of Minnesota Press, 2003.

A crise no Afeganistão ajudava a aumentar as dificuldades do bloco em tomar decisões de invasão. Já tendo problemas na frente asiática, a invasão de um outro país drenaria ainda mais forças e é possível que Moscou não desejasse correr tal risco. Desde 1978, os levantes contra o Khalq, uma facção do Partido Democrático Popular do Afeganistão, atraíram a atenção da URSS à época em que vigorava a Doutrina Brejnev. Do apoio ao governo de Nur Muhammad Taraki, o conflito logo passou a ser lutado entre forças soviéticas e os mujahedins descentralizados, provindos de vários grupos étnicos dentro do formal Estado afegão. A incapacidade de Moscou de contra-arrestar inúmeros levantes que se voltavam contra o governo pró-soviético e as baixas que daí adviriam (até 1989, ano do fim do conflito, mais de 14.000 combatentes soviéticos haviam sido mortos) expunham a crise militar do bloco⁸⁷.

Em 1983, o exercício Soiuz do Pacto de Varsóvia se baseou em mais uma visão fatalista: a força da OTAN teria se ampliado de tal forma que as forças ocidentais seriam capazes de invadir a Europa Oriental mais rapidamente e com menor possibilidade de aviso. Tornara-se, portanto, mais difícil enfatizar a não-utilização de armas nucleares “a qualquer custo”, pois os armamentos convencionais do Pacto não mais fariam frente a ofensivas da Aliança Ocidental.

2.2. O GOVERNO DE GORBATCHOV E AS NOVAS POSSIBILIDADES DE NEGOCIAÇÃO

Em 1985, Tchernenko sucumbe a uma doença renal, o que trará Mikhail Gorbatchov ao posto de primeiro-secretário do Partido Comunista⁸⁸. Concomitantemente com as reformas internas que buscaram renovar o aparato político soviético, em especial devido à desburocratização empreendida, o novo líder buscou assegurar o mundo de uma nova dinâmica exterior por parte de Moscou.

⁸⁷ Estados rivais da União Soviética apoiavam os mujahedins, pois viam com insegurança o aumento da influência soviética na Ásia Central. “*Preocupados com o expansionismo soviético, Paquistão, Irã e, à época, os Estados Unidos (especialmente), China e alguns Estados árabes e europeus começaram a fornecer dinheiro e armamentos aos Mujahedins. A maior parte desta ajuda era repassada pelo Paquistão, que a distribuía para sete grandes facções islâmicas; Islamabad favorecia as quatro mais fundamentalistas.*” (Tradução minha) in DICK, C. J. **Mujahideen Tactics in the Soviet-Afghan War**, pg. 2. Conflict Studies Research Centre. Camberley, Inglaterra, janeiro de 2002.

⁸⁸ Os dias finais de Tchernenko foram envoltos em mistério acerca de sua hospitalização e condição física, dando espaço a muita especulação, em especial na mídia ocidental. Cf. RUSSELL, George. **Soviet Union – The Succession Problem**. Arquivos da revista **Time**. Disponível em <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,960299,00.html>. Acessado em 20 de maio de 2008.

O primeiro passo foi o abrandamento dos laços políticos entre os países-membros do Pacto de Varsóvia e o seu maior membro. Gorbatchov assegurou aos líderes da Europa Oriental que o bloco não mais interviria na política interna de cada um deles, especialmente com forças militares. A “independentização” anunciada por ele veio em um momento no qual a política externa soviética se encontrava em uma fase crítica: com os custos advindos da luta contra os insurgentes afegãos, que mostrava cada vez menos resultados, era pouco provável que Moscou se aventurasse a intervir em mais uma crise política, sobretudo em um momento durante o qual a instabilidade crescia fortemente nos seus satélites europeus⁸⁹.

A reforma do Politburo não era, portanto, afastada de uma ousada reforma do Kremlin. Uma grande diferença talvez seja relacionada à efetividade de ambas e sua instrumentalidade. A “renovação” das estruturas burocráticas internas tinha um peso considerável, levando-se em conta o notável imobilismo interno que a classe política soviética atingira⁹⁰. A substituição de membros velhos e corruptos das estruturas do Partido e de líderes regionais por todo o território soviético trouxe uma sensível renovação para grande parte da burocracia. Entretanto, não havia como seguir com reformas mais profundas, pois a velha guarda do PCUS havia se assentado sobre uma

⁸⁹ Em termos midiáticos, como exemplo maior e mais próximo do Ocidente, pode-se citar a Polônia, na qual, apesar do aumento da repressão e do cerco à oposição, o Solidariedade de Wałęsa continuava a angariar seguidores. Mesmo a instituição da pena de morte, em 1981, por Jaruzelski não coibiu as demonstrações de insatisfação popular. “*A transição da ditadura de um só partido para o pluralismo constitucional não foi nem ligeira nem suave. Ela foi precedida por meses de conversas irregulares e mal-humoradas entre o governo e a oposição calcada no Solidariedade, que culminou nas negociações de ‘mesa redonda’ de fevereiro-abril de 1989. A oposição insistia na re-legalização do Solidariedade e na aceitação de seu fundador, Lech Wałęsa, como parceiro de negociações do governo. Já que a mídia oficial havia já há muito tempo relegado o Solidariedade como uma organização que praticamente cessara de existir, tais condições foram difíceis para o partido aceitar, especialmente devido aos seus apparatchiki linha-dura [...]*” (Tradução minha) in BRUMBERG, Abraham. **Poland: the demise of communism in Foreign Affairs – America and the World** – 1989/90, v. 69, n.º.1. Council on Foreign Relations. Disponível em <http://www.foreignaffairs.org/19900201faessay6002/abraham-brumberg/poland-the-demise-of-communism.html>. Acessado em 25 de maio de 2008.

⁹⁰ As dinâmicas que levaram ao imobilismo social já vinham desde a época de Khrushov, pois a mesma “fórmula” que garantiria a socialização dos meios de produção paradoxalmente levaria à concentração dos mesmos. “*O sistema de posse socializada dos meios de produção e da economia gerida pelo Estado, até recentemente considerado uma bênção absoluta, é agora visto como propenso a conter ‘o perigo potencial da centralização extrema’, o que se torna realidade na ausência de contrapesos apropriados (protivovesy). Útil apenas sob circunstâncias extremas, diz-se que tal centralização pende para o aumento do ‘burocratismo’ e ‘passividade social’ se for adotada como uma norma geral. Assim, mesmo antes do notório ‘imobilismo’ (zastoy) do fim da era Brejnev, diz-se que a União Soviética passou por ao menos dois outros períodos de crises sociais e econômicas agudas: em fins dos anos 1930 e ao fim dos anos 1950.*” (Tradução minha) in ARON, Leon. **The Search for Socialist Pluralism: Gorbachev's Vision of the Future**. 28/04/1988. The Heritage Foundation. Disponível em <http://www.heritage.org/Research/PoliticalPhilosophy/HL155.cfm>. Acessado em 05 de junho de 2008. Não eram novas as dificuldades sócio-econômicas pelas quais a União Soviética estava passando, mas, ciclo após ciclo, percebia-se que os vícios da concentração e da falta de oportunidades de crescimento aumentavam.

forte base de estabilidade. Qualquer mudança que pusesse em questão a segurança dos *apparatchiki* poria em risco a própria estabilidade de Gorbatchov⁹¹.

Em contrapartida, o quadro externo se mostrava mais favorável a mudanças e ousadias, pois estas, acima de tudo, poderiam reverter em benefícios sócio-econômicos à URSS sem balançar as bases fortes da hierarquia de Moscou. O desprendimento do Kremlin em relação aos rumos tomados pelos Estados que orbitavam a URSS dava-se pela inépcia do órgão de se comprometer firmemente com seus governos aliados. A guerra afegã, a resposta soviética para contrabalançar a Iniciativa de Defesa Estratégica (“Guerra nas Estrelas”), lançada pelo presidente norte-americano Ronald Reagan em 1983, e a crescente superioridade militar e estratégica da OTAN levaram a tais ações.

A União Soviética fora chamada pela OTAN para discutir a Redução Mútua e Equilibrada de Forças (MBFR, na sigla em inglês) entre os blocos antagônicos e as *Confidence Building Measures* (CBMs, ou Medidas de Construção de Confiança), em 1984. Dois anos depois, em reunião celebrada em Halifax, Canadá, cresce o apoio político da Aliança Atlântica em torno da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE)⁹², a qual, se demandava maior esforço por parte de Moscou para o monitoramento da situação dos direitos humanos em países socialistas, também propunha iniciativas para o desarmamento mútuo⁹³.

⁹¹ Contudo, é possível que a velha guarda soviética já sentisse seu próprio desgaste dentro e fora da URSS, o que minava parte de sua ação e a obrigava a cooperar. Era uma política de complementaridade a que se instituíra entre eles e Gorbatchov, já que eles prescindiam uns dos outros. “*Parece claro que a rápida queda dos regimes leste-europeus fortaleceu a posição política de Gorbatchov consideravelmente. Em primeiro lugar, seus inimigos dentro do apparat perceberam a vulnerabilidade de sua própria posição. Isto talvez os tenha levado a ver as forças democráticas no país como uma ameaça, deixando Gorbatchov agir como o equilíbrio centrista que, ao mesmo tempo, caminhava em direção a reformas, o que estava se tornando sua marca registrada política. O apparat parou de desafiar Gorbatchov e percebeu que qualquer um mais conservador levaria o PCUS para os caminhos do Partido Comunista da Tchecoslováquia.*” (Tradução minha) in ARIAS-KING, Fredo. **Soviet Domestic Politics and Collapse of the Outer Empire, 1989**, pg. 289. Disponível em <http://www.demokratizatsiya.org/Dem Archives/DEM 07-02 arias.pdf>. Acessado em 03 de julho de 2008.

⁹² Originada do fim das negociações de 1975 em Helsinque. Cf. **Conferenza sulla Sicurezza e la Cooperazione in Europa - Atto Finale**. Disponível em http://www.osce.org/documents/mcs/1975/08/4044_it.pdf. Acessado em 27 de junho de 2008.

⁹³ Importante notar como as pressões exercidas por ativistas de direitos humanos contribuíram para os relativos avanços do Ocidente nas negociações e na opinião pública pelos anos 1970 e 1980. “*A provisão mais significativa dos Acordos de Helsinque veio a ser a assim chamada Cesta III [Basket III] de direitos humanos (as Cestas I e II lidaram com assuntos políticos e econômicos, respectivamente). A Cesta III era destinada a desempenhar um grande papel na desintegração da órbita de satélites soviéticos e se tornou um testemunho para todos os ativistas de direitos humanos nos países da OTAN. A delegação americana contribuiu para as provisões finais dos Acordos de Helsinque. Mas são os ativistas de direitos humanos que merecem crédito, pois, sem as pressões que exerceram, o progresso teria sido mais lento e provavelmente teria sido menor.*” (Tradução minha) in KISSINGER, Henry. **Diplomacy**, pg. 759. Simon and Schuster Paperbacks, Nova York, 1994.

Embora o desarmamento completo fosse algo que Gorbatchov ainda não pudesse (ou talvez nem desejasse) concluir, tais compromissos ocidentais sinalizavam uma redução dos gastos com defesa, o que vinha a calhar em um momento no qual era crucial o aumento do padrão de vida soviético, sempre minado pelos mesmos⁹⁴.

Sempre cauteloso, Gorbatchov buscava não demonstrar fraqueza frente ao Ocidente, conquanto se propusesse a “*fazer o que fosse necessário para mudar a situação internacional radicalmente*”⁹⁵. Contudo, as contradições entre a falta de liberdade política e de informação e o discurso oficial diminuía a legitimidade do líder. O acidente nuclear de Chernobyl, ocorrido em 1986, exemplificou a precariedade científica da URSS e cada vez mais se fazia necessária uma reforma das diretrizes de Moscou⁹⁶.

A diminuição de uma retórica baseada em classes para uma focada em “valores humanos comuns” em relação à política externa apontava para uma tentativa de entendimento e, futuramente, conciliação com o mundo ocidental. Os valores norteadores da OTAN, supostamente alinhados aos direitos humanos e à promoção da democracia, deveriam ser os valores que a URSS apresentava à época da *glasnost*. Este seria o discurso de Moscou de então em diante.

⁹⁴ Cf. DIETZ, Barbara e GREGORY, Paul. **Soviet Perceptions of Economic Conditions during the Period of Stagnation: evidence from two diverse emigrant surveys**, pgs. 535-551 in *Soviet Studies*, vol. 43, Nº.3, Taylor & Francis, 1991.

⁹⁵ Cf. SERVICE, Robert. **A History of Modern Russia: From Nicholas II to Vladimir Putin**, pg. 444. Harvard University Press, 2005.

⁹⁶ Logo após o afã do acidente nuclear, Moscou tentou abafar o caso interna e externamente, mas a atenção global se voltava fortemente em relação à contaminação ambiental, em especial porque muitos dos países expostos se encontravam fora da União Soviética e mesmo do bloco comunista. “*Ao mapear a contaminação ambiental, medir a exposição individual e populacional em geral e arbitrar licenças por doenças, os efeitos biológicos de Chernobyl se tornaram inseparáveis das intervenções políticas que deveriam contê-las. Políticas informadas cientificamente retomaram o resultado como uma complexa experiência técnica e política na qual tanto administradores quanto pessoas afetadas negociaram a escala dos resultados, formas de remediá-los e compensá-los e pedidos de equidade social e direitos humanos. Tais processos tiveram seus próprios contornos burocráticos e legais e exemplificam como a ciência apóia um campo de agência moral e política através do qual as dinâmicas de state-building pós-socialista, democratização e cidadania podem ser compreendidas. (...) O conhecimento acerca do desastre e sua escala no nível cooperativo científico internacional se tornaram altamente desconectados do conhecimento no nível doméstico. Ao internacionalizar o problema da proteção contra a radiação, peritos internacionais e administradores soviéticos redefiniram o escopo do problema em termos não-convincentes empiricamente. À medida que tal internacionalização da ciência progredia, o verdadeiro gerenciamento físico da contaminação do local do acidente foi ‘internalizado’ para a esfera doméstica de controle estatal soviético e seu tradicional modus operandi.*” (Tradução minha) in PETRYNA, Adriana. **Science and Citizenship under Postsocialism**. Disponível em http://goliath.ecnext.com/coms2/gi_0199-3103647/Science-and-citizenship-under-postsocialism.html. Acessado em 20 de maio de 2008.

2.3. A CRISE NOS ESTADOS-MEMBROS DO PACTO DE VARSÓVIA

A força do Pacto de Varsóvia havia se construído sobre a imprevisibilidade defensiva de uma OTAN cada vez mais forte, assim como a possibilidade de intervencionismo de Moscou nos assuntos internos dos países-membros. A primeira característica havia se acentuado com o aumento da superioridade tecnológica das forças da Aliança Ocidental, mas a utilização do Pacto de Varsóvia como um instrumento do Kremlin para a implantação de suas políticas perdia terreno.

A crise do Pacto condizia, então, com o enfraquecimento dos regimes comunistas do leste europeu, os quais, mais do que Moscou, necessitavam da unidade do bloco para a manutenção do *status quo*. Essa unidade se deteriorava seguindo as reformas exteriores de Gorbatchov, que dava maior liberdade de ação interna e externa aos Estados componentes do bloco, ao mesmo tempo livrando a União Soviética de antigas obrigações com as elites políticas vizinhas. É irônico perceber que o Pacto de Varsóvia, outrora tão utilizado por Moscou como um de seus maiores trunfos para manter a unidade político-ideológica de sua área de influência, e vista como ameaçadora para parte da classe política dos Estados vizinhos, agora tivesse uma perspectiva inversa sobre si. As lideranças dos Estados componentes do bloco viam com receio a perda de influência de Moscou, que os mantinha no poder. Este centro, contudo, já começava a considerar o bloco do leste como um fardo.

Com o passar do tempo, aumentava o carisma exibido por Gorbatchov frente à opinião pública soviética e global por suas propostas e ações deliberadas para deter o avanço nuclear, a bipolaridade e o conflito ideológico⁹⁷. Ainda havia relutância por parte dos ministros das Relações Exteriores da OTAN para que esta seguisse os caminhos que Moscou prometera seguir. Argumentava-se que, ainda assim, a União Soviética possuiria uma grande vantagem no número de tropas convencionais⁹⁸.

⁹⁷ A implantação das reformas econômicas de Gorbatchov no campo interno (*perestroika*) caminhava juntamente com a insistência nas negociações estratégico-militares com o Ocidente. “*Gradualmente, Gorbatchov percebeu que ele devia quebrar o poder da burocracia para atingir a reforma econômica. Durante um plenário crucial do Comitê Central do PCUS em janeiro de 1987, a definição da perestroika foi expandida para incluir a democratização do país e Gorbatchov começou a liberar forças populares que ele achava que seriam suas aliadas na luta pela reforma econômica*”. (Tradução minha) in DONALDSON e NOGEE, pg. 106, *op. cit.* O gérmen da futura queda de seu governo, portanto, também seria plantado aqui, já que dificilmente haveria consenso na classe política e militar em relação aos rumos que a economia soviética deveria tomar de então em diante.

⁹⁸ Complementarmente, tanto a URSS quanto os demais membros do Pacto de Varsóvia diminuiriam gradativamente suas forças nacionais em fins dos anos 1980. Cf. **The Direction of Change in the Warsaw Pact**. National Intelligence Council, CIA, abril de 1990. Disponível em

Iniciava-se, portanto, uma rodada de sugestões que abarcariam não só a redução de armamentos nucleares, apesar de estes sempre terem causado o maior receio na classe política e na opinião pública mundial. Após o auge da Guerra Fria, durante a qual boa parte do discurso conflituoso leste-oeste se baseara na questão da destruição nuclear mútua, as atenções se voltaram para os armamentos convencionais, em relação aos quais o Kremlin não havia demonstrado a mesma disposição para negociar. É compreensível, do ponto de vista russo, que se desejasse focar tanto no terror nuclear para que as “concessões” advindas de Moscou impressionassem o mundo ocidental, o qual enxergaria os líderes soviéticos como cada vez mais propensos a negociações. Porém, em 1988, a OTAN questionou internamente a verdadeira reciprocidade do discurso oficial soviético e apresentou sua proposta para o corte de tanques e uma equiparação maior em armamentos em geral⁹⁹.

A estratégia de Gorbatchov consistia em pôr a União Soviética no protagonismo político internacional. Suas concessões serviam tanto para desviar a atenção sobre a fraqueza econômica e militar do Estado como fazer com que suas propostas fossem percebidas como magnânimas. Até hoje, parte significativa do sentimento nacional russo é baseada na crença de que a Rússia deve ter uma grande voz no cenário internacional, sendo isto o reflexo de sua força cultural e militar. Gorbatchov entendia tal visão e sabia que a manutenção da posição de propositor, em vez da de aceitador, era *sine qua non* para o seu sucesso político¹⁰⁰.

A reafirmação da posição de líder vinha em um momento no qual revoluções populares se espalhavam por grande parte da Europa Oriental. A maior abertura política

http://chnm.gmu.edu/1989/archive/files/assessing-soviet-military_2c065e6272. Acessado em 15 de julho de 2008.

⁹⁹ “*Sob tal proposta [apresentada pela OTAN em 1988], nem a OTAN nem o Pacto de Varsóvia poderiam ter mais de 20.000 tanques. Além disto, nenhum membro de nenhuma aliança poderia ter mais de 30% de todas as armas em ambos os lados em qualquer categoria. [...] A proposta da OTAN exigiria que a União Soviética se livrasse de 25.000 tanques. Em seu discurso nas Nações Unidas na quarta-feira, Gorbatchov disse que a União Soviética tomara uma decisão unilateral de se livrar de 10.000 tanques, incluindo 5.000 na Alemanha Oriental, Tchecoslováquia e Hungria até 1991.*” (Tradução minha) in PEAR, Robert. **Gorbachev's Journey; NATO Seeks Deeper Cuts from Soviets**. The New York Times, 9 de dezembro de 1988.

Disponível em

<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=940DEEDA113AF93AA35751C1A96E948260>.

Acessado em 7 de abril de 2008.

¹⁰⁰ Gorbatchov é um dos exemplos maiores de como se tem utilizado o estudo da personalidade dos líderes para explicar mudanças conjunturais na política interna e nas relações internacionais. Consta-se, contudo, uma troca considerável entre a personalidade política e seu ambiente circundante, o qual, no caso de Gorbatchov, oscilava entre um incerto apoio e constantes ataques dentro e fora da União Soviética. Sobre a personalidade do líder soviético como catalisador de mudanças políticas, cf. STEIN, Janice Gross. **Political learning by doing: Gorbachev as uncommitted thinker and motivated learner in International Organization**, vol. 48, N° 2, pgs. 155-183, primavera de 1994.

(*glasnost*) promovida por Gorbatchov permitiu que os movimentos políticos dentro e fora da União Soviética ganhassem mais força.

Desde 1980, inquietações na Polônia levaram à criação do sindicato independente Solidariedade, encabeçado por Lech Wałęsa. Apesar da repressão crescente do líder político Wojciech Jaruzelski, que chegou a declarar a lei marcial em 1981 para conter a influência do sindicato (que seguiu operando na ilegalidade), o apoio da população e da Igreja Católica ao movimento findou por solidificá-lo como uma importante força política no país. Assim, a Polônia se tornava o primeiro país do Pacto de Varsóvia a ter uma força opositora participando das eleições parlamentares em 1989. Apesar do claro apoio norte-americano e do Vaticano oferecido à liderança de Wałęsa (importante ressaltar o fato do papa João Paulo II ser também polaco), o Kremlin em nada interferiu¹⁰¹.

A revolução na Polônia foi um catalisador e inspirou muitos outros incipientes movimentos no leste da Europa. Em 1988, János Kádár liderou mudanças políticas bastante similares na Hungria¹⁰². O único Estado a apresentar uma grande violência durante a mudança de regime foi a Romênia. Como este país jamais passara pela “desestalinização” que atingiu a maior parte da Europa Oriental na era Khrushov, Nicolae Ceaușescu, líder da Romênia por 24 anos, viu seu prestígio cair à medida que seus vizinhos europeus se voltavam contra o sistema comunista.

É provável que, em relação à Romênia, Moscou não tivesse grande desejo por manter Ceaușescu no poder, já que seu regime era um dos grandes contestadores da política externa do Kremlin desde a morte de Stálin. Stalinista em sua forma de governar, o líder romeno sempre fora uma das vozes dissonantes (muitas vezes a única) em grande parte das reuniões do Pacto de Varsóvia. O país já anunciara, por várias

¹⁰¹ O caminho político que a Polônia tomara daí em diante seria o do arranjo com o governo de Jaruzelski – conversas da “Mesa Redonda” de 1989 – ao que se seguiria a confusão política entre 1991 e 1993, época de extrema liberdade política e falta de coesão e, por fim, uma maior consolidação parlamentar. Cf. WIATR, Jerzy J. **Poland's Three Parliaments in the Era of Transition, 1989-1995 in International Political Science Review / Revue internationale de science politique**, vol. 18, N°4, *Elections and Parliaments in Post-Communist East Central Europe/Elections et parlements dans l'Europe de l'Est postcommuniste*, pgs. 443-450. Sage Publications, outubro de 1997.

¹⁰² A transição político-econômica dos países da Europa Central trazia consigo tanto o conhecimento acerca do que *não* deveria ser feito em uma reforma orientada ao mercado, devido às constantes adaptações levadas a cabo pelos governos socialistas, quanto a tendência ao imobilismo, já que as instituições estatais, não acostumadas com mudanças que trouxessem riscos estruturais, poderiam pressionar pela manutenção dos privilégios. Cf. KRANE, Keith. **Post-Communist Economic Transformation: Hungary vs. Poland - Institutional Legacies and the Economic, Social, and Political Environment for Transition in Hungary and Poland in The American Economic Review**, vol. 81, N°2. Papers and Proceedings of the Hundred and Third Annual Meeting of the American Economic Association, pgs. 318-322, maio de 1991.

vezes, o desejo de abandonar o bloco do leste e ultimamente se prendia à noção de que tanto a OTAN quanto o Pacto deveriam se desfazer, mas professava tal questão apenas verbalmente, visto que, em 1989, sustentava que os países do bloco deveriam se manter unidos. O discurso de Bucareste, que sempre fora discordante, amenizou-se em um momento no qual parecia cada vez mais desafiador manter de pé um regime que nem havia chegado às reformas khrushovianas. Nicolae Ceaușescu seria executado em 1989 pelo exército nacional, não representando uma verdadeira perda aliada para Moscou¹⁰³.

Tendo em vista as grandes mudanças operadas na região, a OTAN percebia e delineava a necessidade de cooperação e assistência econômica com tais países, o que, com o passar do tempo, desembocaria nos fortalecidos laços hoje presentes entre Polônia, República Tcheca, Eslováquia e Hungria, agora membros da Aliança Atlântica. Este era o início de um processo que mudaria a influência de Moscou sobre a opinião pública e a elite política dos Estados do leste europeu. Os ministros das Relações Exteriores da OTAN, reunidos em Bruxelas em 14 e 15 de dezembro de 1989, destacaram a importância da cooperação:

Nós apoiamos totalmente os esforços dos 24 países coordenados pela Comissão da Comunidade Européia para fornecer ajuda econômica à Polônia e à Hungria e continuaremos a responder às necessidades urgentes desses países. Nós damos as boas-vindas à Declaração de Ministros do Grupo dos 24, de 13 de dezembro, na qual, juntamente com nossos parceiros, renovamos nosso comprometimento com a ajuda para reestruturar as economias polonesa e húngara e expressamos disposição para responder positivamente a outros países na Europa Oriental e Central e, em particular, à República Democrática Alemã, à Tchecoslováquia, à Bulgária, assim como à Iugoslávia, assim que forem implantadas as reformas políticas e econômicas necessárias¹⁰⁴.

¹⁰³ Ceaușescu também enfrentava, dentro da Romênia, dissenso devido à minoria húngara e, por isto, também se desentendia com Budapeste. Cf. DELETANT, Dennis. **Ceaușescu's appeal to National Identity. The Case of Transylvania in Ceaușescu and the Securitate: Coercion and Dissent in Romania, 1965 – 1989**. M.E. Sharpe, 1995.

¹⁰⁴ (Tradução minha) in **NATO Ministerial Communiqué**, 14 e 15 de dezembro de 1989. Disponível em <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c891215a.htm>.

O apoio gradual e constante aos novos governos representando novos regimes políticos era concomitante com o apoio ocidental às reformas empreendidas por Gorbatchov, que ainda era visto como o líder por trás das mudanças no bloco do leste.

2.4. O ENFRAQUECIMENTO DA UNIÃO SOVIÉTICA E O FIM DO PACTO DE VARSÓVIA

Gorbatchov entendeu que a maior independência oferecida aos Estados da Europa Oriental teria grandes chances de desembocar em um processo desintegrador da União Soviética. As forças políticas presentes nesses Estados, em especial na Polônia, na Hungria e na Tchecoslováquia, repercutiam dentro do território soviético, que compreendia nações diversas étnica e culturalmente na Europa Oriental e na Ásia Central¹⁰⁵.

Em 1988, Gorbatchov anuncia o início da retirada das tropas soviéticas do solo afegão¹⁰⁶. Esta manobra, pensada em um momento no qual os cortes no orçamento militar soviético eram cada vez maiores, era a conclusão de um derradeiro processo que se estendera por mais de oito anos. Mais do que privilegiar a paz na Eurásia, portanto, foi a crucialidade de pôr fim a uma guerra que não poderia ser ganha que impeliu tal decisão. Ademais, as boas relações que se pretendia cultivar entre a URSS e a OTAN não poderiam contar com um conflito indireto entre as superpotências pelo poder em Cabul, dado o apoio ocidental à resistência afegã¹⁰⁷. As tropas voltaram definitivamente à URSS em fevereiro de 1989 e, apesar da humilhação que isto representou para parte

¹⁰⁵ O controle cuidadoso de Moscou em relação às nacionalidades dentro de seu território era muito importante para evitar a fragmentação étnica do Estado soviético. “*O sucesso inquestionável da política soviética de nacionalidades em controlar e conter o nacionalismo étnico dependia largamente de arranjos institucionais que segmentavam a sociedade soviética em linhas de nacionalidade e classe social. Primeiramente, o sistema político-administrativo federal servia como um elaborado escopo para manter a desigualdade étnica. As autoridades políticas mais altas dividiam grupos étnicos entre aqueles com território reconhecido e aqueles sem o mesmo tipo de território. Os últimos eram organizados em uma hierarquia de Estados de quatro níveis, correspondente a quantidades variáveis de direitos étnicos e privilégios. Além do mais, de acordo com uma política de divisão e conquista, as fronteiras entre territórios étnicos eram freqüentemente traçadas arbitrariamente, em óbvia contradição às tradições históricas ou às existentes situações etnodemográficas. Em muitas regiões, especialmente na Ásia Central, esta política impediu efetivamente o surgimento de alianças e grupamentos supra-étnicos que ameaçassem o Estado unitário.*” (Tradução minha) in ZASLAVSKY, Victor. **Nationalism and Democratic Transition in Postcommunist Societies** in GRAUBARD, Stephen Richards (ed.). **Exit from Communism**, pg. 100. Transaction Publishers, 1993.

¹⁰⁶ Cf. MENDELSON, Sarah E. **Internal Battles and External Wars - Politics, Learning, and the Soviet Withdrawal from Afghanistan** in **World Politics**, vol. 45, Nº.3, pgs. 327-360. The Johns Hopkins University Press, abril de 1993.

¹⁰⁷ Cf. RAIS, Rasul Bakhsh. **Afghanistan and the Regional Powers** in **Asian Survey**, vol. 33, Nº. 9, pgs. 905-922. University of California Press, setembro de 1993.

do oficialato soviético, este fato serviu para melhorar ainda mais a imagem do Kremlin aos olhos do Ocidente, assim como reafirmar, para a população, a “nova” vocação do governo de cuidar preponderantemente de assuntos internos.

Nessa mesma época, a União Soviética se via envolta em discussões dentro do Pacto de Varsóvia sobre a transparência acerca do real efetivo de seus armamentos. Em maio de 1988, apresentaram-se dados relativos à força de ambas as alianças, o que abria terreno para argumentações acerca da assimetria militar entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia. Era claro, pelos números apresentados, que as diferenças entre os lados eram grandes e, preocupantemente para Moscou, os armamentos mais sofisticados pertenciam em maior número à OTAN:

1. Considerando-se os componentes propostos para reduções, os números de efetivos de forças terrestres e força aérea (força aérea tática) são:	
Na OTAN	2,4 milhões de homens
No Pacto de Varsóvia	2,3 milhões de homens

2. O número de unidades (divisões, brigadas e os equivalentes de divisões) é aproximadamente o mesmo, ou seja:	
Na OTAN	171 divisões
No Pacto de Varsóvia	175 divisões

3. Tipos mais importantes de armamentos:		
- Superioridade da OTAN	Força aérea tática	1.2 vezes mais
	Dentro desta, caças	1.6 vezes mais
	Helicópteros de combate	1.5 vezes mais
	Sistemas de mísseis antitanque	1.5 vezes mais
- Superioridade do Pacto de Varsóvia	Plataformas de lançamento para mísseis táticos	7.6 vezes mais
	Tanques	2.0 vezes mais
	Lança-minas, canhões e	1.2 vezes mais

	morteiros	
	Veículos Blindados de Transporte de Pessoal	1.3 vezes mais

Dados do marechal Serguei Akhromeyev em 17 de maio de 1988 em reunião co-organizada pelo Ministério das Relações Exteriores Soviético in MASTNY e BYRNE, *op. cit.*, pgs. 592-3 (Tradução minha).

A defasagem soviética (e do Pacto de Varsóvia em geral) fazia com que Gorbachov pressionasse por mudanças estratégicas no bloco do leste, visto que a OTAN se encontrava em uma situação de superioridade crescente. Ademais, as crises políticas que atingiam os satélites da URSS enfraqueciam eventuais coesões, pois os governos alinhados a Moscou estavam profundamente imersos em contestações nacionais de legitimidade. Cada vez mais se apregoava, dentro e fora do bloco, que um ataque advindo deste só ocorreria se fosse uma contra-ofensiva. Mais do que encorajar a reforma do Pacto, contudo, Gorbachov anunciava as liberdades de ação que cada membro teria, não para o fortalecimento da aliança, mas sim para o desprendimento de Moscou em relação à segurança de cada país da Europa Oriental e Central¹⁰⁸.

O constante declínio da economia soviética aceleraria o colapso do Estado. As reformas econômicas empreendidas por Gorbachov liberalizaram grande parte da economia, mas os costumes enraizados na URSS, em especial a corrupção e a disputa política personalista, dificultavam o sucesso das mesmas¹⁰⁹.

Além disto, as nações que constituíam a URSS começavam a apresentar seu desejo de secessão; quanto mais recentemente houvessem sido incorporadas à União, maior era o clamor por independência. Os países bálticos, por exemplo, tinham uma

¹⁰⁸ Cf. ISHIYAMA, John T. **Communist Parties in Transition - Structures, Leaders, and Processes of Democratization in Eastern Europe in Comparative Politics**, vol. 27, Nº.2, pgs. 147-166. Ph.D. Program in Political Science of the City University of New York, janeiro de 1995.

¹⁰⁹ Estas mazelas se somavam à situação macroeconômica geral. As adaptações e racionamentos eram tantos que mesmo os produtos para consumo diário tinham sua disponibilidade constantemente ameaçada. “*Infelizmente para o povo soviético, este não apenas tem deixado de aproveitar ‘um nível qualitativamente novo’ de bem-estar econômico, como seu padrão de vida per capita real de fato caiu a [...] 1% ao ano. Além disto, a economia soviética agora se encontra paralisada pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial com uma óbvia forma de inflação que pode exceder os 20% ao ano, assim como faltas persistentes de produtos básicos, tais como embutidos, sal, sabão, cadernos escolares e açúcar. Uma pesquisa soviética no começo de 1988 descobriu que apenas 23 de cada 211 variedades de alimentos estavam prontamente disponíveis nas lojas soviéticas. Até mesmo o pão, o único produto que os líderes soviéticos sempre tenderam a proteger, tem ‘esporadicamente’ desaparecido das prateleiras de cidades normalmente bem-abastecidas como Moscou. Devido à necessidade, foi instituído o racionamento de produtos básicos como o açúcar, em muitos casos pela primeira vez desde 1947.*” (Tradução minha) in GOLDMAN, I. (Marechal). **Gorbachev the Economist in Foreign Affairs**, primavera de 1990. Disponível em <http://www.foreignaffairs.org/19900301faessay6013/marshall-i-goldman/gorbachev-the-economist.html>. Acessado em 28 de junho de 2008.

viva memória de seus tempos soberanos¹¹⁰, enquanto que as nações da Transcaucásia, pertencentes já ao Império Russo, eram mais ligadas a Moscou. As reformas de Gorbachov, longe de acalmarem os ânimos das outras repúblicas da URSS que não a Rússia, findaram por fortalecer o desejo de secessão e/ou autonomia, pontos diversos dos pretendidos pelo líder soviético. Embora não demonstrasse muita preocupação com a possibilidade de secessão dos países bálticos, devido à sua fraqueza se comparados à Rússia, o aumento do sentimento nacionalista na Ucrânia, então nação interna da URSS, foi um duro golpe que culminou na queda de Volodymyr Shtcherbytsky como líder do Partido Comunista da Ucrânia em 1989¹¹¹. No mesmo ano, o Soviete Supremo da Armênia votou pela inclusão de Nagorno-Karabakh como parte integrante de sua república, sendo esta uma região interna ao Azerbaijão¹¹². As tensões subiam e o controle de Moscou era cada vez menor.

No início da década de 1990, a situação política interna da Rússia era conturbada. Moscou enfrentava um período de grande abalo político-social, pois as estruturas do Estado soviético eram estremecidas continuamente. Com Bóris Iéltsin tendo subido ao posto de líder do Supremo Soviete Russo em março de 1990 (enquanto Gorbachov ainda retinha o título de líder do PCUS), as elites políticas de cada

¹¹⁰ O Báltico sempre foi o calcanhar-de-aquiles da União, pois tinha pouca ligação étnico-cultural com a Rússia, para não dizer lingüística. Apesar de sua independência não ter sido tão violenta, o simbolismo foi forte e teve, dentro e fora da URSS, um significado maior de irreversibilidade do que países como a Ucrânia e a Bielo-Rússia apresentaram. Cf. MUIZNIEKS, Nils. R. **The Influence of the Baltic Popular Movements on the Process of Soviet Disintegration in Europe-Asia Studies**, vol. 47, N°1, pgs. 3-25. Taylor & Francis, 1995.

¹¹¹ A Ucrânia era considerada um reduto do conservadorismo comunista na URSS. “Após Mikhail Gorbachov ter iniciado a perestróika e a glasnost na União Soviética, várias organizações ucranianas novas e já existentes começaram a mobilizar apoio para objetivos ligados à sobrevivência da nação ucraniana – em outras palavras, conectar o símbolo da nação ucraniana a projetos específicos. Este foi o ressurgimento do nacionalismo ucraniano no final da era soviética. Contudo, o Partido Comunista da Ucrânia se opunha à crescente maré de sentimento nacionalista e seu primeiro-secretário, Volodymyr Shtcherbytsky, permaneceu entre os mais conservadores nas repúblicas da união. 1989 foi um momento decisivo. O evento mais importante foi a criação do Movimento Popular da Ucrânia para a Reestruturação, ou Rukh, no início de 1989. Em setembro de 1989, Shtcherbitsky foi retirado de seu posto como primeiro-secretário do Partido Comunista da Ucrânia. Também em setembro de 1989, o Rukh celebrou seu congresso fundador em Kiev, época na qual possuía quase 300.000 membros. Inicialmente, o Rukh foi cuidadoso ao agir no escopo da perestróika de Gorbachov, apoiando a democratização, a renovação lingüística e cultural e a autonomia econômica, mas não a independência política.” (Tradução minha) in ABDELAL, Rawi. **Memories of Nations and States: Institutional History and National Identity in Post-Soviet Eurasia**, pg. 10 in **Nationalities Papers**, vol. 30, n°3. Carfax Publishing, Taylor & Francis Group, 2002.

¹¹² Para uma cobertura extensa do conflito azeri sob a luz do direito internacional, cf. PANICO, Christopher e RONE, Jemera (eds.). **Azerbaijan: Seven Years of Conflict in Nagorno-Karabakh**. Human Rights Watch, 1994.

república soviética se distanciavam da União e faziam novas propostas para as suas populações¹¹³.

Como líder, Gorbatchov entendia que muitas de suas decisões e campanhas seriam mal-vistas e que a imposição de muitas delas não poderia ser frontal. Uma das características mais marcantes de seu governo é a constante tentativa de agradar, o máximo possível, membros de todo o espectro do Partido Comunista, assim como das novas dissidências que apareciam devido a essa mesma abertura. Muitas das reformas pensadas por ele não poderiam ser implantadas em razão do desejo de poupar a democratização e a conseqüente diminuição de atritos com o Ocidente e a OTAN. Suas propostas se tornaram impraticáveis e a deterioração do padrão de vida russo e soviético em geral contribuiu para a diminuição de sua popularidade e seu seguinte declínio. A reputação de Gorbatchov era mais sólida no exterior do que domesticamente. Utilizando o argumento de que o líder se rebaixava às potências ocidentais, Iéltsin obtinha mais popularidade.

Em 25 de fevereiro de 1991, é assinado o acordo de dissolução do Pacto de Varsóvia:

1. Em 31 de março de 1991, os seguintes documentos cessarão de existir:
 - Protocolo de criação de um Comando Unificado para as Forças Armadas de Estados-membros do tratado de amizade, cooperação e assistência mútua de 14 de maio de 1955
 - Estatuto do Comitê de Ministros de Defesa dos Estados-membros do Pacto de Varsóvia em tempos de paz de 17 de março de 1969
 - Estatuto das Forças Armadas Unificadas e do Comando Unificado dos Estados-membros do Tratado de Varsóvia em tempos de paz de 17 de março de 1969
 - Estatuto do Conselho Militar das Forças Armadas Unificadas dos Estados-membros do Tratado de Varsóvia em tempos de paz de 17 de março de 1969

¹¹³ A mudança do *status de nomenklatura* para elite nos países pós-soviéticos se verifica fortemente hoje, apresentando-se como exemplo os oligopólios russos nas mãos de poucos milionários. Em relação à transição dessa classe política, cf. KRYSHITANOVSKAYA, Olga e WHITE, Stephen. **From Soviet Nomenklatura to Russian Elite in Europe-Asia Studies**, vol. 48, n.º. 5, pgs. 711-733. Taylor & Francis, julho de 1996.

- Estatuto de um sistema de defesa antiaéreo comum para os Estados-membros do Tratado de Varsóvia em tempos de paz de 17 de março de 1969

- Estatuto das Forças Armadas Unificadas dos Estados-membros do Tratado de Varsóvia e seus órgãos de liderança em tempos de guerra de 18 de março de 1980

Assim como todos os outros documentos adotados juntamente com as atas supracitadas, havendo sido implantados, alterados ou emendados.

De acordo com o que segue, em 31 de março de 1991, todos os órgãos e estruturas militares criados no escopo do Tratado de Varsóvia (...) estão abolidos. Além disto, toda atividade militar conduzida no escopo do Tratado de Varsóvia está encerrada¹¹⁴.

A reunião que culminou no documento que estabelecia a dissolução do Pacto de Varsóvia deu-se entre os ministros das relações exteriores dos países componentes da aliança do leste. Este fim foi o corolário da perda do poder soviético desde os anos 1980, da desmoralização das suas forças armadas e da crescente incapacidade de manter seus satélites sob controle.

A tentativa de golpe contra Gorbatchov em agosto de 1991 selou a superioridade popular de Iéltsin, que desempenhou um papel preponderante na resistência contra os conspiradores. Até o final do ano, o líder da URSS não conseguiria retomar sua popularidade e Iéltsin anunciaria a precedência de ministros da Rússia sobre os da URSS¹¹⁵. Com a secessão da Ucrânia em dezembro de 1991, a União Soviética perdia o seu segundo membro mais forte. Rapidamente, Iéltsin se reuniu com Leonid Kravtchuk, presidente ucraniano, e Stanislau Shushkevitch, líder bielo-russo, para formar a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que teria como membros subseqüentes Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão

¹¹⁴ (Tradução minha) GRIBKOV, Anatolii I. **Судьба Варшавского Договора: воспоминания, документы, факты** [O Destino do Tratado de Varsóvia: Memórias, Documentos e Fatos] Moscou, Russkaia Kniga. Traduzido para o inglês por Malcolm Byrne in MASTNY e BYRNE, pg. 682, *op. cit.*

¹¹⁵ A tentativa de golpe contra Gorbatchov, conduzida com a intenção de retomar as antigas dinâmicas dentro do PCUS e dentro da classe política de Moscou, foi uma grande contribuinte para a queda das mesmas estruturas. Cf. JOLKIN, Nikolai. **15 Jahren nach dem Putsch gegen Gorbatschow: die Meinungen sind verschieden - Mehr gewonnen oder verloren?** Disponível em http://www.vor.ru/German/Spektrum/Theme_739.html. Acessado em 1º de junho de 2008.

e Uzbequistão. Em 31 de dezembro de 1991, a União Soviética deixaria de existir e Bóris Iéltsin seria o líder, *de facto* e *de jure*, da agora Federação Russa¹¹⁶.

¹¹⁶ Cf. mapa 4.

3. O GOVERNO IÉLTSIN

3.1. BÓRIS IÉLTSIN E A TRANSIÇÃO POLÍTICO-MILITAR

Os acontecimentos internos que levaram Bóris Iéltsin ao posto de presidente da Federação Russa trouxeram consigo uma onda de adaptações bruscas ao modelo ocidental. Tanto econômica quanto socialmente, a Federação Russa sofreu um choque cultural que fez com que a velha ordem tivesse que se ajustar para que muito de seu modo de vida não fosse perdido. A *nomenklatura* soviética, já viciada por anos consecutivos de regalias e distinções semi-aristocráticas, não era mais forte o bastante para assegurar a União Soviética como Estado nacional, tendo em vista os desejos secessionistas das outras nações. Contudo, seu *status quo* ainda seria mantido pela guinada ao mundo dos negócios que, longe de ser “democraticamente” pautada na enunciada livre-competição, seria protagonizada por grupos de oligarcas fortemente ligados à classe política russa¹¹⁷. Era em tal contexto que agora se encontrava a Federação: formalmente liberalizada cultural, social e religiosamente, porém presa a arcaísmos próprios do estilo de vida russo pré-revolucionário, preponderantemente a cristalização dos privilégios e o imobilismo social.

As tensões enfrentadas pelos cidadãos soviéticos ao fim da União eram acompanhadas de perto pela OTAN, a qual se mostrava, por um lado, ciosa da importância do discurso acerca dos problemas humanitários pelos quais passavam a Europa Oriental e, por outro lado, engajada na reiteração do não-nuclearismo por parte de Moscou:

Nós temos nos consultado de perto sobre os acontecimentos na União Soviética e nas repúblicas. No interesse da paz e da segurança, nós rogamos a todos os líderes que avancem nessas questões de uma maneira ordenada e democrática, à medida que elas caminham em

¹¹⁷ Em parte, as reformas não foram tão profundas devido aos costumes político-sociais russos, que prezavam pela manutenção do poder e concentração de vantagens e renda. “*Os governos regionais estavam entre os mais poderosos acionistas, opondo-se a reformas no sistema tributário e programas de estabilização macroeconômica que teriam requerido grandes transferências entre os cortes em subsídios federais e teriam ameaçado aumentos geograficamente concentrados no desemprego. [...] O poder econômico dos maiores barões do gás e do petróleo era pré-ordenado, principalmente após as medidas descentralizadoras do começo da perestróika. Este grupo acionista tinha um poder enorme que não poderia simplesmente ser contra-ordenado por decretos presidenciais.*” (Tradução minha) in LORBEER, Klaus. **Economic and Political Transformation – A Comparison of the Processes in Russia and Poland** in LANGENOHL, Andreas e WESTPHAL, Kirsten (eds.). **Comparing and Inter-Relating the European Union and the Russian Federation - Viewpoints from an international and interdisciplinary students' project**. Zentrum für internationale Entwicklungs- und Umweltforschung der Justus-Liebig-Universität Gießen - Discussion Paper, n.º.30. Giessen, novembro de 2006.

direção a uma base comum de cooperação. Nós forneceremos nosso apoio coletivo e individual para ajudar a União Soviética e as repúblicas a alcançar tais objetivos. (...) Nós encorajamos os líderes da União e das repúblicas a respeitar os compromissos da União Soviética sob a Ata Final de Helsinque, a Carta de Paris e outros documentos do CSCE. Nós os chamamos a cumprir totalmente com as disposições dos acordos de controle de armamentos dos quais a União Soviética é signatária¹¹⁸.

É importante notar que o discurso da OTAN centrava-se, acima de tudo, em torno da Europa Oriental, enquanto a Ásia Central era relegada ao segundo plano, mesmo havendo constituído boa parte do território soviético. Isto começaria a mudar no ano seguinte, quando o Cazaquistão se tornaria parte do Conselho de Cooperação Norte-Atlântico (NACC, na sigla em inglês)¹¹⁹. A União Soviética já havia se unido ao órgão em 1991 e suas nações componentes, após sua dissolução, entrariam para o mesmo.

O ano de 1990 representou uma época de ligação entre a OTAN e Moscou, pautada no fortalecimento da confiança e na restauração de laços diplomáticos, de onde resultaria o NACC. A desorientação provinda da dissolução da União Soviética em 1991 fez com que a OTAN continuasse seu discurso inclusivo, agora com um maior número de países no diálogo Atlântico, ou seja, os ex-membros da URSS. Contudo, esse mesmo momento representava uma grande perda para a OTAN: a da sua identidade¹²⁰.

¹¹⁸ (Tradução minha) in **Press Communiqué M-NAC-2(91)110 – Conselho Norte-Atlântico – Bruxelas - 19 de dezembro de 1991**. Disponível em <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c911219a.htm>. Acessado em 09 de maio de 2008.

¹¹⁹ Cf. AYBET, Gülnur. **NATO's New Missions in Perceptions – Journal of International Affairs**, vol. 4, nº.1, março/maio de 1999. Disponível em <http://www.sam.gov.tr/perceptions/Volume4/March-May1999/aybet.PDF>. Acessado em 25 de junho de 2008.

¹²⁰ O debate acerca da identidade atlântica caminhava juntamente com o do papel dos Estados Unidos dentro da mesma. *The Heritage Foundation*, um veículo conservador norte-americano, publicou: “*Tal missão – preservar a condição básica de segurança na Europa – é tão relevante hoje quanto era durante a Guerra Fria. Além do mais, é especialmente importante ao definir o papel norte-americano na segurança da Europa independentemente do fato de um ataque hostil ser iminente. Quem pode dizer se a Rússia ou algum outro país pode ou não ser uma ameaça à Europa daqui a dez ou vinte anos? Não é o imediatismo da ameaça que conta, mas a profundidade do interesse vital dos Estados Unidos na condição básica de segurança da Europa. Mesmo se uma ameaça potencial a esse interesse existir, os EUA devem estar preparados para deter uma agressão de um poder maior e defender a segurança e a liberdade européia. Não faz sentido para os Estados Unidos deixar a Europa e retornar, como fez nas últimas duas Guerras Mundiais, apenas quando a Europa está em chamas e a ameaça está praticamente na porta de entrada dos EUA. É bem melhor manter 100.000 soldados na Europa para garantir a paz do que enviar 1 milhão de combatentes para lutar uma guerra européia que estourou devido à ausência dos EUA.*” (Tradução minha) in HILLEN, John. **Getting NATO back to the basics** (fevereiro de 1996) in **The Heritage Foundation: Leadership for America**. Disponível em <http://author.heritage.org/research/europe/BG1067.cfm>. Acessado em 15 de junho de 2008.

O surgimento da Aliança ocorrera devido à percebida ameaça soviética sobre o território europeu. Seu desenvolvimento se pautou nos avanços e retrocessos, barganhas e acordos tácitos entre a Aliança Atlântica e o Pacto de Varsóvia. Com a dissolução da aliança militar do leste e, logo após, do seu maior inimigo ideológico, a União Soviética, vieram à tona diversas reflexões. Não mais seria suficiente a adaptação do órgão devido à maleabilidade soviética para negociar. Isso já ocorrera, embora em menor escala, durante o governo de Khrushov, durante o qual a “desestalinização” trouxera uma tendência maior ao diálogo com o ocidente (embora não levasse à diminuição das tensões dentro do Pacto)¹²¹. Mas o fim da URSS, em dezembro de 1991, pôs em questão a utilidade da Aliança Ocidental.

Para além da especulação acerca da expectativa do fim da URSS ou não, é interessante notar que já em 1990, em Londres, os chefes de Estado da OTAN haviam se reunido para redefinir os rumos estratégicos da Aliança¹²². A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão e o fim gradual dos Estados comunistas na Europa do Leste já apontavam para uma mudança no equilíbrio de poder europeu. Em Roma, pouco menos de dois meses antes do fim da URSS, foi publicado o Novo Conceito Estratégico da Aliança:

Desde 1989, profundas mudanças políticas têm ocorrido na Europa Oriental e Central, as quais melhoraram radicalmente o ambiente de segurança no qual a Aliança Norte-Atlântica busca atingir seus objetivos. Os antigos satélites da URSS recuperaram sua soberania completamente. A União Soviética e suas Repúblicas estão passando por uma mudança radical. As três Repúblicas Bálticas readquiriram sua independência. Forças soviéticas deixaram a Hungria e a Tchecoslováquia e devem completar sua retirada da Polônia e da Alemanha até 1994. Todos os países que foram anteriormente adversários da OTAN desmantelaram o Pacto de Varsóvia e rejeitaram a hostilidade ideológica com o Ocidente.

(...)

- Os desafios de segurança e riscos que a OTAN enfrenta são diferentes em natureza do que eram no passado. A ameaça de um ataque

¹²¹ Cf. LEGVOLD, Robert. **Russian Foreign Policy in the Twenty-First Century and the Shadow of the Past**, pg. 84. Columbia University Press, 2007.

¹²² Cf. **London Declaration on a Transformed North Atlantic Alliance Issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council** (Comunicado Ministerial de 5/6 de julho de 1990). Disponível em www.nato.int/docu/comm/49-95/c900706a.htm. Acessado em 14 de abril de 2008.

simultâneo de escala total em todas as frentes europeias da OTAN foi completamente removida e, portanto, não mais fornece o foco para a estratégia Aliada. Particularmente na Europa Central, o risco de um ataque-surpresa foi substancialmente reduzido e o tempo mínimo de aviso Aliado cresceu concomitantemente.

- Em contraste com a ameaça predominante do passado, os riscos à segurança Aliada que permanecem são multifacetados em natureza e multidirecionais, o que os faz difíceis de prever e acompanhar. A OTAN deve ser capaz de responder a tais riscos se a estabilidade na Europa e a segurança dos membros da Aliança necessitarem ser preservados. Estes riscos podem surgir de diversas maneiras¹²³.

A Aliança enfrentava um caminho de mão-dupla: embora a força do Pacto de Varsóvia não mais existisse (pois a unidade, que era frágil já no fim da década de 1980, falhara), outros Estados haviam surgido na arena internacional e a segurança europeia estava fortemente atrelada às suas condições sociais, econômicas e militares¹²⁴.

Qualquer que fosse o desenrolar da dissolução soviética, a Rússia ainda permanecia uma incógnita para a OTAN. As forças armadas russas, descendentes do outrora Exército Vermelho, agora se encontravam espalhadas por todo o ex-território soviético, o que demonstrava o aferro de Moscou em manter sua área de influência. O comportamento nacional russo se baseava fortemente no orgulho nacional, especialmente desde a Revolução de 1917 e após as constantes vitórias militares e o ganho de territórios que delas adveio¹²⁵.

¹²³ (Tradução minha) in **The Alliance's New Strategic Concept**. Disponível em <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c911107a.htm>. Acessado em 07 de maio de 2008.

¹²⁴ Com isto, voltavam à tona antigos conflitos étnico-religiosos, os quais não cessaram de existir, mas que haviam tido sua força obliterada pelo conflito bipolar entre a URSS e os EUA. “*Contudo, antes das neves do inverno de 1991 terem se instalado, o mundo retornou para o começo do que William Pfaff descreveu como ‘a modernidade dos ódios antigos’, com a emergência de sérios conflitos étnicos nos Balcãs. A isto seguiu-se a luta étnica que acabou com o Sudão e com a Somália, acompanhada por tentativas mal-sucedidas das nações de funcionar primeiramente através dos Estados Unidos e depois através das Nações Unidas. Os Estados Unidos intervieram no Haiti e a ONU e os europeus tentaram calar a luta étnica em Ruanda. O colapso da União Soviética e a criação de 15 novos Estados nessa região levou ao ‘etnonacionalismo’ e ao crescimento de novos Estados na Europa Oriental e em outros lugares baseados na expressão de identidade étnica através da nation-building.*” (Tradução minha) in REDMOND, Jim S. e NAGEL, Stuart S. **Policymaking and Peace: A Multinational Anthology**, pg. 166. Lexington Books, 2003.

¹²⁵ Mais sobre a presença militar russa nessas regiões será apresentado no quarto capítulo desta dissertação. A Rússia tentava (e ainda tenta) manter um alto controle sobre a política interna e externa daquilo que chama de “exterior próximo” (*ближнее зарубежье*), mormente na Europa Oriental e Ásia Central. Sobre os atores principais nessa dinâmica regional, cf. STINGA, Aurelian (Coronel). **European**

O liberalismo do qual Iéltsin era representante não poderia ser mantido sem a assistência econômica ocidental, em especial dos Estados Unidos. O apoio dos líderes do Ocidente ao governo de Iéltsin era essencial para a manutenção da recém-transformada política russa. Diferentemente de Gorbatchov, Iéltsin sabia que poderia barganhar mais, pois ele estava no controle de um Estado formalmente capitalista e, somado a isso, ex-inimigo ideológico da “comunidade ocidental”¹²⁶. Era nele que a OTAN deveria confiar para evitar o retorno da velha ordem.

3.1.1. Redução de armamentos, discurso ocidentalista e a criação da CEI

A discussão sobre os armamentos caminhava desde a década de 1980, com Gorbatchov. As reduções mais importantes vieram do acordo INF (*Intermediate Nuclear Forces* – Forças Nucleares de Médio-Alcance)¹²⁷, em 1987, do tratado CFE (*Conventional Forces in Europe* – Forças Convencionais na Europa)¹²⁸, em 1990 e o START (*Strategic Arms Reduction Talks* – Conversações para a Redução de Armamentos Estratégicos)¹²⁹, em 1991. Para que se operasse o aumento no padrão de vida russo, cortes em armamentos eram anunciados por Iéltsin e, pela primeira vez desde o início da Guerra Fria, abandonou-se a meta de paridade bélica com os Estados Unidos.

Em um intuito de mostrar a confiança que seu governo tinha nas boas relações com o Ocidente, esse não era um gesto visto como contestável pelo líder russo. Era um sinal de boa-fé e crença em que constantes ações como esta resultariam em um aumento da ligação entre Moscou, a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Esta foi uma grande mudança na política externa russa, visto que Moscou perderia muito de seu poder de

Security in the Wider Black Sea Area. USAWC Strategy Research Project. U.S. Army War College, 2007.

¹²⁶ Como o governo Iéltsin mais tarde reclamaria, a ajuda financeira à Rússia foi pouco efetiva. Contudo, não houve um sério acompanhamento por parte dos credores em relação aos investimentos que seriam feitos pelo governo, especialmente em se tratando de um país que tinha grande potencial para consolidar seus inúmeros monopólios e oligopólios. Cf. WEDEL, Janine R. **U.S. Assistance for Market Reforms – Foreign Aid Failures in Russia and the Former Soviet Bloc** in *Policy Analysis*, 22 de março de 1999.

¹²⁷ Cf. **Treaty between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Elimination of their Intermediate-Range and Shorter-Range Missiles.** Assinado pelos EUA e pela URSS em Washington em dezembro de 1987.

¹²⁸ Negociado por Bélgica, Bulgária, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Federal da Alemanha, Romênia, Tchecoslováquia, Turquia e URSS. Texto do tratado disponível em http://www.dod.mil/acq/acic/treaties/cfe/osce_cfe.pdf. Acessado em 10 de maio de 2008.

¹²⁹ **Tratado entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a Redução e Limitação de Armamentos Ofensivos Estratégicos.** Texto em inglês disponível em <http://www.fas.org/nuke/control/start2/text/treatyar.htm>. Acessado em 2 de julho de 2008.

barganha nuclear. O START II, cujas conversações ocorreram em 1992 e culminaram na sua assinatura em janeiro de 1993, fez a Rússia abandonar seu principal eixo de ataque e defesa. Pelo acordo, todos os mísseis balísticos intercontinentais – ICBMs – russos que fossem baseados em terra deveriam ser eliminados até 2003. Não foi fácil para Iéltsin argumentar favoravelmente acerca do acordo, o qual só seria ratificado no ano 2000, meses após a renúncia do líder¹³⁰. Contudo, de acordo com o documento, os Estados Unidos poderiam manter as suas principais armas: suas ogivas submarinas. A demora para a ratificação do START II é sintomática das tensões e vaivéns políticos que assolavam o Kremlin. À medida que a discussão prosseguia, em 1994, iniciaram-se as conversações no seio da OTAN acerca de uma eventual expansão, o que atrasaria ainda mais o processo.

O discurso preponderante nos círculos políticos de Moscou era de que a Rússia havia, durante a União Soviética, negado sua natureza ocidental. A geopolítica passou por um breve período de descaso por parte de Iéltsin, embora mais não fosse feito para mostrar complacência ao Ocidente devido às sempre presentes alas contestatórias no Parlamento (existente a partir de agosto de 1991 com o fim do Politburo). A “terapia de choque” na área econômica levada a cabo por Iéltsin e Andrei Kozyrev (ministro das Relações Exteriores desde outubro de 1990) traria apenas momentos de adaptação dos quais a Federação Russa sairia pronta a integrar o rol de países desenvolvidos. A OTAN era vista como uma dessas instituições e o afã unionista com o Ocidente era tamanho que se procedeu com uma grande diminuição aparente dos laços entre a Federação e as ex-repúblicas soviéticas¹³¹. Kozyrev era hábil com o discurso ao defender que a Rússia

¹³⁰ “Após sua eleição como presidente, Putin buscou lidar com o desafio posto pelas propostas norte-americanas para defesa antimíssil? Ansioso para quebrar com o padrão estabelecido por seu predecessor de denúncias públicas fúteis e irritadiças das iniciativas norte-americanas, seguidas por aceitações mal-humoradas de novas realidades, Putin aproveitou a iniciativa. Em 14 de abril de 2000 ele garantiu a ratificação pela Duma Estatal do START II e em 21 de abril, a do Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares [...], colocando, desta maneira, os Estados Unidos na defensiva aos olhos da comunidade internacional. O START II previa a eliminação de ogivas múltiplas em mísseis estacionados no solo e uma redução das forças norte-americanas e russas para 3.000-3.500 ogivas cada [...]” (Tradução minha) in KANET, Roger E. **The New Security Environment: The Impact On Russia, Central And Eastern Europe**, pg. 33. Ashgate Publishing, 2005.

¹³¹ Pouco antes do fim formal da União Soviética, Iéltsin já demonstrava o desejo de se unir à Aliança Ocidental. Em carta endereçada à OTAN em dezembro de 1991, ele escreveu: “*Nós consideramos estas relações [com a OTAN] como sendo muito sérias e desejamos desenvolver este diálogo em todas as direções, tanto no nível político como no nível militar. Hoje, nós estamos levantando a questão da adesão russa à OTAN, ainda que considerando isto como uma meta política de longo prazo.*” (Tradução minha) in FRIEDMAN, Thomas L. **Soviet Disarray; Yeltsin Says Russia Seeks to Join NATO**. The New York Times, 21 de dezembro de 1991. Disponível em <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9D0CEED61731F932A15751C1A967958260>. Acessado em 15 de maio de 2008.

havia sido a maior prejudicada durante os anos de voga da URSS, tendo oferecido subsídios e apoio às nações componentes de seu espaço, as quais “sugavam” as suas energias.

A Comunidade dos Estados Independentes (CEI), criada à época da dissolução do Estado soviético, preencheu uma lacuna que surgiu durante a redefinição nacional das ex-repúblicas soviéticas¹³². A Europa Central, já cortejada pelos líderes ocidentais, não fazia parte de sua composição, mesmo tendo esses Estados seguido o regime socialista. O território que a CEI compreende é muito parecido com o da antiga União Soviética (sendo que o Turcomenistão optou por seguir como membro associado desde 2005) e mostra que as reformas de Iéltsin e os anseios de Kozyrev não eram feitos impensadamente, visto que ambos sabiam que satisfações deveriam ser dadas aos membros da classe política, composta por nacionalistas e saudosistas. Os países que haviam sido socialistas e que compreendiam o grupo dos mais ricos da Europa Central (não-ocidental) eram justamente os que seriam feitos membros da OTAN em primeiro lugar – Polônia, Hungria e República Tcheca. A perda dessa área de influência já era temida por alguns círculos do Kremlin e foi importante para Iéltsin assegurar uma área sobre a qual o controle russo seria mais forte, como a Ásia Central¹³³.

O desejo russo de se integrar ao Ocidente, portanto, não era condizente com o seu histórico imperialista. Muitas ações de Moscou ainda mantinham o poder regional em suas mãos, como a conservação de tropas na Europa Central e na região da antiga Alemanha Oriental¹³⁴ e no parco revezamento de secretários-gerais que não seriam

¹³² Composta por Armênia, Azerbaijão, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão. As metas iniciais da CEI podem ser vistas como contraditórias, pois tinham como pressuposto, por um lado, facilitar a independência dos países outrora componentes da URSS, dando-lhes tempo e *know-how* para um abrandamento institucional referente ao alinhamento com políticas ocidentais. Por outro lado, também era uma maneira de reforçar os laços que se desintegravam entre Moscou e as outras capitais do “exterior próximo”. Cf. SAKWA, Richard e WEBBER, Mark. **The Commonwealth of Independent States, 1991 - 1998: Stagnation and Survival in Europe-Asia Studies**, vol. 51, n.º.3, pgs. 379-415. Taylor & Francis, maio de 1999.

¹³³ “A renovação da Rússia e sua transição para uma condição civilizada não é tarefa fácil. Estamos devotando muito tempo e esforço para construir novas relações com as antigas Repúblicas da União, que são agora estados soberanos. Os líderes russos estão acompanhando pacientemente o caminho de negociação e nossa meta é compreender e tomar nota dos interesses de cada uma das partes. Não se deve esquecer de que a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) congrega povos que foram ligados à Rússia durante séculos. Também é óbvio que toda a área geográfica da antiga URSS é uma esfera de interesse vital para nós.” (Tradução minha) in KOZYREV, Andrei. **The New Russia and the Atlantic Alliance**. Fevereiro de 1993. Disponível em <http://www.nato.int/docu/review/1993/9301-1.htm>. Acessado em 01 de junho de 2008.

¹³⁴ A Alemanha unificada temia mais as sobras de armamentos russos em seu território após a retirada das tropas do que a influência política de Moscou sobre o território oriental, pois eles poderiam fomentar o comércio ilegal e o crime organizado. Cf. SAGRAMOSO, Domitilla. **The proliferation of illegal small arms and light weapons in and around the European Union: Instability, organised crime and**

representativos de um órgão pretensamente multipolar como a CEI (visto que os mesmos pertenciam apenas à Rússia ou à Bielo-Rússia, este último um país com fortíssimos laços político-culturais com Moscou). Percebiam-se duas “frentes” de política externa para Moscou: a primeira, propagandística e revolucionária, trabalharia com a celebração dos laços culturais com o Ocidente e a sua inclusão no rol dos grandes países capitalistas; a segunda trabalharia com a ordem antiga, mantendo fortes as ligações com a Ásia Central e países do extremo leste europeu, como a Ucrânia e países do Cáucaso¹³⁵. A manutenção desta segunda alternativa demonstra que a Rússia não estava disposta a abdicar totalmente de seus interesses regionais.

Qualquer que fosse o discurso empregado por Moscou, as ilusões logo chegariam ao fim. Com a Guerra na Bósnia em 1992, as tendências liberais e ocidentalistas passariam por sua primeira prova. Se o “ressurgimento” da identidade russa era embasado pelo liberalismo, este também abria espaço para tradições há muito escamoteadas pelo jugo soviético. Se a Rússia deixara de “ser européia” entre 1917 e 1991, ela agora o seria? Os laços existentes entre a Rússia e seus Estados vizinhos não haviam sido forjados apenas durante a existência da URSS, mas desde muito antes: agora, a identidade eslava e cristã ortodoxa faria parte do discurso da oposição política.

3.2. A GUERRA DA BÓSNIA E OS LACOS ESLAVOS

Em 1992, seguindo o exemplo da Eslovênia e da Croácia, a Bósnia-Herzegóvina declara independência, ao que se segue a não-aceitação por parte de Belgrado e o cerco de Sarajevo por tropas sérvias¹³⁶. O desmembramento da Iugoslávia, na qual as maiores tensões separatistas começaram desde a morte de Josip Broz Tito, era um golpe duro ao

terrorist groups, pg. 17. Centre for Defence Studies, Kings College, University of London. Londres, 2001.

¹³⁵ “*Logicamente que disto [o desejo russo pela multipolaridade devido ao medo da supremacia norte-americana] segue que se assegura a integridade da Rússia e seu papel como líder hegemônico da CEI. Diversos corolários partem disto. Todos negam soluções cooperativas na CEI e sabotam possibilidades de segurança cooperativa em outros lugares em favor das esferas de influência abertamente hegemônicas e jogos de soma zero, todos em um contexto de Realpolitik tradicional. Paradoxalmente, estes preceitos fazem a multipolaridade genuína mais difícil de se alcançar em relação à CEI e ao Oriente Médio. Negando esta realidade, muitos acadêmicos e oficiais russos em meados dos anos 1990 propuseram repetidamente uma estrutura binária na qual a OTAN e a CEI, lideradas por Washington e por Moscou, respectivamente, constituiriam dois pilares iguais da segurança eurasiática.*” (Tradução minha) in BLANK, Stephen. **Russia and the US in the Middle East: Policies and Contexts**, pg. 5. Conflict Studies Research Centre – Middle East Series. Academia de Defesa do Reino Unido, junho de 2006.

¹³⁶ Cf. PAVKOVIĆ, Aleksandar. **Bosnia-Herzegovina: an Unfinished National Liberation? in The Fragmentation of Yugoslavia – Nationalism and War in the Balkans**, pgs. 157-184. Palgrave Macmillan, 2000.

maior Estado comunista europeu que não havia se aliado automaticamente a Moscou. A diplomacia russa pôde, pela primeira vez durante o governo Iéltsin, iniciar conversações de peso para a Europa, ao mesmo tempo em que expunha seu comprometimento com uma “causa ocidental”. As “ligações eslavas” entre sérvios e russos formaram o arcabouço para o envolvimento do Kremlin na questão e funcionaram, durante um tempo, para agradar os políticos nacionalistas (liderados por Vladimir V. Jirinovsky) e liberais (governistas)¹³⁷.

Em 1994, oficiais do Ministério das Relações Exteriores da Rússia convenceram os sérvios da Bósnia a retirar suas armas pesadas do entorno de Sarajevo. A OTAN havia, dias antes, decidido pela condenação das pressões sérvias à capital bósnia; com um discurso que posicionava a culpa majoritariamente sobre os sérvios, a OTAN se propôs a “fazer valer” a resolução 824 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

O Conselho de Segurança (...)

- Exige que qualquer tomada de território à força cesse imediatamente;
- Declara que a capital da República da Bósnia-Herzegovina, Sarajevo, e outras áreas igualmente ameaçadas, em particular as cidades de Tuzla, Žepa, Goražde, Bihać, assim como Srebrenica, e seu entorno devam ser tratadas como áreas de segurança por todas as partes envolvidas e devem ser livres de ataques armados e de qualquer outro ato hostil;
- Também declara que nestas áreas seguras o seguinte deve ser observado:
 - a. O fim imediato de ataques armados ou qualquer ato hostil contra as áreas de segurança e a retirada de todas as unidades paramilitares ou militares servo-bósnias destas cidades a uma distância da qual elas deixem de constituir

¹³⁷ Os entusiastas do eslavismo correspondem, muitas vezes, ao excepcional aumento do neonazismo que se tem verificado na Rússia, o que se inicia na era Gorbachov. Embora os maiores líderes da extrema-direita dificilmente liguem suas ações à simbologia ou aos ideais hitlerianos (já que um dos grandes orgulhos nacionais russos é a vitória sobre os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial), seus eleitores e simpatizantes se encontram, muitas vezes, entre esses grupos populares. Porém, não há grande coesão de idéias nesses movimentos e líderes russos são colocados dentro e fora de sua “lista de inimigos” a torto e a direito. “*Até 1995, membros do RNYe [Russkoe natsionalnoe yedinstvo, ou União Nacional Russa] muitas vezes cooperavam com outras organizações extremistas na Rússia. [...] [E]sta prática agora foi abandonada, ao menos na parcela da liderança da organização baseada em Moscou. Um exame de edições recentes do Russkii porjadok [Ordem Russa] revela ataques ferrenhos a todos os rivais, reais ou potenciais, do RNYe: por exemplo, Jirinovsky [ultra-nacionalista], o General Alexander Lebed, o general Boris Gromov, Guenádi Zyugánov [comunista] e todos os monarquistas.*” (Tradução minha) in DUNLOP, John B. **Alexander Barkashov and the Rise of National Socialism in Russia**, pg. 523. Arquivos do **Demokratizatsiya**, disponíveis em <http://www.demokratizatsiya.org/Dem%20Archives/DEM%2004-04%20dunlop.pdf>. Acessado em 27 de março de 2008.

ameaça à sua segurança e àquela de seus habitantes, a serem monitorados pelos observadores militares das Nações Unidas;

b. Total respeito, por todas as partes, aos direitos da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) e às agências humanitárias internacionais ao acesso livre e desimpedido a todas as áreas de segurança na República da Bósnia-Herzegovina e total respeito à segurança do efetivo envolvido nessas operações (...)¹³⁸.

A propaganda do sucesso de Moscou em cooptar os servo-bósnios a cooperar para o desarmamento não serviu para convencer a opinião pública ocidental de que a diplomacia russa se sustentava sozinha no cenário europeu. O ultimato da OTAN para que os conflitos diminuíssem foi um estímulo bem maior do que os “laços eslavos”. Conquanto tais conversações tenham sido importantes para melhorar a imagem de Iéltsin internamente, os ataques da OTAN à Bósnia que se iniciariam em agosto de 1995, como resposta pública aos massacres de Markale entre 1994 e 1995¹³⁹, mostrariam que os feitos russos não tinham tanto peso. A *Operação Força Deliberada* terminaria em setembro e caminharia juntamente com o aumento do desprestígio das visões ocidentalistas de Iéltsin. Os planos para a expansão da OTAN contribuíram para a descrença na inclusão russa no órgão e, acima de tudo, na ordem ocidental. É neste contexto que Yevguêni Primakov é apontado como ministro das Relações Exteriores em 1996, personificando o retorno russo ao discurso do realismo político.

3.3. O RETORNO À REALPOLITIK E A PRIMEIRA GUERRA DA TCHETCHÊNIA

Primakov, um “nacionalista pragmático”, opunha-se fortemente à expansão da OTAN em direção às fronteiras ocidentais russas. O tópico do alargamento da Aliança Ocidental não era um problema para o país até o momento do início das conversações que não consideravam a Rússia como provável candidata. Em Moscou, percebia-se que a OTAN, longe de existir *em parceria* com a Rússia ou mesmo *apesar* da Rússia, parecia existir *contra* ela. Se planos de expansão não a contemplavam e os novos

¹³⁸ (Tradução minha) **Resolução 824 de 1993 do Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Disponível em <http://www.nato.int/ifor/un/u930506a.htm>. Acessado em 01 de junho de 2008.

¹³⁹ *Markale* era a região dos mercados de Sarajevo, na qual ocorreram diversos massacres de civis. Este ato foi o estopim para o envolvimento da OTAN no conflito, já em seu estágio final. Para mais informações sobre a manutenção de paz da OTAN na região, cf. LIÉGEOIS, Michel. **Stratégies de maintien de la paix de l'OTAN**. OTAN, junho de 1997. Disponível em www.nato.int/acad/fellow/95-97/liegeois.pdf.

membros a serem considerados eram os mesmos Estados que tinham maior aversão a ela, surgia um forte sentimento de ameaça¹⁴⁰.

Em certa medida, Iéltsin foi “poupado” das maiores críticas internas, pois Andrei Kozyrev foi quem mais as recebeu. Como as aspirações russas se mostravam cada vez menos possíveis, Primakov inicia um período de fortalecimento do espírito russo frente ao Ocidente, sobretudo em seu discurso. Ademais, desde 1993, a nova Constituição da Federação expandia os poderes presidenciais, o que dava maior alcance a Iéltsin e seus apadrinhados¹⁴¹. No ano seguinte, iniciou-se a primeira Guerra da Tchetchênia, a qual traria aos olhos da imprensa mundial os excessos cometidos pelas forças russas na manutenção da ordem na república autônoma¹⁴². Pode-se ligar tal fato à contínua queda na popularidade do governo, o qual via como um ultraje a declaração de secessão tchetchena já em 1991 e, não a aceitando, viu o conflito escalar em 1994, mesmo ano em que se discutia a expansão da OTAN. No contexto de supressão da revolta da Tchetchênia (que duraria até 1996) e da percepção russa de que não seria integrada à

¹⁴⁰ A primeira onda de expansão, que culminou com a entrada de Hungria, Polônia e República Tcheca, se concretizaria em 1999. Maior membro da Aliança, os Estados Unidos não apresentaram nenhuma ressalva a essa inclusão, sendo o Senado em Washington pouco dissidente em relação à matéria. Cf. ROSNER, Jeremy D. **NATO's Credibility: Past, Present, and Future**. The Eisenhower Institute – Gettysburg College.

Disponível em http://www.eisenhowerinstitute.org/themes/past_themes/nato/perspectives/rosner.dot. Acessado em 15 de julho de 2008.

¹⁴¹ O artigo 83 da Constituição da Federação Russa exprime claramente tais atributos: “*O Presidente da Federação Russa: a) nomeará prévio consentimento da Duma ao presidente do Governo da Federação Russa; b) Terá o direito de presidir as sessões do Governo Federal; c) Decidirá sobre a renúncia do Governo Federal; d) Apresentará perante a Duma candidatos à Presidência do Banco Central da Federação Russa; introduzirá perante a mesma Câmara a destituição do Presidente do Banco Central da Federação Russa; e) Designará prévia proposta do Presidente do Governo Federal e destituirá do cargo os Vice-Presidentes do Governo Federal e Ministros Federais; f) Apresentará perante o Conselho da Federação candidatos a integrar a Corte Constitucional, a Corte Suprema e a de Arbitragem Superior da Federação Russa e também candidatos a ocupar a Procuradoria-Geral da Federação; fará, perante o Conselho da Federação, propostas para destituir o Procurador-Geral da Federação Russa; designará os Juizes de outros Tribunais Federais; g) Formará e dirigirá o Conselho de Segurança da Federação Russa, cujo status será definido pela correspondente legislação federal; h) Confirmará a doutrina militar da Federação Russa; i) Formará a equipe da Presidência da Federação Russa; j) Nomeará e destituirá os Representantes Plenipotenciários do Presidente da Federação Russa; k) Nomeará e destituirá o Alto Comando das Forças Armadas da Federação Russa; l) Designará e retirará, após consulta aos respectivos comitês e comissões de ambas as Câmaras da Assembléia Federal, os Representantes Diplomáticos da Federação Russa em outros Estados e perante os Organismos Internacionais.*” (Tradução minha) in **Constitución de la Federación de Rusia** (traduzido ao espanhol por Hernando Piñeros S.). Disponível em <http://www.latintrade.ru/main/esp/const04.htm>. Acessado em 12 de julho de 2008.

¹⁴² As guerras da Tchetchênia na década de 1990 e 2000 são exemplos de guerras de rede, um novo conceito no estudo das relações internacionais e de conflitos inter e intra-estatais, utilizado especialmente desde a Guerra do Golfo de 1990/91. A coordenação entre os guerrilheiros levou ao sucesso verificado em 1996 contra as forças russas. Cf. ARQUILLA, John e RONFELDT, David. **The Advent of Netwar (Revisited)**. Disponível em <http://www.tsa.gov/assets/pdf/NetWar.pdf>. Acessado em 20 de abril de 2008.

OTAN, diferentemente de países da sua fronteira, o discurso se acalorou e o efeito foi o apoio cada vez maior da direita nacionalista ao seu governo¹⁴³.

Durante a guerra na Tchetchênia e a contínua transmissão de dados televisionados, a OTAN fortalecia seu discurso humanitário, pedindo calma ao governo russo e apelando a acordos com os secessionistas. Seguindo esta linha, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), originada das conversações de Helsinque em 1975, mantinha o mesmo tom¹⁴⁴. Com o intuito de mostrar que compactuava com a defesa dos direitos humanos locais, o governo de Moscou permitiu a presença da OSCE nas negociações, em especial quando precisava de um intermediário.

Desde novembro de 1996, quando Iéltsin decidiu por retirar as últimas tropas russas do território tchetcheno (deixando a nação caucasiana operando como um Estado *de facto* independente até a Segunda Guerra da Tchetchênia, em 1999), o controle maior de Moscou sobre a região falhou. Isto mostra uma outra face da política interna da Rússia, fortemente ligada a questões de defesa: a manutenção dos recursos naturais. Os oleodutos que cruzam a região do Cáucaso levam o petróleo russo para a Europa e a Ásia Central; logo, a perda do controle sobre todo o Estado russo representa um grande perigo para Moscou, visto que as potências ocidentais seguem cogitando a construção de linhas de oleodutos mais seguras¹⁴⁵.

Não é com a mudança de ministro das Relações Exteriores que a Rússia começa a ter posições que demonstram orgulho ferido. Mesmo Kozyrev sabia que, para

¹⁴³ Para diferentes visões acerca do eurasianismo e da visão popular russa sobre os tchetchenos, cf. O'LOUGHLIN, John. **Geopolitical Fantasies and Ordinary Russians: Perception and Reality in the Post-Yeltsin Era**. Institute of Behavioral Sciences, Universidade do Colorado. Disponível em <http://www.colorado.edu/IBS/PEC/john/pub/pittsburgh.pdf>. Acessado em 19 de abril de 2008.

¹⁴⁴ A cultura tchetchena dificilmente é tratada como parte integrante dos direitos humanos violados na região. Em geral, a língua tchetchena e a religião islâmica lá praticada perderam sua importância para o governo central durante a URSS; logo, o desejo de renascimento étnico é uma importante base para o conflito. Sobre a visão da OSCE em relação à referida luta no Cáucaso, cf. INKI, Jorma. **OSCE, Human Rights and Chechnya**, pgs. 307-314 in LANGHOLTZ, Harvey, KONDOCH, B. e WELLS, A. **International Peacekeeping: The Yearbook of International Peace**. Martinus Nijhoff Publishers, 2003.

¹⁴⁵ Diversos estudos têm sido conduzidos pela União Européia e Estados Unidos para buscar rotas alternativas para o petróleo de países da Ásia Central, o que seria um grande risco para uma das maiores moedas de barganha russa: os recursos energéticos. Autoridades russas mantêm contato com antigos representantes comunistas nos ex-satélites soviéticos, cujo dinheiro financia campanhas de candidatos pró-Moscou e, dentro da Rússia, de candidatos que apoiarão a continuidade dos oligopólios, utilizando as mesmas rotas estratégicas como instrumento de poder na região, como ocorreu durante a crise entre Rússia e Ucrânia acerca do fornecimento de gás a este último país no inverno de 2006. Sobre as ligações russas com os antigos *apparatchiki*, cf. SMITH, Keith C. **Russian Ties with Former Nomenklatura** (pgs. 35-39) in **Russian Energy Politics in the Baltics, Poland and Ukraine – A New Stealth Imperialism?** The CSIS Press, dezembro de 2004.

satisfazer as demandas da opinião pública russa, um discurso mais acirrado era necessário quando do ataque da OTAN à Bósnia em 1995. Contudo, a Rússia se sentia desconsiderada pelas potências ocidentais e as diferenças entre a OTAN e os militares russos começaram a aferrar quando do pós-guerra. A insistência do Kremlin para que a Rússia fosse incluída na segurança deste país do sudeste europeu já havia sido minada pelos ataques da OTAN. Mais adiante, Moscou se recusaria a pôr suas tropas sob comando da Aliança e, após muitas conversas bilaterais entre Rússia e Estados Unidos, concordou-se que o efetivo russo se reportaria diretamente a um general norte-americano.

É importante notar aqui dois vieses: por um lado, a Rússia começava a fincar pé em suas posições antagônicas em relação à OTAN. Não aceitava as visões desta e suas acusações de desrespeito aos direitos humanos dentro da Rússia (Tchetchênia) e fora dela (acusações contra os servo-bósnios). Em contrapartida, a implantação de uma operação conjunta entre OTAN e Rússia para a manutenção de paz na Bósnia, que finalmente ocorreria em 1996, mostrava uma cooperação militar bem-sucedida. Dos 60.000 componentes da Força de Implementação da OTAN (IFOR, na sigla em inglês), 1.600 eram da Federação Russa¹⁴⁶. Mas as prospecções não iriam muito além disto, visto que a expansão da Aliança era um ponto muito forte em questão.

3.4. A “NOVA OTAN” E A CRIAÇÃO DE LACOS INSTITUCIONAIS COM A RÚSSIA

A OTAN é vista de maneira estigmatizada na Rússia justamente pelas mútuas acusações provenientes de ambos os lados durante a Guerra Fria. Desde seu início, foi percebida como rival da Rússia, contrária à sua grandeza e ao seu desenvolvimento. Magnitude é um termo fortemente presente na política externa de Moscou desde há muito tempo¹⁴⁷.

A classe política russa e, acima de tudo, a militar, via sua expansão como perigosa. No mesmo dia em que divulgou nota condenando o aumento da violência na

¹⁴⁶ Cf. DONALDSON e NOGEE, pg. 251, *op. cit.*

¹⁴⁷ “O nacionalismo, articulado em diferentes variáveis, tornou-se a força ideológica mais proeminente na Rússia desde o colapso da União Soviética (URSS) em 1991. Ele ressoa abrangentemente e profundamente entre muitos segmentos da sociedade russa e pinta a retórica de praticamente todas as elites no espectro político russo – dos reformadores liberais aos patriotas fascistas.” in TUMINEZ, Astrid S. **Nationalism in Post-Soviet Russia**, pg. 174 in **Russian Nationalism since 1856 – Ideology and the Making of Foreign Policy**. Rowman and Littlefield, 2000.

República Srpska (parte da Bósnia-Herzegovina), mas também congratulando a SFOR (Força de Estabilização), a Aliança Ocidental, pela Declaração de Madri, convidou três países da Europa Central a se unirem a ela, o que ocorreria dois anos mais tarde:

Nós, os Chefes de Estado e Governo dos países-membros da Aliança do Atlântico Norte, reunimo-nos em Madri para dar forma à nova OTAN à medida que caminhamos rumo ao século XXI. Um progresso palpável foi atingido na adaptação interna da Aliança. Como um passo significativo no processo evolucionário de abertura da Aliança, nós convidamos três países [*Hungria, Polônia e República Tcheca*] para iniciar as conversações de entrada. Nós fortalecemos substancialmente a nossa relação com parceiros através do Conselho de Parceria Euro-Atlântica e da melhoria da Parceria para a Paz. A assinatura, em 27 de maio, do Ato Fundador OTAN-Rússia e a Carta que nós assinaremos amanhã com a Ucrânia são testemunhas de nosso comprometimento com uma Europa não-dividida. Nós também estamos melhorando nosso diálogo mediterrâneo. Nossa meta é reforçar a paz e a estabilidade no entorno euro-atlântico¹⁴⁸.

Note-se que a OTAN, pouco antes, havia assinado o Ato Fundador OTAN-Rússia, o qual possuía como proposta a intenção de fomentar o diálogo entre ambas as partes. O jogo da Aliança de fornecer compensações para a Rússia não passaria para algo perto de uma participação efetiva. Com uma parca participação no NACC e, em 1994, na Parceria para a Paz, a Federação Russa já estava imersa em sua política externa pragmática.

Tudo isto é indicativo de um duplo golpe para Moscou: a perda de sua influência na Europa Central e Oriental e a crescente convicção de que ela não faria parte do grupo das nações do Ocidente. A criação do Conselho OTAN-Rússia (COR), com a mencionada assinatura de 27 de maio, foi celebrada em Moscou como uma vitória para a Rússia, mas, no fundo, não passou de uma precaução da Aliança Ocidental em conter as frustrações da Federação¹⁴⁹.

¹⁴⁸ (Tradução minha) **Déclaration de Madrid sur la sécurité et la coopération euro-atlantique**. Disponível em <http://www.nato.int/docu/pr/1997/p97-081f.htm>, acessado em 8 de junho de 2008.

¹⁴⁹ Dentre os vários temas para discussão sobre os quais o Conselho foi instituído, figuram a proliferação de armas, o terrorismo, a defesa anti-mísseis e o controle aeroespacial. Cf. **Key to the Institutions of**

Haveria consulta periódica no Conselho OTAN-Rússia, o qual operaria por consenso. Contudo, a Aliança estava livre para tomar qualquer decisão e seguir com qualquer operação sem o aval do órgão, o que demonstrava a nulidade prática do mesmo. No ano anterior – 1996 – Iéltsin seria reeleito presidente da Rússia¹⁵⁰. A popularidade do líder era baixa, sendo que no primeiro turno ele conseguira apenas 35% dos votos, competindo contra Guenádi Zyugánov, do Partido Comunista, e levando a vitória, no segundo turno, com 53,8% dos votos válidos¹⁵¹. O declínio da popularidade interna de Iéltsin pode ter sido um fator que levou ao endurecimento da política externa.

No ano seguinte, embora seguisse a cooperação entre Rússia e OTAN na manutenção de paz da SFOR na Bósnia-Herzegóvina, o Conselho OTAN-Rússia caminhava com propostas pouco proativas:

O Conselho Conjunto Permanente (CCP) OTAN-Rússia se reuniu ao nível dos Ministros de Defesa na sexta-feira, 12 de julho de 1998, em Bruxelas. À ocasião, seu segundo encontro, os Ministros notaram com satisfação o primeiro aniversário da assinatura do Ato-Fundador OTAN-Rússia e reafirmaram seu comprometimento em desempenhar todo o seu papel para concretizar substancialmente o trabalho do CCP nos campos militares e relacionados à defesa.

Os ministros discutiram a situação na Bósnia-Herzegóvina e em seu entorno, incluindo as operações da SFOR e a resposta da comunidade internacional em relação à crise de Kosovo. Os ministros concordaram em continuar a cooperação OTAN-Rússia na SFOR após o fim do seu atual mandato, ajudando, assim, a consolidar a paz¹⁵².

Cooperation, Partnership and Dialogue in NATO Handbook, pg. 300. NATO Office for Information and Press. Bruxelas, 2001.

¹⁵⁰ Cf. BLADEL, Joris Jozef Elisabeth van. **The All-Volunteer Force in the Russian Mirror: Transformation without Change** (tese de doutorado), pg. 98. Rijksuniversiteit Groningen. Disponível em <http://dissertations.ub.rug.nl/FILES/faculties/arts/2004/j.j.e.van.bladel/thesis.pdf>. Acessado em 10 de junho de 2008.

¹⁵¹ Cf. **Russia: back to the ballot box**.

Disponível em http://www.pbs.org/newshour/bb/europe/june96/russia_results_6-17.html. Acessado em 02 de junho de 2008.

¹⁵² (Tradução minha) in **Déclaration - Réunion du Conseil conjoint permanent OTAN-Russie au niveau des Ministres de la Défense**. OTAN - Communiqués de Presse. Disponível em <http://www.nato.int/docu/pr/1998/p980612f.htm>. Acessado em 02 de junho de 2008.

Somado a isso, o último ano de governo Iéltsin enfrentaria outro duro golpe para seus aliados culturais e diplomáticos na Europa: os sérvios. O conflito em Kosovo poria em jogo a capacidade de manejo da OTAN para trabalhar com a participação russa no “concerto de paz” europeu. Ao mesmo tempo, apresentaria a relutância de Moscou em abandonar seus aliados por posições incertas oferecidas pelo Ocidente.

3.4.1. Revisão estratégica da OTAN

O ano de 1999, cinquentenário da OTAN, é de delimitação simbólica para Moscou e a Aliança. Neste ano, os três novos países-membros da Europa Central – Hungria, Polônia e República Tcheca – iniciaram sua participação ativa no bloco e o novo Conceito Estratégico da OTAN foi divulgado. Além disto, o Plano de Ação para a Adesão (MAP, na sigla em inglês) seria lançado. Não menos importante, a guerra na província sérvia de Kosovo seria um ponto de alta fricção entre ambas as partes.

Oito anos antes, em Londres, a OTAN aprovara o seu Conceito Estratégico pós-Guerra Fria. Agora, em Washington, firmava-se um novo documento, que pode ser visto como uma maturação da “crise de identidade” da Aliança no início dos anos 1990. Reafirmando as mudanças que ocorreram no cenário euro-atlântico desde o fim do confronto leste-oeste, a Aliança assumiu um papel de “guardiã” da ordem européia em regiões instáveis. O documento apresenta os “novos desafios” advindos do fim da ordem bipolar e a necessidade de identificá-los e combatê-los¹⁵³.

Para Moscou, contudo, tal documento era indicativo do papel que a Rússia desempenharia no diálogo com a OTAN. No mesmo ano da adesão de três novos membros que outrora compunham sua área direta de influência, o novo Conceito Estratégico apenas reforçava a posição que ela teria na Europa.

A Rússia desempenha um papel único na segurança euro-atlântica. Dentro do escopo do Ato Fundador OTAN-Rússia sobre suas relações, a cooperação e a segurança mútua, a OTAN e a Rússia se comprometeram a desenvolver suas relações na base do interesse comum, da reciprocidade e da transparência para alcançar uma paz inclusiva e duradoura no entorno euro-atlântico baseada nos

¹⁵³ Cf. GOLDGEIER, James M. **The Push to Enlarge in Not Whether but When: The U.S. Decision to Enlarge NATO** (pgs. 45-76). Brookings Institution Press, 1999.

princípios de democracia e segurança cooperativa. A OTAN e a Rússia concordaram em dar substância concreta ao seu comprometimento compartilhado para construir uma Europa uma, pacífica e estável. Uma parceria duradoura, estável e forte entre a OTAN e a Rússia é essencial para alcançar uma estabilidade duradoura no entorno euro-atlântico¹⁵⁴.

A linguagem do parágrafo supracitado demonstra que não há menção oficial a laços inclusivos, havendo sempre alusão a “ambas” as partes. A Rússia já estava convencida de sua não-participação efetiva no bloco e tinha uma confiança cada vez menor no Ocidente após os frequentes acertos econômicos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que culminaram com o colapso do rublo de 1998 e a conseqüente crise econômica¹⁵⁵.

De extrema importância no novo Conceito Estratégico é a possibilidade de intervenções “não-artigo 5º”. Este artigo se constituía na premissa básica da OTAN (indicando que um ataque contra um Estado-membro será considerado um ataque contra todos os demais, resultando nas devidas respostas militares) e sua possível contestação abria terreno para novas ações que divergiriam das preconizadas no Tratado de Washington de 1949 e, quando bem observadas as “exceções”, daria maior poder de alcance para considerações estratégicas e ações militares. A alusão a participações “potenciais” de aliados, dentre eles a Rússia, contribuía para a visão de Moscou sobre a pouca importância que lhe era dada¹⁵⁶.

¹⁵⁴ (Tradução minha) in **The Alliance’s Strategic Concept - Approved by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Washington D.C. on 23rd and 24th April 1999**, parágrafo 36. Disponível em <http://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-065e.htm>.

¹⁵⁵ “A economia da Rússia permanece precária após o colapso financeiro de agosto de 1998. O produto interno bruto caiu 4,6% ano passado [1998] [...]. Exceto por 1997, o PIB vem caindo ano a ano na última década, com um declínio acumulado desde 1991 de 40%. A inflação subiu para 84% em 1998 e permanece alta.” (Tradução minha) in ÅSLUND, Anders. **Russia’s Collapse in Foreign Affairs**, setembro/outubro de 1999. Disponível em <http://www.foreignaffairs.org/19990901faessay1007/anders-aslund/russia-s-collapse.html>. Acessado em 25 de março de 2008.

¹⁵⁶ “Ao contribuir para o gerenciamento de crises através de operações militares, as forças da Aliança terão de lidar com uma gama diversa e complexa de atores, riscos, situações e exigências, incluindo emergências humanitárias. Algumas operações de resposta a crises que não dizem respeito ao artigo 5º podem exigir tanto quanto algumas missões de defesa coletiva. Forças bem equipadas e bem treinadas em níveis adequados de preparo e com força suficiente para se deparar com toda a gama de contingências, assim como as estruturas de apoio apropriadas, ferramentas de planejamento e capacidades de controle e comando, são essenciais para fornecer contribuições militares eficientes. A Aliança também deve estar preparada para apoiar, com base em capacidades separáveis, mas não separadas, operações sob o controle político e a direção estratégica tanto da UEO [União da Europa Ocidental] quanto de outras formas acordadas. A participação potencial de parceiros e outras nações não-pertencentes à OTAN em operações dirigidas pela OTAN, assim como possíveis operações com a Rússia, seriam, futuramente, elementos valiosos da contribuição da OTAN para o gerenciamento de

O discurso da OTAN era bem-organizado e passava a imagem de renovação e de transformação de uma aliança somente militar para uma militar e humanitária. Era difícil para a Rússia combater tal proposta em sua política externa. A OSCE era moribunda se comparada ao viço que a Aliança Ocidental apresentava, sendo que aquela organização era a que a Rússia esperava se tornar o maior fórum para a segurança europeia¹⁵⁷. O resultado seria, portanto, o aumento da diplomacia entre a OTAN e Moscou. Embora o Ato Fundador e o CCP fossem vistos como diferenciais no trato ocidental com a Rússia, o aumento da linha dura em Moscou durante o governo Iéltsin atingiria seu ápice com a Guerra de Kosovo, à qual a Rússia esteve longe de dar seu aval ou de mesmo ser consultada sobre a questão.

3.4.2. Kosovo como catalisador do desconforto entre Rússia e OTAN

Diversas reuniões ministeriais da OTAN já haviam, desde 1998, atentado para a situação em Kosovo. O discurso da Aliança era moderado, no início – conclamando ambas as partes a se engajarem no diálogo – mas com o passar do tempo, e com uma cobertura midiática que seguia os moldes da ocorrida na Guerra da Bósnia, o rótulo de “inimigo” dos direitos humanos logo passou para o lado sérvio do conflito¹⁵⁸. Não obstante a extensa história de relações interétnicas no território kosovar, presentes desde o domínio otomano, este outro capítulo do desmembramento da Iugoslávia era mais um ataque indireto ao equilíbrio de poder que tanto preocupava Moscou.

*crises que afetam a segurança euro-atlântica.” (Tradução minha) in **The Alliance’s Strategic Concept - Approved by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Washington D.C. on 23rd and 24th April 1999**, parágrafo 49. Disponível em <http://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-065e.htm>. Acessado em 26 de março de 2008.*

¹⁵⁷ A União Europeia também esperava que a OSCE aumentasse seu poder de resolução de conflitos. Contudo, não teria muito a perder se a OTAN assumisse esse papel, já que grande parte dos membros da UE fazem parte da OTAN e, ao menos retoricamente, professam os mesmo ideais. “*A OSCE tem vindo a estreitar relações com a NATO [OTAN, no português europeu], a União Europeia e a UEO. Esta última enquanto possível ‘braço armado’ da defesa comum dos Estados que já compõem a União Europeia. Deste aprofundamento das relações entre todas estas organizações poderia resultar um Tratado que conferisse aos principais poderes, e em especial aos Estados Unidos e à Rússia, um papel importante, designadamente pela colocação de forças militares à disposição da OSCE, para garantia da estabilidade e da paz europeia. Uma primeira decisão neste sentido terá provindo da reunião da NATO (Oslo, 4 de Junho de 1992) tendo em vista disponibilizar as capacidades da Aliança para actuar no âmbito da ‘manutenção da paz’ em resposta a solicitações sob os auspícios da ONU e da própria OSCE.*” in BERBÉM, António Neves. **Portugal e a OSCE**. Disponível em http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_3_4_e.html. Acessado em 1º de julho de 2008.

¹⁵⁸ Cf. KOZARYN, Linda D. **Contact Group Condemns Kosovo Violence** (1998). American Forces Press Services. Disponível em <http://www.defenselink.mil/news/newsarticle.aspx?id=41291>. Acessado em 2 de julho de 2008.

Com o avanço da Aliança Ocidental para leste sem a inclusão da Rússia, o sentimento em Moscou era de ameaça. Além disto, o cerco aos seus aliados sérvios em Kosovo era mais um demonstrativo, aos olhos da classe política russa, da perda de influência em uma região cultural e religiosamente ligada a eles. Desde a *Perestroika*, a liberdade de culto trouxera um grande reavivamento da ortodoxia cristã na Federação, religiosidade esta que, em tempos do Império Russo, havia sido massivamente divulgada como base forte para a manutenção dos laços entre os eslavos¹⁵⁹. A desintegração da Iugoslávia após a morte de Tito e a subida ao poder do nacionalista sérvio Slobodan Milošević reforçaram as divisões entre as diversas religiões e etnias no antigo território iugoslavo.

Uma situação altamente volátil como o desmembramento de um Estado fez renascer vínculos pré-revolucionários e a Rússia sabia que a sua influência nos Bálcãs estava diretamente ligada à manutenção dos mesmos, já que não havia mais uma ideologia comum entre Moscou e Belgrado (se é que se pode falar da existência de uma ideologia comum entre ambas as partes durante a Guerra Fria desde o cisma entre Tito e Stálin nas décadas de 1940 e 1950). Com a perda de poder militar na Europa Central, os Bálcãs ainda eram uma fonte de esperança pela grande quantidade de eslavos cristão-ortodoxos, o que não ocorria na Polônia, Hungria ou República Tcheca¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Cf. AKLAEV, Airat. **Causes and prevention of ethnic conflict: an overview of post-Soviet Russian-language literature.** Woodrow Wilson International Center for Scholars. Disponível em <http://www.wilsoncenter.org/subsites/ccpdc/pubs/aklaev/1.htm>. Acessado em 03 de maio de 2008.

¹⁶⁰ “Uma terceira perspectiva geopolítica, a geoestratégia ‘nacional’ russa, pode ser considerada como uma variedade dos conceitos atlantistas ou isolacionistas, ou como um conceito separado. Ela tem unido intelectuais e políticos russos que compartilham os valores da economia de mercado, mas não confiam nas promessas de ajuda ocidental a reformas pós-comunistas; ao mesmo tempo, este grupo tão diverso é cético acerca de qualquer possível união futura da Rússia com repúblicas muçulmanas túrquicas em uma Comunidade de Estados Independentes (CEI) modificada e eles estão preocupados com a ‘sucção’ de recursos econômicos para fora da Rússia. Este conceito geopolítico exige a retirada da Rússia não apenas da Ásia Central, mas também da Transcaucásia (Geórgia, Azerbaijão e Armênia), assim como das porções muçulmanas do Cáucaso do Norte, especialmente a Tchetchênia e o Daguestão. O que permanecesse seria a região dominada por russos e outros eslavos e, na visão dos propositores da estratégia ‘nacional’, esta ligação de distribuição nacional e território abriria caminho para um Estado-nação verdadeiramente russo. Esta geoestratégia é baseada em uma união com as antigas repúblicas eslavas da União Soviética e insiste na necessidade de promover a integração da Rússia e da Bielorrússia para incluir a Ucrânia e o Norte do Cazaquistão (uma região com população predominantemente russa) neste processo. Além disto, esta estratégia ‘geopolítica nacional’ geralmente incorpora alguns pontos dos abandonados conceitos oitocentistas de pan-eslavismo e pan-ortodoxismo. Logo, seus apoiadores se preocupam com a expansão da OTAN em direção às fronteiras da Rússia e vêem os eventos em Kosovo na primavera de 1999 tão negativamente quanto os neo-eurasianistas.” (Tradução minha) in O’LOUGHLIN, John e KOLOSSOV, Vladimir. **Still “not worth the bones of a single Pomeranian grenadier”: The geopolitical meanings of the Kosovo war of 1999 for Russian insecurities and NATO expansionism**, pgs. 30/31. Institute of Behavioral Sciences, Universidade do Colorado. Disponível em <http://www.colorado.edu/IBS/PEC/johno/pub/lboro.fin.pdf>. Acessado em 04 de maio de 2008.

Em abril de 1999, o lançamento do Plano de Ação para a Adesão – MAP – apresentou os direitos e deveres dos aspirantes a membros da OTAN, em especial relacionados à situação política interna, direitos humanos, economia e adaptações de defesa. Neste documento, observa-se que a única menção à Rússia é no que diz respeito ao Ato Fundador OTAN-Rússia. É interessante notar que esta referência põe o órgão como algo já solidificado, subentendendo-se que já existe um fórum fixo para a cooperação entre Moscou e Bruxelas:

Espera-se que os [*Estados*] candidatos [*à adesão à OTAN*] descrevam como suas políticas e prática estão evoluindo (...) para fornecer sua visão sobre, e substanciar sua disposição e habilidade de se relacionar com as outras partes do adquirido da OTAN, incluindo o Conceito Estratégico da OTAN, o desenvolvimento da Identidade de Defesa e Segurança Européia dentro da Aliança, o ato Fundador OTAN-Rússia e a Carta OTAN-Ucrânia¹⁶¹.

Paralelamente à onda de adesão, a redefinição do papel da OTAN, como mencionado antes, agora também pautado no humanitarismo, levou às Conversações de Rambouillet entre janeiro e março de 1999 acerca da situação em Kosovo. O então secretário-geral da OTAN, Javier Solana¹⁶², negociaria com os lados albaneses e sérvios, mas a pouca representatividade destes últimos – com a ausência de Slobodan Milošević da mesa de negociações – pôs o documento final em jogo. No fim, nem a delegação sérvia nem a delegação russa concordaram em assinar o que ficou conhecido como Acordo de Rambouillet¹⁶³. Menos de uma semana depois, forças da OTAN iniciariam o bombardeio de Kosovo¹⁶⁴.

¹⁶¹ (Tradução minha) *in Membership Action Plan (MAP)*, lançado em 24 de abril de 1999. Disponível em <http://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-066e.htm>. Quanto à Ucrânia, a relação é ainda mais complicada, pois o simbolismo nacional russo é extremamente ligado a Kiev, o que acirra respostas do Kremlin diante da possibilidade de entrada do país na OTAN. Mesmo o desejo de parte da classe política ucraniana de aderir à Aliança não é o suficiente para a sua aceitação como membro, como se observaria em abril de 2008, com a sua recusa em lhe fornecer um plano de ação para tal fim. Para mais informações, cf. **NATO denies Georgia and Ukraine** *in* BBC News Europe. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7328276.stm>. Acessado em 03 de maio de 2008.

¹⁶² Para a lista dos secretários-gerais da OTAN, cf. anexo 5.

¹⁶³ O acordo foi assinado apenas pelas delegações britânica, americana e albanesa. Para o texto completo do acordo, cf. **Rambouillet Agreement - Interim Agreement for Peace and Self-Government in Kosovo**. Disponível em http://www.state.gov/www/regions/eur/ksvo_rambouillet_text.html. Acessado em 15 de janeiro de 2008.

¹⁶⁴ A OTAN foi muito criticada em suas decisões de bombardeio, em especial devido à altitude em que seus aviões voariam (15 mil pés) e à resultante incapacidade de diferenciar alvos militares de instalações civis. Além disto, a piora na situação pós-bombardeio não contribuiria para a pacificação da região, recrudescendo o desespero e o massacre de ambas as partes. “[O] comandante das forças da OTAN estava

A campanha aérea contra Kosovo, coberta extensivamente pela mídia internacional, pôs Moscou em uma encruzilhada da qual o governo Iéltsin tentaria escapar. Com sua autoridade cada vez mais minada, só restava à Rússia mostrar seu poder de forma cooperativa, visto que uma ação isolada não faria frente à opinião pública mundial, fortemente simpática aos kosovares albaneses. Mantendo seu discurso anti-OTAN, a Rússia não poderia se desvencilhar dos sérvios, muito embora tivesse certeza de que não haveria possibilidade das forças de Milošević saírem vencedoras. Ao mesmo tempo, Iéltsin não mandaria tropas russas para auxiliar o governo de Belgrado, restando uma mediação partilhada com a Finlândia como a última tentativa de Moscou de não ser excluída totalmente do conflito e poder alegar alguma participação na solução do mesmo¹⁶⁵. A equipe de mediadores fino-russa tinha como meta convencer Milošević a aceitar a presença de tropas de paz das Nações Unidas no território de Kosovo. Essas tropas de paz, de fato, contariam com efetivos da OTAN. Em junho, quando Milošević aceitou as condições da OTAN e a Força de Kosovo (KFOR, na sigla em inglês) entrou no território, a Rússia ainda insistiu em fazer parte da operação de paz, embora se recusasse a ficar sob comando da OTAN. A Rússia faria parte da KFOR com um contingente de cerca de 3.000 homens até 2003, quando Moscou decidiria retirar suas tropas da força internacional¹⁶⁶.

A Rússia embarcou em um período de altos e baixos em relação às suas expectativas de inserção na ordem ocidental. As frustrações de Iéltsin e a subida de Primakov ao posto de chanceler são indicativas de que a Federação não era vista como

*plenamente informado de que o resultado esperado do início do bombardeio era o aumento da violência por parte das forças de segurança sérvias para liquidar o UÇK [Ushtria Çlirimtare e Kosovës – Exército de Libertação do Kosovo] e o recrudescimento da limpeza étnica. Com a intensificação do bombardeio à Iugoslávia, ficou difícil à OTAN fugir da sua responsabilidade em transformar o que era uma crise numa catástrofe humanitária.” in FRANÇA, Paulo Roberto Caminha de Castilhos. **A Guerra do Kosovo, a OTAN e o conceito de “Intervenção Humanitária”**, pg. 114. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.*

¹⁶⁵ Por diversas vezes, a Finlândia serviu como mediadora entre a Rússia e a OTAN e entre Moscou e o Ocidente. Cf. RIES, Tomas. **Finland and NATO**. Departamento de Estudos Estratégicos e de Defesa - Colégio de Defesa Nacional - Maanpuolustuskorkeakoulu / Försvarshögskolan – Finlândia. Disponível em http://www.mil.fi/perustietoa/julkaisut/finland_and_nato/index.dsp. Acessado em 25 de junho de 2008.

¹⁶⁶ O que se alcançou foi um aparente meio-termo entre as exigências russas e as condições impostas pela OTAN (embora esta, em realidade, permanecesse a parte decisória). De acordo com documento oficial da Aliança: “Foi acordado pelo Secretário de Defesa dos Estados Unidos e pelo Ministro de Defesa da Federação Russa: [...] Assegurar a participação de um a dois batalhões russos operando em Kosovska Kamenica no setor dos Estados Unidos [...]. Um oficial russo servirá como Representante para o Comandante do Setor para Forças Russas. [...] O estacionamento russo total em Kosovo não superará cinco batalhões com uma força total não excedendo 2.850 soldados, além de no máximo 750 soldados para a operação de base aérea e de base logística combinadas, além de 16 oficiais de ligação. O nível da participação russa será reduzido em proporção a reduções no tamanho geral da KFOR.” in **Agreed Points on Russian Participation in KFOR**.

Disponível em <http://www.nato.int/Kosovo/docu/a990618a.htm>. Acessado em 30 de junho de 2008.

apta a ingressar em grupos de países que definiam os rumos da segurança européia, mudando suas políticas à medida que essa convicção aumentava. A renúncia de Iéltsin ocorreria em 31 de dezembro de 1999 e Vladimir Putin, seu sucessor, potencializaria a *Realpolitik* que já fora iniciada.

4. O GOVERNO PUTIN

4.1. A ASCENSÃO DE VLADIMIR PUTIN E A OTAN EM ALERTA

Vladimir Putin havia sido nomeado primeiro-ministro em exercício por Bóris Iéltsin em agosto de 1999, sendo logo percebido como o preferido do então presidente à sucessão. Seu estilo linha-dura, representante do nacionalismo pragmático, fez subir sua popularidade nos anos subseqüentes¹⁶⁷.

A manutenção da paz em Kosovo era divulgada, ainda em agosto de 1999, como um esforço conjunto entre a OTAN e a Rússia. Elogiando formalmente Moscou pela participação na SFOR e na KFOR, a OTAN também denunciava o andamento do gerenciamento russo sobre a crise na Tchetchênia. Em 16 de agosto, a Duma havia apontado Putin como primeiro-ministro¹⁶⁸ e, dez dias depois, iniciar-se-ia a segunda Guerra da Tchetchênia. As acusações de desrespeito aos direitos humanos por tropas russas também eram um ponto forte de discussão entre a União Européia e a Rússia, as quais não eram altamente consideradas por Moscou, devido ao fato de o conflito ser interno à Federação e não envolver terceiros Estados¹⁶⁹.

167

Melhor Tipo de Governo para a Rússia			
Alguns sentem que nós devemos confiar em uma forma democrática de governo para resolver os problemas do nosso país. Outros sentem que nós devemos confiar em um líder com uma mão forte para resolver os problemas do nosso país. O que mais se aproxima da sua opinião?			
	Gov. democrático %	Liderança forte %	Não sabiam/recusaram-se %
Primavera de 2007	27	63	10=100
Primavera de 2006	29	61	10=100
Mai de 2005	28	66	6=100
Verão de 2002	21	70	9=100
Outono de 1991	51	39	10=100

(Tradução minha) in CARRIERE-KRETSCHMER, Erin e HOLZWART, Kathleen. **Putin's Popularity Propels Chosen Successor in Russian Election**, Pew Global Attitudes Project. 27 de fevereiro de 2008. Disponível em <http://pewresearch.org/pubs/749/russia-public-opinion>. Acessado em 15 de março de 2008.

¹⁶⁸ Para a lista de premiês da URSS e da Rússia, cf. anexos 3 e 4.

¹⁶⁹ “Nós percebemos o progresso feito em recentes consultas no escopo do CCP acerca de tópicos relacionados à operação no Kosovo. Nós percebemos com satisfação a experiência valiosa da cooperação prática entre as forças russas e da OTAN, tanto na SFOR quanto na KFOR. Nós encorajamos a Rússia a retomar a cooperação na extensa série de tópicos previstos no Ato Fundador e a se engajar ativamente no EAPC [Conselho de Parceria Euro-Atlântica] e na Parceria para a Paz. Ao mesmo tempo, nós enfatizamos que o futuro desenvolvimento da nossa cooperação depende do respeito pela Rússia de normas e obrigações internacionais. Nós estamos profundamente preocupados com o conflito na Tchetchênia, com os contínuos relatos de baixas civis no local e o desespero das pessoas deslocadas. Nós condenamos, em particular, as ameaças russas contra civis desarmados, como as de Grozny. Nós reconhecemos o direito de preservar sua integridade territorial e proteger seus cidadãos contra o terrorismo e a ausência da lei [...] mas acreditamos que a busca russa por uma solução puramente militar para o conflito está minando seus objetivos legítimos.” (Tradução minha) in **Final Communiqué - Ministerial Meeting of the North Atlantic Council held at NATO Headquarters**. Disponível em <http://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-166e.htm>. Acessado em 1º de maio de 2008.

Os poucos e formais elogios à Rússia presentes em documentos da OTAN, acompanhados de muitas e fortes condenações às ações na Tchetchênia, não mais causavam surpresa nos diversos círculos políticos e militares de Moscou. Já havia sido subentendido, por grande parte do Kremlin e das forças armadas russas, que o objetivo da OTAN a curto e médio prazo não incluiria a adesão da Rússia ou a sua participação efetiva, mas sim dificultar suas ações no entorno da “vizinhança comum” entre União Européia (e, mais tarde, também OTAN) e a Federação Russa. O Cáucaso era uma das fronteiras de maior controle russo após o colapso soviético e, apesar da região também se constituir de Estados independentes, era um dos últimos refúgios da forte presença militar de Moscou¹⁷⁰.

Este mesmo espaço representaria um grande estorvo às relações entre a Aliança e Moscou. Além das grandes perdas estratégicas conferidas à Rússia que o alinhamento da região com a Europa Ocidental representaria, muitos dos Estados presentes no Cáucaso tinham ligações com as repúblicas autônomas pertencentes à Federação, o que poderia instigar ainda mais os movimentos separatistas¹⁷¹.

Com a subida de Vladimir Putin à presidência, a OTAN intensificou seus alertas em relação ao comprometimento de Moscou para com suas obrigações no campo da segurança européia, em especial relativamente aos documentos previamente assinados por Moscou, como a Parceria para a Paz (PfP, na sigla em inglês) e o Conselho de

¹⁷⁰ “Os interesses de segurança militar figuram proeminentemente na abordagem da Rússia em relação ao ‘exterior próximo’. É particularmente o caso com o flanco sul da CEI, pois este é visto como a última linha de defesa contra o extremismo islâmico militante vindo do sul. Um potencial arco de instabilidade se estendendo do Cáucaso Meridional à Ásia Central tem sido de grande preocupação estratégica para a Rússia desde o fim da União Soviética. É por isto que a Rússia vem tentando manter sua presença militar na região. Além do mais, o colapso da União Soviética foi acompanhado de diversos conflitos violentos, tanto de natureza étnica quanto política, ameaçando a estabilidade regional.” (Tradução minha) in KULHÁNEK, Jakub. **Russia and Near Abroad - Past and Present**. Asociace pro Mezinárodní Otázky, Praga. Disponível em http://www.amo.cz/publikacefiles/russia&near_abroad_amo.pdf. Acessado em 28 de junho de 2008.

¹⁷¹ A Ossétia do Sul, na Geórgia, por exemplo, tem ligações histórico-culturais com a República da Ossétia do Norte-Alânia, na Federação Russa. “Os principais atores da política de segurança no Cáucaso Meridional são: os Estados independentes e reconhecidos da Geórgia, Armênia e Azerbaijão; os Estados que fazem fronteira com a região – Rússia, Turquia e Irã; os Estados Unidos; organizações internacionais como a ONU, a OSCE, a Comunidade dos Estados Independentes ou CEI, o GUAM e a OTAN; empresas internacionais de petróleo e gás. Poder-se-ia também incluir os não-reconhecidos, mas de facto existentes, Estados da Abcásia e da Ossétia do Sul na Geórgia e de Nagorno-Karabakh no Azerbaijão entre os atores. Contudo, o Azerbaijão nega que Karabakh seja um fator independente, ou seja, separado da Armênia e constitui-se uma crença comumente aceita, não apenas na Geórgia, a de que a Abcásia e a Ossétia do Sul devem suas posições tão somente ao apoio russo.” in MALEK, Martin. **The South Caucasus at the Crossroads: Ethno-Territorial Conflicts, Russian Interests, and the Access to Energy Resources**, pgs. 145/6 in HAUSER, Gunther e KERNIC, Franz. **European Security in Transition**. Ashgate Publishing, 2006.

Parceria Euro-Atlântica (EAPC, na sigla em inglês)¹⁷². É possível que, percebendo as medidas tomadas por Putin em relação ao conflito tchetcheno, a OTAN enxergasse qual seria seu comportamento em relação ao Cáucaso. Desde aí, seguiria firme na Rússia a tendência iniciada por Primakov durante o governo Iéltsin: a concentração na política interna seria acentuada, ao mesmo tempo em que haveria uma diversificação nas relações exteriores. Se a OTAN via a Rússia como mais uma, o mesmo poderia ocorrer por parte da Rússia, que faria da OTAN e da União Européia parceiros que não seriam os únicos a figurar no topo¹⁷³.

A questão de Kosovo tem relações diretas com a Federação Russa não somente pelo fato de os sérvios serem aliados de Moscou na região balcânica, mas também pelo que a secessão territorial representa para Moscou no território europeu. Com 21 repúblicas nominalmente autônomas, além de quatro *okrugs* autônomos (espécies de distritos em que vigora alguma minoria étnica do Estado russo), a Federação não poderia correr o risco de uma onda separatista se imiscuir em seu território. Uma boa representante da opinião política situacionista local, *A Voz da Rússia*, rádio oficial do governo, anunciara no dia da renúncia de Iéltsin:

O presidente iugoslavo Slobodan Milošević rechaçou as possibilidades de soberania de Kosovo. Ele diz que um ajustamento de Kosovo deve ser baseado na integridade territorial e na soberania da Iugoslávia, o que, de fato, é o que o Conselho de Segurança das Nações Unidas diz

¹⁷² Cf. **The Euro-Atlantic Partnership Council (EAPC)**, pgs. 41/2 in **NATO Handbook**. NATO Office of Information and Press. Bruxelas, 2001.

¹⁷³“*Embora a Estratégia de Meio-Termo* [documento que dava indicativos da assertividade russa em relação ao Ocidente] tenha nascido no outono de 1999, isto é, vários meses antes da chegada de Putin ao Kremlin e mais de um ano e meio antes da sua assim chamada ‘revolução’ da política externa, a qual veio após os eventos de 11 de setembro, pode-se inferir que mesmo durante esse período (do verão ao outono de 1999), as elites econômicas e políticas russas findaram por reconhecer a necessidade de retirar o país da condição do semi-isolacionismo na política externa, como resultado do estilo confrontador de Yevguêni Primakov. Esta tendência foi confirmada pela viagem de Vladimir Putin à Cúpula Rússia-UE em Helsinque [outubro de 1999]. Deve-se notar que à luz do histórico do congelamento parcial nas relações com os Estados Unidos, ligado com o conflito em torno da ex-Iugoslávia, e a mudança de governo na Casa Branca, durante o período em questão a direção européia parecia ser a mais bem-apropriada para reconstruir as relações abaladas da Rússia com o Ocidente. Logo, a *Estratégia de Meio-Termo* se tornou o primeiro documento oficial (de poucos) refletindo a insatisfação das elites russas com os resultados da segunda metade da década de noventa e era composta de atributos básicos do novo consenso de política externa para o período pós-Iéltsin.” (Tradução minha) in BORDACHEV, Timofei V. **Strategy and Strategies in MOSHES**, Arkady (ed.). **Rethinking the Respective Strategies of Russia and the European Union**. Special FIIA - Carnegie Moscow Center Report, Ulkopoliittinen instituutti/Utrikespolitiska institutet. Helsinque, 2003.

em relação a Kosovo. Milošević disse, em entrevista ao jornal *Politika*, que a presença da OTAN em Kosovo não duraria para sempre (...)¹⁷⁴.

Note-se que o argumento do governo russo se baseia na legitimidade aferida ao Conselho de Segurança da ONU, um comportamento comum de Moscou. Quando não há como fazer valer suas convicções no cenário político internacional, especialmente em episódios durante os quais o Ocidente se encontra oposto a ele, o Kremlin busca órgãos no qual possui voz para demonstrar seu ponto de vista. Mas, como já apresentado, a Tchetchênia seria o calcanhar-de-aquiles da Rússia em relação ao Ocidente, em especial devido às constantes acusações de violações dos direitos humanos. Tal quadro só mudaria em setembro de 2001, quando a segurança nacional e os riscos do terrorismo interfronteiriço tomariam as rédeas das discussões da comunidade internacional.

4.2. O 11 DE SETEMBRO, A SEGUNDA GUERRA DA TCHETCHÊNIA E A MUDANÇA NO FOCO DO DISCURSO POLÍTICO EXTERNO MUNDIAL

Os ataques às Torres Gêmeas de Nova York e ao Pentágono em Washington em 11 de setembro de 2001 marcaram uma mudança simbólica nas relações entre o Ocidente e a Rússia e, conseqüentemente, entre a OTAN e Moscou. Em 13 de setembro, a Rússia condenaria oficialmente o ataque junto com a OTAN através do Conselho Conjunto Permanente, afirmando que, apesar da Rússia e dos aliados da OTAN “*terem sofrido com ataques terroristas contra civis, a horrenda escala dos ataques de 11 de setembro não tem precedentes na história moderna*”¹⁷⁵.

Note-se que o discurso utilizado não poderia ser mais conveniente para a Rússia, visto que ela apela para a história do terrorismo no bloco atlântico (desde as Brigadas Vermelhas na Itália até o ETA na Espanha, por exemplo)¹⁷⁶ para reprovar os ataques em solo americano e, indiretamente, fazer-se compreender em relação ao combate a grupos considerados extremistas em seu próprio território. No mesmo ano em que se discutia,

¹⁷⁴ (Tradução minha) in http://www.vor.ru/Kosovo/news_16_12_31_12.html (Transcrição de 31 de dezembro de 1999). Acessado em 04 de maio de 2008.

¹⁷⁵ (Tradução minha) in DALEY, Suzanne. **After the attacks: the Alliance; Russia Condemns Attack on U.S. And Vows to Aid NATO Actions**, 14 de setembro de 2001. Disponível em <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9903E5D91138F937A2575AC0A9679C8B63>. Acessado em 04 de maio de 2008.

¹⁷⁶ Cf. JONGMAN, A.J. **Trends in International and Domestic Terrorism in Western Europe, 1968 - 1988**, pgs. 26-74 in SCHMID, Alex P. CRELINSTEN, Ronald D. **Western Responses to Terrorism**. Routledge, 1993.

dentro da OTAN, a pacificação da Antiga República Iugoslava da Macedônia, mais um episódio retirou o foco dos Bálcãs.

Para a Aliança, seu momento de redefinição e continuidade foi fortemente respaldado pelos ataques nos Estados Unidos. Os atentados eram vistos como um grande exemplo da razão pela qual a OTAN não deveria se dissolver após a Guerra Fria¹⁷⁷. De aí em diante, iniciou-se uma mudança brusca na mídia em relação ao conflito tchetcheno, ligando-se os separatistas baseados em Grozny aos responsáveis pelo ataque em solo norte-americano¹⁷⁸. Em um discurso conjunto entre o secretário-geral da OTAN e o presidente Vladimir Putin, era clara a vontade russa de pôr de lado a questão da expansão e se focar no combate ao terrorismo:

[Vladimir Putin:] *[A] expansão da OTAN ocorrerá. Alguns novos membros serão aceitos em tal organização. Tal ação melhorará a segurança de quem? Qual país da Europa, qual país do mundo e cidadãos de qual país se sentirão mais seguros? Se você for para Paris ou Berlim e perguntar a alguém na rua se ele ou ela se sentiria mais seguro(a) após a expansão da OTAN (...) e se essa pessoa na rua se sentiria mais segura contra uma ameaça do terrorismo – a resposta muito provavelmente seria “não”. Eu creio que nós deveríamos abandonar essa lógica segundo a qual toda vez que o assunto da ampliação da OTAN é discutido, cria-se algum tipo de argumento destrutivo, em vez de produtivo.*

(...)

[Lorde Robertson:] *No momento, não há candidatura russa, mas sim uma parceria que está crescendo em importância, em profundidade e em relevância e é no que devemos nos concentrar agora. É um direito de qualquer país no mundo escolher seus próprios arranjos de*

¹⁷⁷ Lorde Robertson, então secretário-geral da OTAN, afirma que esse episódio é mais um demonstrativo do mundo no qual a Aliança deveria tomar ações de então em diante. Cf. **NATO after September 11 - Speech by Lord Robertson, Secretary General of NATO, to the Pilgrims of the United States**. Disponível em <http://www.nato.int/docu/speech/2002/s020131a.htm>. Acessado em 05 de junho de 2008.

¹⁷⁸ Não que se afirme que tal ligação não exista. Contudo, o foco mudou quando o “mundo civilizado” se mostrou unido em sua luta contra uma pretensa insurgência islâmica. Esta era mais uma oportunidade para a Rússia se mostrar alinhada a essa ordem, o que amenizou as críticas contra as políticas de Putin na república autônoma tchetchena. Moscou também não perdeu a oportunidade de se utilizar do momento político propício para atacar verbalmente países que, alegadamente, davam abrigo a terroristas tchetchenos, tais como Azerbaijão e Geórgia (sempre segundo o Kremlin). Cf. GOLDGEIER, James e McFAUL, Michael. **George W. Bush and Russia**, pgs. 313 a 324 in **Current History**, 2002. Disponível em http://www.currenthistory.com/org_pdf_files/101/657/101_657_313.pdf. Acessado em 25 de março de 2008.

segurança e este direito se aplica à Federação Russa assim como se aplica a qualquer outro país. (...) Nós estamos interessados em construir relações que tenham importância, que são baseadas no respeito mútuo, baseadas numa atitude madura face aos problemas que nós enfrentamos. É isso que nós discutimos hoje e é esse o caminho que fará avançar a relação OTAN-Rússia¹⁷⁹.

Seguia o bom relacionamento entre a OTAN e a Rússia diante do combate ao terrorismo internacional, desta vez a moeda comum entre ambas as partes. A invasão do Afeganistão em outubro de 2001 por uma coalizão britânico-americana não suscitou condenações vindas de Moscou, interessadamente em uma área na qual os soviéticos haviam tido grandes interesses durante a campanha que durara de 1979 a 1989. Ainda estava fresco o clamor mundial pela retaliação norte-americana aos ataques e a Rússia compreendia que não era hora de se manifestar contrariamente a qualquer atitude defensiva, apoiando os norte-americanos e se fazendo ver como cooperativa¹⁸⁰.

Somente em 2003 as relações entre Rússia e Ocidente começariam a se deteriorar. A invasão norte-americana ao Iraque e a retirada russa da KFOR sinalizaram essa tendência, ao mesmo tempo em que recrudescia o controle estatal sobre a política interna russa. A Rússia não deu maiores explicações acerca da retirada de suas forças dos Balcãs, que pode ter ocorrido quando Moscou percebeu que os benefícios políticos de tal operação conjunta não compensavam os gastos da manutenção militar na região¹⁸¹.

4.2.1. A invasão do Iraque e a contínua unidade da Aliança Ocidental

A partir de abril de 2003, com a invasão norte-americana e britânica do Iraque (que também contou com a participação polonesa, australiana e dinamarquesa),

¹⁷⁹ (Tradução minha) in **Speech by NATO Secretary General, Lord Robertson, and the Russian President Putin** (transcrição de discurso). Disponível em áudio em <http://www.nato.int/multi/audio/2001/011003a.mp3>. Acessado em 05 de maio de 2008.

¹⁸⁰ O Afeganistão já foi considerado, durante muito tempo, apenas como uma área de influência, visto que jamais foi um verdadeiro Estado-Nação. Sobre a cooperação russo-americana em relação ao país centro-asiático imediatamente após o 11 de Setembro, cf. STEPANOVA, Ekaterina. **U.S.-Russia Cooperation on Afghanistan: An Exception or a Model?** Program on New Approaches to Russian Security. Disponível em http://www.csis.org/media/csis/pubs/pm_0201.pdf. Acessado em 29 de abril de 2008.

¹⁸¹ Cf. ALLISON, Roy. **Russian security engagement with NATO** in ALLISON, Roy, LIGHT, Margot e WHITE, Stephen. **Putin's Russia and the enlarged Europe**, pgs. 111-112. Blackwell Publishing. Londres, 2006.

mostraram-se os diversos pontos de vista da Aliança Ocidental em relação à segurança mundial. Com França e Alemanha expressando sua contrariedade à operação, Moscou acreditava que era o momento de jogar com essa divisão¹⁸². Este é um exemplo da importância que a Rússia começou a dar para as relações bilaterais entre Moscou e Washington ou entre Moscou e as capitais europeias em detrimento das relações com a OTAN. Tal dissenso fez muitos analistas russos acreditarem que a Aliança estava fadada a um segundo plano, já que seu principal membro, os Estados Unidos, preferia fazer alianças com outros Estados isoladamente do que buscar consenso dentro do órgão.

Todavia, observa-se uma visão dupla dentro do Kremlin. Se até 2003 as relações entre Rússia e OTAN seguiam relativamente bem, em especial devido à boa discussão dentro do Conselho OTAN-Rússia, percebia-se que Moscou tinha mais facilidade em se relacionar com a Aliança, em matéria de segurança, do que com a União Europeia¹⁸³. Esta, com suas constantes condenações ao desrespeito aos direitos humanos, em especial na Tchetchênia, não voltava seu discurso pós-11 de setembro, mormente, ao terrorismo, como fazia a OTAN. Por outro lado, iniciar-se-ia em Moscou um renovado caminho pragmático russo, que possui características tanto dos entusiastas ocidentalistas quanto dos eurasiologistas.

Apesar das divisões da opinião pública mundial acerca de questões como a intervenção no Iraque e os discursos oficiais de líderes que apontavam para o possível desrespeito ao direito internacional que daí advinha, não houve um grande solavanco dentro da OTAN. Decerto, os Estados Unidos tinham um plano duplamente cuidadoso: buscar a invasão do Iraque apenas com aliados que apoiariam seus planos, fazendo-a, portanto, efetiva; e evitar que a questão se tornasse ponto principal de discussão dentro da OTAN, seu organismo internacional mais representativo e poderoso no campo estratégico-militar. Ao menos aos olhos públicos, a OTAN não sairia tão manchada,

¹⁸² Em fevereiro de 2003, os líderes de governo da União Europeia se reuniram para tentar encontrar consenso sobre a planejada invasão, tendo atingido uma decisão vaga ao classificá-la como “último recurso”. Cf. **EU Iraq declaration** in BBC News World Edition. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2774103.stm>. Acessado em 20 de junho de 2008.

¹⁸³ “Uma aliança russo-americana para constranger a UE permanece uma categoria virtualmente vazia até o momento, já que a UE não faz muito para unificar os outros dois em oposição a tal. Porém, ocorrem alguns indícios nesta direção, como na maneira pela qual os presidentes Bush e Putin têm estado de acordo em relação à guerra ao terror, ao ponto de concordar em igualar a Tchetchênia e a al-Qaeda no nível do discurso público.” (Tradução minha) in EMERSON, Michael. **The EU-Russia-US Triangle**. Centre for European Policy Studies, n.º. 52. Bruxelas, junho de 2004.

pois a questão polêmica não teria sido levada ao seu seio, tendo ocorrido apenas desconfortos bilaterais entre seus membros¹⁸⁴.

Não foi tanto um choque para Moscou tal marca de unidade da Aliança, tendo em vista todo o processo de reconfiguração que a mesma lutara para atingir no pós-Guerra Fria. Mesmo após a primeira onda de expansão em 1999 e a que se avizinhava em 2004 (durante a qual Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia ingressaram), a busca pela unidade sempre fora a maior meta da organização, que, por isso mesmo, contava com grande legitimidade de suas ações, ao menos aos olhos de seus países-membros¹⁸⁵. A institucionalização do Conselho OTAN-Rússia, claramente uma salvaguarda da Aliança em relação a um Estado que se sentia ameaçado pela sua expansão e rearranjo estratégico, desempenhou o seu papel na medida em que se desenrolavam a operação de paz nos Bálcãs e as discussões pós-11 de setembro¹⁸⁶. Mas Moscou começou a perceber que a linha divisória para sua influência não mais poderia ser traçada apenas no mesmo espaço em que se configurara a Cortina de Ferro da Guerra Fria. Iniciavam-se, então, duas frentes que ilustrariam bem os conflitos (ou relações) entre o antigo e o novo nas percepções russas de prioridade em sua política externa: o recrudescimento sobre os países mais próximos à sua fronteira ocidental (aqueles que não haviam entrado para a OTAN) e o fomento de novas parcerias com países da sua fronteira sul e sudeste, dando nova ênfase à Ásia.

¹⁸⁴ Embora políticos conservadores norte-americanos por vezes apoiem a entrada da OTAN no conflito do Golfo, parece ser preferencial que a Aliança não se envolva, haja vista os problemas que ela já vem enfrentando na manutenção de paz no Afeganistão. Mesmo antes da ocupação do Iraque, discutia-se a possibilidade de a OTAN manter a paz no Oriente Médio. Cf. TALBOTT, Strobe. **From Prague to Baghdad: Nato at Risk in Foreign Affairs**, edição de novembro/dezembro de 2002. Disponível em <http://www.foreignaffairs.org/20021101faessay9991/strobe-talbott/from-prague-to-baghdad-nato-at-risk.html>. Acessado em 15 de junho de 2008.

¹⁸⁵ Cf. mapa 5 para detalhamento acerca das atuais parcerias da OTAN.

¹⁸⁶ “Paradoxalmente, e ao mesmo tempo, uma das tendências mais inovadoras na política mundial desde o 11 de Setembro continua a ser a parceria OTAN-Rússia, como personificado no Conselho OTAN-Rússia (COR). O COR substituiu o Conselho Conjunto Permanente (CCP) que foi estabelecido quando a OTAN aumentou em 1997, o qual, porém, foi mal-sucedido em desempenhar um mecanismo viável para a parceria. A OTAN e o COR geralmente se esquivavam da Rússia, a qual, para se assegurar, tinha poucos [elementos] construtivos para lhe oferecer, especialmente no que diz respeito ao Kosovo. Logo, toda a história do CCP deixou um gosto amargo na boca de Moscou, levando-a a se retirar da parceria em 1999. Na direção contrária a essa infeliz experiência, todo observador, estrangeiro ou russo, reconhece que o COR funciona como uma verdadeira parceria de trabalho e que esta parceria foi realmente estabelecida.” (Tradução minha) in BLANK, Stephen J. **The NATO-Russia Partnership: a Marriage of Convenience or a Troubled Relationship?**, pgs. 34/5. The U.S. and Russia: Regional Security Issues and Interests. Strategic Studies Institute, novembro de 2006.

4.3. OS SEPARATISMOS BESSARÁBICO E CAUCASIANO E A ESTRATÉGIA RUSSA DE MANUTENÇÃO DE INFLUÊNCIA

Em 2005, a Geórgia assinou com a OTAN a Parceria para a Paz, refletindo a posição da grande maioria da classe política de Tbilisi que apóia a entrada do país no bloco¹⁸⁷. O país do Cáucaso sempre foi um ponto de divergência entre o Ocidente e a Rússia devido à tensa situação política em seu território. Com 69.700 km², conta com duas regiões separatistas: a Ossétia do Sul e a Abcásia¹⁸⁸ (cf. mapa 6).

Esta última região separatista tem ligações diretas com os conflitos contínuos entre Tbilisi e Moscou. A Geórgia vê a declaração de independência da Abcásia de 1992 como nula, posição que é apoiada por outros Estados, e a região não é considerada, *de jure*, como autônoma¹⁸⁹. Pelo seu parco controle sobre a região, o governo georgiano a considera um república autônoma. A Federação Russa apóia o movimento separatista baseado em Sukhumi (capital da Abcásia) e isto traz à tona a factibilidade da Geórgia se unir à OTAN ou não e as intenções de Moscou na região.

Já tendo perdido grande parte do seu controle e influência, outrora tão presente, na Europa Central, ganha ainda maior preponderância a sua fronteira oeste e sudoeste (Azerbaijão, Bielo-Rússia, Geórgia e Ucrânia), região com a qual possui fortes laços e onde muitos russos étnicos habitam¹⁹⁰. A intenção de Tbilisi de partir de uma PfP para uma associação plena diminui as possibilidades de que Moscou arrefeça sua presença na região da Abcásia, que atinge um efetivo de 2.000 soldados. Devido às instabilidades

¹⁸⁷ Cf. **Program – Partnership for Peace**. Individual Partnership Action Plan. Ministério da Defesa da Geórgia. Disponível em <http://www.mod.gov.ge/?l=E&m=4&sm=2>. Acessado em 10 de julho de 2008.

¹⁸⁸ **Government of Georgia – About Georgia**.

Disponível em <http://www.government.gov.ge/eng/mtavroba1170939001.php>. Acessado em 10 de julho de 2008.

¹⁸⁹ “*O conflito na Abcásia tem sido o mais sério dos três [diferentes conflitos separatistas leste-europeus: na Abcásia, na Transnístria e na Ossétia do Sul], pois tocou mais de 10.000 vidas entre 1992 e 1994. A fase mais intensa do conflito durou de agosto de 1992 a setembro de 1993. Uma ‘Declaração sobre Medidas para uma Resolução Política do Conflito Georgiano-Abcásio’ foi assinada em 1994 em Moscou e um ‘Acordo sobre um Cessar-Fogo e Separação de Forças’ (Acordo de Moscou) foi assinado em maio de 1994. Contudo, episódios de violência e certa atividade guerrilheira persistiram na Abcásia muito após esses acordos. Há uma operação de manutenção de paz liderada pela Rússia sob mandato da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e sob a supervisão das Nações Unidas (Missão de Observação das Nações Unidas para a Geórgia – UNOMIG)*”. (Tradução minha) in POPESCU, Nicu. ‘**Outsourcing’ de facto Statehood: Russia and the Secessionist Entities in Georgia and Moldova**, pg. 3.

Disponível em <http://policy.hu/npopescu/ipf%20info/IPF%203%20outsourcing.pdf>. Acessado em 12 de julho de 2008.

¹⁹⁰ Cf. POPPE, Edwin e HAGENDOORN, Louk. **Types of Identification among Russians in the ‘Near Abroad’ in Europe-Asia Studies**, pgs. 57-71, vol. 53, n.º.1. Taylor & Francis, janeiro de 2001.

entre o governo central da Geórgia e Sukhumi, Moscou classifica sua operação como sendo de paz, apesar dos constantes pedidos de Tbilisi para que as mesmas sejam retiradas¹⁹¹.

A Ossétia do Sul conta com uma situação mais delicada em termos de soberania. A região não está totalmente sob controle dos insurgentes, havendo uma sensível presença do governo georgiano em partes do território, mas a ligação local com a Federação Russa é forte. Neste caso, não há ligação étnica eslava, mas sim a predominância da população osseta, a mesma presente na Ossétia do Norte, território interno da Federação Russa¹⁹². Dividindo a fronteira com a Federação Russa, a Frente Popular da Ossétia do Sul é deseiosa de uma união com sua parte norte e, portanto, de sua incorporação ao território russo. Nessa parte da Geórgia, a Rússia mantém um contingente de 1.000 soldados¹⁹³. As questões que se levantam são, do lado da OTAN, a factibilidade do ingresso georgiano na Aliança, sendo que a situação política interna não foi resolvida e, do lado russo, a existência de dois territórios rebeldes que contam com sua ajuda para se manterem no poder.

A Moldávia representa um outro ponto potente em relação à manutenção do poderio russo na antiga área de influência soviética. É um pequeno Estado com uma área de 33.846,5 km² que sofre com tensões étnicas dentro do seu território¹⁹⁴ (cf. mapa 7). Apesar de a maioria da população moldava apresentar traços lingüísticos e culturais muito semelhantes aos da Romênia, a região da Transnístria, na qual a elite política é fortemente ligada a Moscou, tem apresentado desejos pendulares entre a autonomia

¹⁹¹ “[D]esde junho de 1994, a Rússia posicionou peacekeepers na zona de conflito georgiano-abcásio no rio Inguri para manter a trégua entre a Geórgia e a sua província secessionista da Abcásia. Embora a Rússia não apóie oficialmente os rumos da independência da Abcásia, ela apóia secretamente a liderança abcásia para puxar as rédeas da política externa da Geórgia e no seu desejo de se aproximar dos Estados Unidos. Os peacekeepers russos, portanto, agem como uma ‘patrulha de fronteira’ de facto para a Abcásia, além de agir como um ‘árbitro’ entre Tbilisi e Sukhumi (capital da Abcásia). Desta maneira, os peacekeepers russos agem como uma limitação sobre a Geórgia e qualquer tentativa desta de resolver o problema pelo uso da força. É pertinente mencionar aqui que as tropas de manutenção da paz russas no Inguri se encontram atualmente sob o mandato da CEI, e não da ONU.” (Tradução minha) in SHAH, Syed Adnan Ali. **Russia’s Foreign Policy towards the Southern Caucasus**. Disponível em http://www.issi.org.pk/journal/2004_files/no_2/article/4a.htm. Acessado em 13 de julho de 2008.

¹⁹² Cf. SABANADZE, Natalie. **International Involvement in the South Caucasus**. European Centre for Minority Issues. Flensburg, 2002. Disponível em http://www.ecmi.de/download/working_paper_15.pdf. Acessado em 13 de julho de 2008.

¹⁹³ Número válido até antes do conflito entre Geórgia e Rússia em agosto de 2008. Para uma visão acerca das ações russas em lidar com a região, cf. MURPHY, Timothy W. **The Commonwealth of Independent States: Mechanism for Stability or Domination?** in *USAF Academy J. Legal Studies*, 1994. Também cf. McNEILL, Terry. **Humanitarian Intervention and Peacekeeping in the Former Soviet Union and Eastern Europe** in *International Political Science Review*, vol. 18, n.º.1, pgs. 95-113, janeiro de 1997.

¹⁹⁴ Cf. **About the Republic of Moldova**. Republic of Moldova Official Website. Disponível em <http://www.moldova.md/en/home>. Acessado em 15 de julho de 2008.

interna e a secessão¹⁹⁵. Moscou mantém uma tutela poderosa sobre a região, não tendo retirado do local, até hoje, o Décimo Quarto Exército, descendente das forças soviéticas.

A situação política na Moldávia demonstra como Moscou não está disposta a abrir mão de sua influência sobre a região. Durante o governo Iéltsin, o comportamento de Moscou era inverso, aliando-se primariamente ao governo de Chişinău e rejeitando as tendências separatistas da Transnístria. Estas ações faziam parte dos planos do Kremlin de se alinhar às manifestações ocidentais favoráveis à autodeterminação das capitais leste-européias e à sua consolidação estatal. Contudo, após a malfadada tentativa de ingressar no “rol ocidental”, Moscou se viu novamente inclinada a manter sua presença na região, em especial após a entrada da Romênia na OTAN em 2004, país este que, como já mencionado, possui fortes laços étnico-culturais com a Moldávia¹⁹⁶.

A queda do padrão de vida moldavo, contudo, condiz com o aumento do apoio a uma integração maior com a Rússia¹⁹⁷. O projeto russo de união com a Ucrânia e a Bielo-Rússia – o qual será discutido mais adiante – tem apresentado a intermitente aderência de Chişinău, impulsionada pela classe política de Tiraspol (capital da Transnístria) e, cada vez mais, pela opinião pública moldava. A falta de controle de

¹⁹⁵ “Na República Socialista Moldava, a minoria étnica russa proclamou a autônoma República Moldava do Dniestre, ou Transnístria, em setembro de 1990. A luta entre o governo da República da Moldávia e a ‘República do Dniestre’, formada pela minoria russa que vive na margem esquerda do rio Dniestre, iniciou-se no outono de 1991 com a declaração de independência da república em relação à Moldávia. O 14º Exército da Rússia, o qual era a formação primária do Distrito Militar de Odessa, era o principal meio de intervenção russa. Durante o período soviético, o 14º Exército era uma estrutura de reserva de baixa prontidão, quase não chegando ao tamanho de uma divisão de força total. [...] As forças separatistas na região do Transdníestre da Moldávia possuíam fortes laços com o 14º Exército e durante um período de lutas ativas em 1992, elementos do 14º Exército tiveram um papel ativo em apoiar os separatistas. Durante o tempo em que o General [Alexander] Lebed foi comandante do 14º Exército, ele restaurou a ordem à força; ele rotineiramente tomava uma posição pública de simpatia pelo regime separatista na região. No fim de 1992, forças do 14º Exército russo capacitaram estes russos a consolidar o controle sobre a maior parte da região do Dniestre.” (Tradução minha) in **Russian Military Districts**. Federation of American Scientists.

Disponível em <http://www.fas.org/nuke/guide/russia/agency/mo-md.htm>. Acessado em 9 de maio de 2008.

¹⁹⁶ A Romênia, que encontra dificuldades em se alinhar às demandas da União Européia, assim como outros de seus novos membros, tem recebido ajuda da OTAN para a modernização e treinamento de suas forças. Cf. FRUNZETI, Teodor (Tenente-General). **The Acceleration of the Romanian Land Forces - Transformation and Modernization - the Major Imperative of the Moment**. Disponível em http://gmr.mapn.ro/Engleza/Ultimul_nr/frunzeti-p.13-19.pdf. Acessado em 15 de julho de 2008.

¹⁹⁷ Como é endêmico nos países em desenvolvimento, a queda no padrão de vida acarreta males diversos como o êxodo de trabalhadores habilitados e a fuga de cérebros, além de, no caso europeu, um maior saudosismo dos tempos da previsibilidade socialista. “A queda no padrão de vida moldavo desde a independência produziu um êxodo notável de algo em torno de um quinto ou um quarto da força de trabalho em busca de empregos no exterior, especialmente na Europa Ocidental e na Rússia. As remessas que esses trabalhadores enviam para o país por meio de canais oficiais equivalem a 15%-17% do PIB total do país. Adicionando-se as somas enviadas por meios não-oficiais (legais ou ilegais), este número duplicaria.” (Tradução minha) in HENSEL, Stuart e GUDIM, Anatol. **Moldova's Economic Transition: Slow and Contradictory**. Disponível em http://pdc.ceu.hu/archive/00002399/01/Moldova-s_Economic_Transition.pdf. Acessado em 14 de julho de 2008.

Chişinău sobre todo o Estado (além da Transnístria, há uma menor tensão com a Gagáuzia, desde 1994 uma unidade territorial autônoma, localizada no sul da Moldávia) impede a entrada do país na UE e, com a presença de tropas russas na Transnístria e as constantes crises políticas e militares, também na OTAN¹⁹⁸. A tendência de Moscou de fomentar conflitos separatistas no seu entorno, como ocorre na Abcásia, na Ossétia do Sul e na Transnístria, é um importante contraponto às tendências ocidentalistas do início dos anos 1990. Na Europa Oriental, a consolidação de regimes alinhados ao modelo democrático ocidental abriria espaço para a adesão à UE e à OTAN, o que solaparia cada vez mais a autoridade russa na região.

Na verdade, jamais houve uma mudança significativa no comportamento russo em relação a essas regiões. O discurso pró-Occidente do primeiro governo de Iéltsin, revogado por ele mesmo e rejeitado mais acirradamente por Putin, nunca foi acompanhado de uma sensível diminuição dos efetivos russos na região¹⁹⁹. Moscou sempre quis resguardar sua influência política e militar no entorno da antiga URSS e, à medida que tal feito se fazia menos provável devido ao avanço de parcerias e instituições ocidentais, acirrava-se o controle do Kremlin e da classe militar²⁰⁰.

Concomitantemente, a Rússia sempre relutou em aceitar o secessionismo das nações balcânicas pertencentes à ex-Iugoslávia e, naturalmente, ao verificado dentro do seu próprio território, como no caso da Tchetchênia. Esta é uma faceta do aumento do eslavismo ou do discurso acerca da “naturalidade” dos laços entre esses povos. O internacionalismo comunista de seus ex-satélites está sendo substituído pela identidade européia e, militarmente, pelos laços atlânticos. Uma das poucas maneiras de justificar sua ligação com povos do seu entorno (sem poder lhes oferecer tanto quanto a UE e a

¹⁹⁸ A Moldávia firmou Plano de Ação Individual para a Parceria (IPAP) com a OTAN em 2006 e, desde então, tem insistido nas ligações com a Aliança para uma eventual adesão. Cf. **NATO's relations with the Republic of Moldova - How did relations with the Republic of Moldova evolve?** Disponível em <http://www.nato.int/issues/nato-moldova/evolution.html>. Acessado em 15 de julho de 2008.

¹⁹⁹ Em 2002, seria fundada a Organização do Tratado de Segurança Coletiva em Chişinău, a qual reafirmava a vontade dos Estados signatários (Armênia, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão) de se abster do uso da força, ao mesmo tempo em que não teriam a liberdade de se unir a outras alianças militares. Sítio oficial: <http://www.dkb.gov.ru>. Acessado em 15 de abril de 2008.

²⁰⁰ “Desde o início, ficou claro que a CEI não estava correspondendo às expectativas russas como um fórum de cooperação com as antigas repúblicas soviéticas. Os líderes ucranianos viam a CEI como um meio de atingir a independência, dissolver laços com a Rússia e se juntar ao Ocidente. Como resultado, enquanto as cúpulas da CEI produziam muitas propostas boas para a cooperação, a grande maioria não era implementada. Antes do fim de 1992, o Ministério da Defesa russo concluíra que deveria estar diretamente envolvido na resolução de conflitos no território pós-soviético. Logo, em 1993, Iéltsin propôs que as Nações Unidas ou a Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa garantisse à Rússia um ‘mandado de segurança’ para preservar a ordem na antiga União Soviética.” (Tradução minha) in DUNCAN, Peter J. S. **Russian Messianism: Third Rome, Holy Revolution, Communism and After**, pgs. 131-2. Routledge, 2000.

OTAN) é apelar para o sentimento étnico. Desta maneira, Ucrânia e Bielo-Rússia terão um papel primordial para as relações entre a Rússia e a OTAN e os limites da expansão da Aliança Ocidental.

4.4. BIELO-RÚSSIA E UCRÂNIA COMO “EXTENSÃO ÉTNICA” RUSSA

A Bielo-Rússia é o Estado mais alinhado a Moscou em toda a Europa. A elite política de Minsk é altamente dependente da ajuda da Rússia para a sua manutenção no poder e o regime de Alyaksandr Lukashenka, no poder há três mandatos consecutivos, sobrevive especialmente devido às concessões do Kremlin²⁰¹.

Uma população com um fraco sentimento nacional, somada à tutela de Moscou e ao estacionamento de milhares de soldados russos em seu território, faz da Bielo-Rússia um dos portos mais seguros para as demonstrações anti-OTAN do Kremlin. O governo semitítere de Minsk – que tanto depende das condicionalidades impostas pela Rússia – não tem um sólido pensamento pró-ocidental como o verificado na Ucrânia. A oposição é pouco representativa, o que leva Lukashenka a ter a liberdade interna de impor suas políticas governamentais²⁰². Porém, somente no campo nacional, pois externamente as ações oficiais seguem em uníssono com as de Moscou. A condenação à expansão da OTAN é continuamente reproduzida por Minsk. De fato, a Bielo-Rússia é vista pelo Ministério das Relações Exteriores russo como o maior e mais seguro baluarte para frear o avanço da Aliança; esta visão, mais do que ser reforçada por Lukashenka e seu governo, é sentida em larga escala pelos bielo-russos. Uma situação tão propensa a avanços russos levou ao crescente unionismo entre os dois Estados. A proposta de uma confederação entre Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia possui idas e vindas políticas, em especial devido à forte oposição baseada em Kiev. Contudo, o caminho seguido por Minsk e Moscou já levou a frutos que consolidaram fortemente a união entre ambos, a qual só não é mais reforçada devido às dúvidas do Kremlin acerca da ajuda econômica a

²⁰¹ Em 2006, a oposição bielo-russa lançou um candidato único, Alyaksandar Milinkievič, para tentar derrotar Lukashenka em mais uma campanha presidencial, o que se mostrou sem sucesso. Lukashenka venceu com mais de 80% dos votos válidos. Cf. **Landslide win for Belarus Leader**, 20 de março de 2006. BBC Home Disponível em <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/europe/4823800.stm>. Acessado em 15 de julho de 2008.

²⁰² Uma das poucas tensões entre Minsk e Moscou se deu no início de 2007, quando a Bielo-Rússia decidiu aumentar as taxas para a importação de gás russo. Cf. MYERS, Steven Lee. **Belarus and Russia Dispute Cause of Oil Cutoff**. Belarus News and Analysis. 09 de janeiro de 2007. Disponível em <http://www.data.minsk.by/belarusnews/012007/277.html>. Acessado em 15 de julho de 2008.

ser destinada à Bielo-Rússia no caso de uma integração total²⁰³ (para uma visão do Estado bielo-russo, cf. mapa 8).

É neste cenário particular que Moscou demonstra seu maior desconforto com o avanço da OTAN. A Bielo-Rússia já representava um aliado político-cultural de Moscou partindo de suas fortes ligações históricas. Todavia, qualquer tentativa de Minsk de tentar diversificar seus laços econômicos, políticos e, principalmente, estratégicos é cada vez menos provável. Tendo percebido o que foi perdido em sua anterior área de influência, a Rússia busca se preservar: os países bálticos e os países da Europa Central, hoje alinhados com instituições ocidentais, jamais tiveram uma grande ligação com Moscou que não fosse referente às classes políticas. Grosso modo, cultural, lingüística e religiosamente, estas nações não tinham um sentimento pró-russo como o verificado na Bielo-Rússia e na Ucrânia, razão pela qual Moscou reluta tão fortemente em deixar de exercer qualquer controle sobre uma região que é vista como sua natural aliada²⁰⁴.

Com forte presença militar no país eslavo e no seu exclave de Kaliningrado, a Rússia espera conter avanços militares dentro da OTAN. Apesar de os novos membros da Aliança lhe fazerem fronteira, algo que já é institucionalizado, é possível para Moscou pressionar esses novos membros – e a Aliança como um todo – para que não se estacionem armamentos e tropas significativas junto à fronteira da CEI européia. Kaliningrado, Ucrânia e Bielo-Rússia são os elementos principais da “barganha” do Kremlin sobre a OTAN, fazendo o dissenso desses dois últimos Estados cada vez mais difícil; qualquer tentativa de complacência em relação ao Ocidente é vista como ameaçadora²⁰⁵.

Minsk é o maior sustentáculo de Moscou na Europa. Já a Ucrânia, peça-chave para esse arranjo, se apresenta como uma relação mais delicada. Juntamente com a

²⁰³ “Os apoiadores [da integração da Rússia com a Bielo-Rússia] têm se focado, desde o início, quase exclusivamente nos interesses geopolíticos russos ao assegurar seus laços com a Bielo-Rússia, não nos custos. Eles argumentam que uma integração russo-bielo-russa bem-sucedida daria ímpeto a uma enfraquecida Comunidade dos Estados Independentes e providenciaria uma plataforma e um tampão contra um Ocidente em expansão. Ainda assim, parece que há poucos sinais de que a Bielo-Rússia está se preparando para seguir o exemplo da Ucrânia ou dos Estados bálticos. Parece que laços entre a Rússia e a Bielo-Rússia poderiam ser mantidos por um preço muito menor do que uma união ou uma quase união.” (Tradução minha) in GARNETT, Sherman W. **Russia and the West in the New Borderlands** in MANDELBAUM, Michael. **The New Russian Foreign Policy**. Council on Foreign Relations, 1998.

²⁰⁴ Cf. CIBULKA, Frank. **Nationalism and Globalization in the Russian Federation at the Millennium**, pgs. 319-343 in SURYADINATA, Leo (ed.). **Nationalism and globalization: East and West**. Institute of Southeast Asian Studies.

²⁰⁵ Cf. KARABESHKIN, Leonid e WELLMANN, Christian. **The Russian Domestic Debate on Kaliningrad: Integrity, Identity and Economy**. LIT Verlag, Berlim-Hamburgo-Münster, 2005.

Bielo-Rússia, que representa o maior apoio popular e político às ações de Moscou, o país é o outro “reduto eslavo” que encabeça a lista de prioridades russas no leste europeu.

A Ucrânia possui uma forte ligação com a Rússia, em especial na porção oriental do seu território. É lá onde se fazem mais presentes a comunidade russófona e os seguidores do Patriarcado Ortodoxo de Moscou. Os conflitos entre esta porção da população, que representa 17,3% do total de ucranianos (8.334.100 pessoas), segundo o censo de 2001, são um impedimento para a maior liberalização política de Kiev²⁰⁶.

Embora sejam minoria, os russófonos fazem parte de um discurso que tem permeado a política externa russa desde o governo Iéltsin, em especial após a ascensão de Primakov. Com o fim da União Soviética, muitos descendentes de russos que antes habitavam em outras repúblicas ou divisões do Estado se encontraram, de repente, em novos países²⁰⁷. Moscou muitas vezes apregoa que os russos e seus descendentes, outrora cidadãos da União Soviética, devem ser reconhecidos como cidadãos russos, mesmo estando nos Estados em que habitam atualmente. Embora todos os Estados da CEI tenham se recusado a fazê-lo, estas populações representam um potencial apoio para as políticas russas e a Ucrânia, contando com tal minoria russa em seu território, tem suas políticas centrais contrabalançadas pelo apoio de Moscou a esses grupos e aos políticos que os representam, espelhando, indiretamente, o Kremlin²⁰⁸.

Atualmente, observa-se que a classe política de Kiev é dividida entre os pró-ocidentais e os pró-Moscou. Embora isto também ocorra nas demais ex-repúblicas soviéticas, na Ucrânia o conflito é mais acirrado e as pretensões dos primeiros de fazer com que o país adira à OTAN são um ponto primordial para este embate. A relação da Ucrânia com a Rússia sempre foi pendular, visto que o seu maior parceiro econômico

²⁰⁶ Cf. **Comitê de Estatísticas Estatais da Ucrânia**.

Disponível em inglês em <http://www.ukrcensus.gov.ua/eng/results/general/nationality>. Acessado em 29 de junho de 2008.

²⁰⁷ As ligações são maiores quanto mais perto forem da fronteira com a Rússia. Cf. mapa 9.

²⁰⁸ Não se pode dizer que há uma querela constante entre ucranianos étnicos e russos étnicos na Ucrânia. Para que os últimos tenham tanta representatividade, é necessária alguma complacência por parte da maioria. “*Estes números [censo soviético de 1989, que mostrava a porcentagem de russos étnicos na Ucrânia como 22,1% da população], contudo, não refletem o real alinhamento de forças entre os dois maiores grupos étnicos [russos e ucranianos]. Qualquer observação empírica claramente mostra que a língua e a cultura russa (ou seja, da ‘minoría’) predominam, quando não dominam totalmente, na maior parte das cidades ucranianas, nas quais a maioria da população vive e nas quais os mais importantes desenvolvimentos políticos e culturais estão ocorrendo. Nenhuma minoria, numerosa e poderosa como costumava ser, poderia alguma vez mudar o ambiente urbano tão substancialmente sem o apoio de membros assimilados da maioria nativa.*” (Tradução minha) in RYABCHOUK, Mykola. **Civil Society and Nation-Building in Ukraine**, pg. 89 in KUZIO, Taras (ed.). **Contemporary Ukraine: Dynamics of Post-Soviet Transformation**. M.E. Sharpe, 1998.

(afora a União Européia) e militar também é o que mais lhe causa impedimentos em suas relações com o Ocidente²⁰⁹.

Após a assinatura de um tratado em Kiev que definia as fronteiras entre os dois Estados em 2003²¹⁰, as relações entre os presidentes Leonid Kuchma e Vladimir Putin ficaram mais estáveis aos olhos da opinião pública. Em 1997, o país já havia estabelecido contatos dentro do GUAM (Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia), um grupo de Estados que buscava conter a influência de Moscou em seus territórios²¹¹ (de 1999 a 2005 o grupo contou com o Uzbequistão entre seus membros). Com a expansão da OTAN ocorrida em 1999, Kiev temia um recrudescimento dos atritos com a Rússia.

O ingresso e posterior aumento da integração de países da Europa Central na economia da União Européia fizeram com que, juntamente com Moldávia e Bielorrússia, a Ucrânia fosse ainda mais importante para Moscou. Países como Hungria, Polónia e República Tcheca têm cada vez mais orientado a sua produção ao mercado ocidental e, após o seu ingresso na OTAN, a separação superou o campo econômico e cultural, atingindo também o militar²¹².

O medo de Kiev de que a Rússia estimule o separatismo de sua porção oriental, composta por grande número de russos, é presente, mas tal ação é pouco provável. Moscou costuma jogar com as tensões étnicas em seu entorno, especialmente onde há

²⁰⁹ “Não impressiona que os ucranianos jovens e com melhor educação estejam entre os mais fortes propositores de uma orientação ocidental para a Ucrânia. De acordo com a pesquisa de opinião nacional de 2001, o assim chamado ‘vetor ocidental’ da política externa foi majoritariamente apoiado pelos jovens e pelos estratos mais educados da população. Ainda assim, mesmo esses grupos escolhem o ‘vetor’ russo mais freqüentemente do que os alternativos. A ‘escolha’ russa prevalece na opinião pública dos respondentes mais velhos, dos residentes das regiões sul e leste da Ucrânia e dos apoiadores dos partidos esquerdistas: os comunistas e os socialistas. As persistentes simpatias da Ucrânia com a Rússia colocam uma questão tanto para os policymakers domésticos quanto para os observadores internacionais: será que a escolha ocidental da Ucrânia deveria ser conceitualizada em contradistinação à política de seguir com os muitos laços do país com a Rússia? Pode a Ucrânia se ocidentalizar sem a Rússia – ou será que os dois países devem fazê-lo juntos?” (Tradução minha) in MOLCHANOV, Mikhail A. **Ukraine's European Choice: Pitfall and Prospects**, pg. 24. NATO Office of Information and Press. 20 de maio de 2003

²¹⁰ Cf. KISHKOVSKY, Sophia. **World Briefing - Europe: Ukraine: Border Accord With Russia. The New York Times**. Disponível em <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9F07E1D81139F93AA15752C0A9659C8B63&fta=y>. Acessado em 22 de junho de 2008.

²¹¹ Cf. **The GUAM Group: History and Principles**. Novembro de 2000. Disponível em <http://www.guam.org/general/browse.html>. Acessado em 22 de junho de 2008.

²¹² O Grupo de Visegrád (composto por Eslováquia, Hungria, Polónia e República Tcheca), iniciado em 1991, pouco após o fim dos regimes comunistas na Europa Oriental, é um exemplo da união desses Estados. Esta aliança busca fomentar a aproximação com o Ocidente, movimento cujo ápice se deu com a entrada de todos os quatro membros na União Européia em 2004. Cf. SIMONYI, András. **Visegrád Cooperation: a 15-Year-Old Success Story**.

Disponível em

<http://www.visegradgroup.eu/main.php?folderID=923&articleID=4055&ctag=articlelist&iid=1>. Acessado em 15 de julho de 2008.

descendentes de russos²¹³. O fomento a esta tensão é o que enfraquece o governo central de seus ex-satélites e fortalece seu poder de imiscuir-se em assuntos internos dos mesmos. Caso optasse por apoiar definitivamente os movimentos separatistas na Ucrânia e na Moldávia e daí adviessem as secessões, perder-se-ia o *leitmotiv* da Rússia de seguir com suas intervenções político-militares nesses mesmos Estados, os quais já estariam livres de seus pontos de tensão e contestação.

Os exercícios militares dos quais a Ucrânia participa em conjunto com a OTAN ocorrem em outros Estados; nunca em seu solo. A importância do país para a Aliança é contrabalançada pela prioridade russa dada à mesma. Em 1997, assinou-se a Carta de Parceria Específica entre a OTAN e a Ucrânia²¹⁴. Em 2002, firmou-se o Plano de Ação entre a Aliança e Kiev²¹⁵, o qual auxiliaria o país eslavo em sua reforma de defesa para uma eventual adesão ao bloco. Contudo, não há uma forte insistência das políticas da OTAN nesse viés, devido às perenes pressões de Moscou. Internamente, a divisão da classe política ucraniana mina seu acesso ao bloco e mostra a sua não-conformidade com ditos “padrões democráticos” da Aliança, o que se refletiria na recusa de sua adesão, juntamente com a Geórgia, em 2008²¹⁶.

4.5. A OCX E A GUINADA RUSSA EM DIREÇÃO À ÁSIA

Institucionalmente, a maior realização multilateral do governo Putin foi a celebração, juntamente com Cazaquistão, China, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), descendente do grupo

²¹³ A divisão da Ucrânia em áreas com grupos étnicos predominantes, em especial russos e ucranianos, remonta à história de diversos domínios sobre várias partes do país. “[O] desenvolvimento da zona que hoje forma o país da Ucrânia estará sob a influência de diversas autoridades até a sua unificação. Enquanto que diferentes partes da Ucrânia estão sob o controle dos impérios otomano, húngaro ou austríaco, a ‘Pequena Rússia’ sofreu a russificação sob a pressão dos tsares. Gradualmente, a região de Kiev perde a sua autonomia face à centralização e a mobilização dos recursos. No século XVIII, sob Catarina II e Pedro, o Grande, os privilégios tradicionais foram diminuídos, o poder do hetmanato [Estado ucraniano] suprimido, a nobreza ucraniana invalidada e o exército incorporado ao exército russo. A Ucrânia será assim privada da industrialização em benefício do desenvolvimento da Rússia.” (Tradução minha) in GARNEAU, Mathieu, MARTINEAU, François, MASSICOTTE, François, PLAMONDON-RATTÉ, Manuel. *L’état des relations russo-ukrainiennes*, Anamnesis – Faculdade de Letras da Universidade de Laval, Québec, 13 de abril de 2006. Disponível em <http://www.anamnesis.fl.ulaval.ca/wordpress/?p=368>. Acessado em 12 de março de 2008.

²¹⁴ Disponível em <http://www.nato.int/docu/basicxt/ukrchrt.htm>. Acessado em 1º de julho de 2008.

²¹⁵ Disponível em <http://www.nato.int/docu/basicxt/b021122a.htm>. Acessado em 1º de julho de 2008.

²¹⁶ Cf. **NATO denies Georgia and Ukraine**, 3 de abril de 2008. BBC News. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7328276.stm>. Acessado em 4 de abril de 2008.

Cinco de Xangai, fundado em 1996²¹⁷. A organização foi fundada em 2001 como uma tentativa de coordenar políticas econômicas, culturais e de defesa dos Estados-membros. Nesta última área, convencionou-se que os três maiores males que o organismo combateria seriam o extremismo, o terrorismo e o separatismo²¹⁸.

Os dois maiores membros da OCX, China e Rússia, apresentam motivos de segurança internos e externos para congregar os países do seu entorno na Ásia Central. Mais uma vez, Moscou compensa a sua perda de influência na Europa Oriental avivando seu controle sobre a Ásia Central²¹⁹. Já a China reforça seus laços com países outrora componentes da URSS, em um processo de reaproximação entre Pequim e Moscou. São celebradas reuniões anuais entre chefes de Estado e também reuniões entre chefes de governo. A proposta de manter a integridade de seus Estados-membros não exclui a afirmação formal de que ela está aberta ao “exterior” e sua declaração de fundação expressa a união entre os membros-fundadores e a oportunidade de alargamento:

Art. 7 - A OCX adere ao princípio de não-alinhamento, não ameaça nenhum outro país ou região e está aberta para o exterior. Ela está pronta para desenvolver várias formas de diálogo, trocas e cooperação com outros países, organizações regionais e internacionais. Na base do consenso, ela deve admitir como seus novos membros aqueles países que reconheçam os propósitos de cooperação e tarefas dentro do escopo da organização, os princípios expostos no artigo 6 [*o qual versa sobre a redução de forças militares, confidence-building e cooperação em diversas áreas*] desta declaração e outros artigos, e cuja adesão facilitará a realização da cooperação²²⁰.

A OCX se apresenta como um dos mais fortes organismos verdadeiramente representativos da Rússia para a Ásia Central. A expansão da OTAN, que não só

²¹⁷ Para acessar o documento fundador do bloco em inglês no sítio oficial da OCX, cf. <http://www.sectsc.org/html/00088.html>. Acessado em 22 de abril de 2008.

²¹⁸ Cf. **Shanghai Convention on Combating Terrorism, Separatism and Extremism**. Sítio oficial da OCX em <http://www.sectsc.org/html/00093.html>. Acessado em 22 de abril de 2008.

²¹⁹ Para a Ásia Central, cf. mapa 10.

²²⁰ (Tradução minha) No sítio oficial da OCX na internet, encontram-se três versões do documento fundador, nas duas línguas oficiais e em inglês. Cf. **Declaration on Establishment of Shanghai Cooperation Organisation**, disponível em <http://www.sectsc.org/html/00088.html>. Documentos acessados em 22 de abril de 2008.

deixaria de contemplar Moscou, como também seria cada vez mais vista como uma ameaça ao *establishment* da classe política e militar russa, pode ter contribuído para o surgimento do bloco. Pequim se aproximou de Moscou quando a “guerra ao terror” promovida pelos Estados Unidos chegou à Ásia Central. O colapso do Afeganistão trouxe mais ameaças à segurança regional, as quais afetavam tanto a China quanto a Rússia. Os demais membros-fundadores possuem grande população islâmica e mesmo aqueles que possuem práticas políticas mais seculares têm visto crescer as atividades de grupos extremistas em seu território, além do aumento da religiosidade interna²²¹. O crescimento desses movimentos são outra “ameaça cultural” à Rússia e à China; se Moscou teme pelo espalhamento das tensões baseadas em religião para dentro do seu território, em especial no Cáucaso, Pequim tem enfrentado problemas na província de Xinjiang, com alta concentração islâmica²²².

Aqui, percebe-se um contra-senso de Moscou no campo religioso. Extra-oficialmente, a Igreja Ortodoxa Russa é aliada do governo²²³, apoiando, em muitos casos, suas políticas interna e externa. Ao mesmo tempo, o Kremlin defende o secularismo na região da OCX ou, ao menos, a “desislamização” da política regional para que não haja perigo de secessão intra-estatal. O aumento da cooperação militar, demonstrada pelos exercícios conjuntos e o reforço do discurso de preparação da organização para operações de paz, revela-se cada vez maior²²⁴.

A OCX é o exemplo mais recente e talvez o maior demonstrativo de que a política externa russa, após a guinada de Primakov em direção ao nacionalismo pragmático, deixou de considerar a Europa e os Estados Unidos como os atores preferenciais com os quais dever-se-ia instituir relações consideráveis.

²²¹ Para uma história concisa do Islã na Ásia Central, cf. **A History of Islam in Central Asia**. Disponível em <http://www.muslimuzbekistan.com/eng/ennews/2002/07/ennews23072002.html>. Acessado em 23 de março de 2008.

²²² Para os efeitos do extremismo islâmico nas preocupações de política externa da China, cf. SMITH, Dianne L. **Central Asia: A New Great Game?**, 17 de junho de 1996. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/PUB117.pdf>. Acessado em 24 de abril de 2008.

²²³ Cf. EKE, Steven. **Criticism of Russian Church role**, fevereiro de 2008.

Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6912482.stm>. Acessado em 25 de março de 2008.

Cf. SHCHEDROV, Oleg. **Putin promises support to Russian Orthodox Church**, novembro de 2007. Disponível em <http://www.reuters.com/article/worldNews/idUSL196077120071119>. Acessado em 25 de março de 2008.

²²⁴ TIAN, Le. **SCO members tackle terrorism**. China Daily, 18 de agosto de 2007. Disponível em http://www2.chinadaily.com.cn/china/2007-08/18/content_6032772.htm. Acessado em 25 de março de 2008.

4.6. A RETIRADA RUSSA DO TRATADO CFE

O Tratado CFE (*Conventional Armed Forces in Europe* – Tratado das Forças Armadas Convencionais na Europa) havia sido assinado em novembro de 1990 entre países-membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia, em uma ocasião na qual este se encontrava em processo de dissolução. O mecanismo de controle sobre as forças armadas convencionais, cobrindo a Europa “do Atlântico aos Urais”, era descendente das negociações da CSCE e da Ata Final de Helsinque dos anos 1970.

A normalização do aparato militar em solo europeu e as convenções para o estacionamento de efetivos pelo continente europeu eram uma boa oportunidade para a enfraquecida URSS da época, que via nos acordos a possibilidade de diminuir gastos com defesa e perpetuar o regime. Contudo, com a queda do Estado soviético e com o passar dos anos 1990, a visão de segurança de Moscou sobre o continente europeu mudou. À época da visão ocidental de que a Rússia ainda representava uma ameaça e da constante aproximação dos ex-Estados comunistas com o Ocidente, assinou-se o Acordo de Adaptação de Istambul em 1999, na Cúpula da OSCE²²⁵. Note-se que neste mesmo ano, a OTAN recebeu sua primeira onda de membros leste-europeus. O nacionalismo pragmático do governo Putin, que vigoraria na década de 2000, levou a diversos atritos com a OTAN; em julho de 2007, Putin assinou um decreto final suspendendo a participação do país no tratado²²⁶.

A suspensão, em vez da retirada do país do tratado, pode ser vista como um sinal de que a Rússia não deseja simplesmente se ausentar de uma convenção tão abrangente. Mas a decisão dos Estados Unidos de estacionar escudos antimísseis na Polônia e na República Tcheca no início do mesmo ano pode ter sido um grande catalisador dessa decisão²²⁷. Abstendo-se das obrigações do tratado sem pô-lo definitivamente de lado, Moscou mais uma vez opera com uma barganha não-explícita.

A proposta norte-americana para o estacionamento do escudo antimísseis nos dois Estados centro-europeus mostra um desvio notável entre as dinâmicas pré e pós-Guerra Fria. As condições impostas por Moscou para qualquer mudança de distribuição

²²⁵ Cf. **Istanbul Document**. Disponível em http://www.osce.org/documents/mcs/1999/11/4050_en.pdf. Acessado em 04 de maio de 2008.

²²⁶ BOESE, Walde. **Russia suspends CFE Treaty Implementation**. Arms Control Association. Disponível em http://www.armscontrol.org/act/2008_01-02/cfe. Acessado em 14 de julho de 2008.

²²⁷ Cf. MURTA, Andrea. **Escudo antimísseis dos EUA na Europa pode vir a deter armas russas in Folha Online - Mundo**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u107057.shtml>. Acessado em 14 de julho de 2008.

de forças sobre o território europeu eram sempre pautadas no acordo, explícito ou não, de não-envolvimento da Europa Central e Oriental. Caso fosse expandida a OTAN, não seriam incluídos armamentos importantes perto da fronteira russa. Acordara-se que não seriam instalados armamentos ofensivos na região da antiga Alemanha Oriental, quando a URSS ainda participara das negociações para a reunificação alemã²²⁸. Não se incluíam aí, portanto, os países do centro da Europa, muito menos os países bálticos.

A aproximação de instituições não-inclusivas para perto de suas fronteiras tem fomentado a relutância russa de abrir mão de seus poucos portos seguros. A complementaridade de ações ocidentais que não permitem a participação russa e a pouca vontade da *ex-nomenklatura* de adotar novos comportamentos, os quais poderiam mudar os padrões sociais russos, levam ao crescimento da desconfiança mútua e à constante descrença na cooperação euro-atlântica.

²²⁸ Para convencer Gorbatchov da necessidade de a Alemanha reunificada fazer parte da OTAN, James A. Baker, secretário de Estado norte-americano, alertou para o perigo de uma Alemanha “livre” vir a desenvolver armas nucleares e a garantia de que a OTAN não mais se expandiria. Cf. GORDON, Michael R. **The Anatomy of a Misunderstanding**. The New York Times, 25 de maio de 1997. Disponível em <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9A06E3D8113BF936A15756C0A961958260&sec=&spoon=&pagewanted=all>. Acessado em 15 de julho de 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre a OTAN e a Federação Russa têm sido problemáticas desde o início. Isto não é tanto uma surpresa, visto que a Aliança Ocidental foi fruto das desconfianças norte-americanas e oeste-européias acerca da URSS.

Com um início já voltado contra Moscou, as tentativas subseqüentes do Kremlin de pertencer à dinâmica conjunta para a segurança européia seriam baseadas, caso ocorressem, em pilares de hostilidade. Percebendo isto, Moscou seguiu as seguintes frentes:

Em primeiro lugar, a idéia maior era a de que, se não fosse possível se juntar à Aliança (que havia sido criada, pois, em resposta à URSS), dever-se-ia tentar dialogar com o Ocidente para que a mesma se desfizesse. Percebemos isto com mais força após 1955, já que o Pacto de Varsóvia, inicialmente criado como resposta à não-inclusão soviética no “concerto” europeu de defesa e segurança, era algo de que Moscou estava disposta a abdicar em favor de uma agressividade menor do Ocidente (da maneira como ela o interpretava).

Em um segundo momento, percebendo o pouco caso com que seus apelos eram recebidos pelo Ocidente, observamos o recrudescimento da segurança externa soviética e, dentro do bloco de Varsóvia, uma mão de ferro em relação a dissidências, em especial àquelas que pudessem mostrar ao mundo a falta de unidade ideológica do bloco (Hungria, 1956 e Tchecoslováquia, 1968).

Notamos, portanto, que o início da bipolaridade entre ambas as alianças teve como estopim a grande união entre as potências ocidentais e seus aliados atlânticos, o que fez com que este mesmo grupamento deixasse de lado as possibilidades de diálogo com a URSS, impelindo-a a reunir forças com outros Estados (seus satélites) por sentir-se ameaçada. Sendo ela uma potência econômica, política e militar, por que não seria também incluída em arranjos de segurança e defesa?

Mudando sua atitude nos anos subseqüentes, em especial em meados da década de 1960 e durante a década de 1970, os países-membros da OTAN, liderados pelos EUA, centravam-se em diálogos com a URSS. Isto pode ter ocorrido, dentre outros fatores, devido ao recrudescimento da política interna e externa soviética durante o governo Brejnev, mais ameaçador ao Ocidente que o de Khrushov, porquanto menos propenso a iniciar diálogos. Nesta época, muitas conversações importantes seriam levadas a cabo, como os acordos SALT I e II. É interessante vermos como uma vontade menor de dialogar por parte da URSS (resposta ao isolamento imposto pela OTAN e

pelo Ocidente) fez com que seus rivais aceitassem discutir problemas relativos à segurança internacional. Decerto, a URSS jamais deixou de afirmar seu controle sobre seus Estados vizinhos e o Pacto de Varsóvia foi utilizado como instrumento para tal.

Os anos 1980 veriam o caminho em direção ao fim do bloco do leste inserido no contexto maior do colapso político-econômico da URSS, que piorava com o andamento da operação militar no Afeganistão e se evidenciava com a menor disposição (ou capacidade) de Moscou de intervir militarmente para conter os movimentos contestatórios à ordem socialista em seus satélites.

A subida de Gorbatchov ao poder, ao trazer à luz tentativas de adequação (mais do que de imposição), sinalizava a crescente perda de poder de Moscou. Em 1991, a OTAN já redefinia seu conceito estratégico, possivelmente percebendo as mudanças ocorridas na Eurásia e, em especial, no poder dentro do Kremlin. A perda constante de poder de um inimigo outrora mais influente deveria mudar a razão de ser da Aliança. Sendo um importante instrumento de ligação entre América do Norte e Europa Ocidental, contudo, não era seguro que ela se desfizesse, ainda mais devido à muito recente quebra da URSS em dezembro de 1991.

O fim da União, desde aquele momento, tem trazido uma pergunta constante sobre a OTAN, difícil de escamotear: a Aliança existe *apesar* da Rússia ou *contra* ela?

Todos os sinais nos levam a crer que a segunda opção ainda é a mais válida. O histórico da Aliança já nos mostra que a URSS, com seu (pretense) desejo expansionista (territorial e ideológico), juntou Estados para a formação de uma organização. Durante sua existência no período da Guerra Fria, as razões eram mais claras para os soviéticos e ocidentais, mas após a emergência da Federação Russa, um Estado alegadamente capitalista e liberal, a OTAN continuaria.

Não somente continuaria, como viria a se expandir. Passando pelo governo Iéltsin, que, grosso modo, teve duas fases (a de alinhamento semi-automático com o Ocidente e a de reservas em relação ao mesmo), sua primeira onda de expansão pós-Guerra Fria incluiu Estados que têm razões históricas para temer a Rússia – Hungria, Polônia e República Tcheca. Sua entrada na OTAN, em uma tentativa de “imunizá-los” contra possíveis ameaças russas, encontrou uma continuação ainda maior em 2004, com a entrada de sete novos membros.

Estados hostis à Rússia ingressando em uma aliança militar que não planeja incorporá-la deixam uma mensagem bem clara. Resta a Moscou assegurar seus portos mais seguros, quais sejam, o Cáucaso e a Ásia Central. Os recentes desentendimentos

entre Rússia e Geórgia, que levaram ao conflito armado de agosto de 2008, são indicativos da aspiração com que Moscou tenta proteger locais inseridos em regiões majoritariamente pró-Occidente. A Ásia Central, ainda largamente controlada por ex-membros da *nomenklatura* soviética, é mais facilmente alinhada ao Kremlin. Ainda assim, com um vizinho poderoso como a China, foi imperativo formalizar laços de segurança como os observados na OCX para que ambas as potências regionais assegurem sua influência sobre a região.

Se desde o governo Putin (7 de maio de 2000 a 7 de maio de 2008), vemos o aumento do nacionalismo russo – o qual, na política externa oficial, já encontrara grande força com Primakov, no governo Iéltsin – o governo de Dmitri Medvedev, até o momento, tem caminhado na mesma direção, mesmo com o recente conflito na Ossétia do Sul. A resposta russa a um alegado “apelo” à região autônoma é justificada pela manutenção do *status quo* local, sobre o qual a Rússia está cada vez menos disposta a ver mudanças.

A classe política de Moscou adquiriu comportamentos que ora pendem para o diálogo, ora pendem para o isolacionismo (dependendo da contrapartida ocidental). Os costumes militares russos, contudo, são mais solidificados e seguem a lógica do resguardo geopolítico – ou seja, no mínimo, deve-se manter o que a Rússia possui como área de influência. É problemático, porém, acusá-los de não terem abertura, pois pode-se questionar se a OTAN a tem (ao menos em relação à Federação Russa).

As relações Rússia-OTAN são representativas das relações russas com o Ocidente. Quando percebe que não há resposta positiva para seus desejos de pertencimento ou quando vê que não há concordância com suas ações, Moscou se retrai, focando-se no seu “exterior próximo” e aumentando sua hostilidade. Suas ambições geopolíticas sempre foram contrastantes com as da OTAN, a qual representa um dos maiores entes arredios a ela no Sistema Internacional. Não havendo inclusão, não haverá concordância em assuntos estratégicos e vice-versa. Com nenhum dos lados disposto a ceder, é impensável que, em um futuro visível, haja uma real harmonia entre Moscou e Bruxelas em vistas à construção de uma paz verdadeiramente cooperativa no entorno do Atlântico.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS, TESES, CAPÍTULOS E PAPERS

ALLISON, Roy. **Russian security engagement with NATO** in ALLISON, Roy, LIGHT, Margot e WHITE, Stephen. **Putin's Russia and the enlarged Europe**. Blackwell Publishing. Londres, 2006.

ANTOHI S. e TISMANEANU, V., **Independence Reborn and the Demons of the Velvet Revolution in Between Past and Future: The Revolution of 1989 and their Aftermath**, Central European University Press, 2000.

ARQUILLA, John e RONFELDT, David. **The Advent of Netwar (Revisited)**. Disponível em <http://www.tsa.gov/assets/pdf/NetWar.pdf>. Acessado em 20 de abril de 2008.

BEICHMAN, Arnold. **The Long Pretense: Soviet Treaty Diplomacy from Lenin to Gorbachev**. Transaction Publishers, 1991.

BLADEL, Joris Jozef Elisabeth van. **The All-Volunteer Force in the Russian Mirror: Transformation without Change** (tese de doutorado). Rijksuniversiteit Groningen. Disponível em <http://dissertations.ub.rug.nl/FILES/faculties/arts/2004/j.j.e.van.bladel/thesis.pdf>. Acessado em 10 de junho de 2008.

BLANK, Stephen J. **Russia and the US in the Middle East: Policies and Contexts**. Conflict Studies Research Centre – Middle East Series. Academia de Defesa do Reino Unido, junho de 2006.

BLANK, Stephen J. **The NATO-Russia Partnership: a Marriage of Convenience or a Troubled Relationship?**. The U.S. and Russia: Regional Security Issues and Interests. Strategic Studies Institute, novembro de 2006.

BORDACHEV, Timofei V. **Strategy and Strategies** in MOSHES, Arkady (ed.). **Rethinking the Respective Strategies of Russia and the European Union**. Special FIIA - Carnegie Moscow Center Report, Ulkopoliittinen instituutti/Utrikespolitiska institutet. Helsinque, 2003.

BYRNE, Malcolm e MASTNY, Vojtech. **A Cardboard Castle?: an inside history of the Warsaw Pact, 1955 – 1991**. CEU Press. Zurique, 2005.

CIBULKA, Frank. **Nationalism and Globalization in the Russian Federation at the Millennium** in SURYADINATA, Leo (ed.). **Nationalism and globalization: East and West**. Institute of Southeast Asian Studies.

CROWDER, Ashby B. **Legacies of 1968: Autonomy and Repression in Ceaușescu's Romania, 1965-1989**. Tese de mestrado apresentado à Faculdade de Artes e Ciências da Universidade de Ohio, agosto de 2007

DE LONG, J. Bradford., EICHENGREEN, Barry. **The Marshall Plan: History's Most Successful Structural Adjustment Program** in DORNBUSCH, Rudiger, NÖLLING,

Wilhelm e LAYARD, Richard. **Postwar Economic Reconstruction and Lessons for the East Today**. MIT Press, Cambridge, 1993.

DELETANT, Dennis. **Ceaușescu's appeal to National Identity. The Case of Transylvania in Ceaușescu and the Securitate: Coercion and Dissent in Romania, 1965 – 1989**. M.E. Sharpe, 1995.

DICK, C. J. **Mujahideen Tactics in the Soviet-Afghan War**. Conflict Studies Research Centre. Camberley, Inglaterra, janeiro de 2002.

Document nº 63: Appeal for a European Security Conference, 17 de março de 1969. Arquivo Aberto da Sociedade, Budapeste. Reproduzido em BYRNE, Malcolm e MASTNY, Vojtech. **A Cardboard Castle?: an inside history of the Warsaw Pact, 1955 – 1991**. CEU Press. Zurique, 2005.

Document No. 81: Marshal Ogarkov Analysis of the “Zapad” Exercise, May 30 – June 9, 1977 in BYRNE, Malcolm e MASTNY, Vojtech. **A Cardboard Castle?: an inside history of the Warsaw Pact, 1955 – 1991**. CEU Press. Zurique, 2005.

Document No. 83: Soviet Statement at the Chiefs of General Staff meeting in Sofia, June 12-14, 1978 in BYRNE, Malcolm e MASTNY, Vojtech. **A Cardboard Castle?: an inside history of the Warsaw Pact, 1955 – 1991**. CEU Press. Zurique, 2005.

DONALDSON, Robert H. e NOGEE Joseph L. **The Foreign Policy of Russia: changing systems, enduring interests**. M.E. Sharpe, 2005.

DUNCAN, Peter J. S. **Russian Messianism: Third Rome, Holy Revolution, Communism and After**. Routledge, 2000.

EMERSON, Michael. **The EU-Russia-US Triangle**. Centre for European Policy Studies, nº. 52. Bruxelas, junho de 2004.

FAIRGRIEVE, J. Citado em O'LOUGHLIN, John. **Ordering the “Crush Zone”: Geopolitical Games in Post-Cold War Eastern Europe**. Disponível em <http://www.colorado.edu/IBS/PEC/john/pub/Beersheva.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2008

FARINGDON, Hugh. **Strategic Geography – NATO, the Warsaw Pact and the Superpowers**. Routledge, 1989.

FÉHÉR, Ferenc. **Eastern Europe's Long Revolution Against Yalta** in FÉHÉR, Ferenc e ARATO, Andrew (eds.). **Crisis and Reform in Eastern Europe**. Transaction Publishers, 1991.

FRANÇA, Paulo Roberto Caminha de Castilhos. **A Guerra do Kosovo, a OTAN e o conceito de “Intervenção Humanitária”**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

FRUNZETI, Teodor (Tenente-General). **The Acceleration of the Romanian Land Forces - Transformation and Modernization - the Major Imperative of the**

Moment. Disponível em http://gmr.mapn.ro/Engleza/Ultimul_nr/frunzeti-p.13-19.pdf. Acessado em 15 de julho de 2008.

GARNETT, Sherman W. **Russia and the West in the New Borderlands** in MANDELBAUM, Michael. **The New Russian Foreign Policy**. Council on Foreign Relations, 1998.

GOLDGEIER, James M. **The Push to Enlarge in Not Whether but When: The U.S. Decision to Enlarge NATO**. Brookings Institution Press, 1999.

GREGORY, Paul R., SCHRÖDER, Philipp J. H., SONIN, Konstantin. **Dictators, Repression and the Median Citizen: An “Eliminations Model” of Stalin’s Terror (Data from the NKVD Archives)**. Novembro de 2006. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=948667#PaperDownload. Acessado em 18 de janeiro de 2008.

GRIBKOV, Anatolii I. **Судьба Варшавского Договора: воспоминания, документы, факты** [O Destino do Tratado de Varsóvia: Memórias, Documentos e Fatos] Moscou, Russkaia Kniga. Traduzido para o inglês por Malcolm Byrne. in BYRNE, Malcolm e MASTNY, Vojtech. **A Cardboard Castle?: an inside history of the Warsaw Pact, 1955 – 1991**. CEU Press. Zurique, 2005.

HAGLUND, David G. (ed.). **What NATO for Canada?** Centre for International Relations, Queen’s University. Kingston, 2000.

HALECKI, Oscar. **A History of East Central Europe**. Simon Publications, Safety Harbor, 1980.

HENSEL, Stuart e GUDIM, Anatol. **Moldova's Economic Transition: Slow and Contradictory**. Disponível em http://pdc.ceu.hu/archive/00002399/01/Moldova-s_Economic_Transition.pdf. Acessado em 14 de julho de 2008.

HOFFENAAR, Jan, FINDLAY, Christopher (eds.). **Military Planning for European Theatre Conflict During the Cold War – an Oral History Roundtable (Stockholm , 24-25 April 2006)**. Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zurique, 2006.

ISMAY, Hastings Lionel (Lorde Ismay). **NATO: The first five years – 1949-1954**. Disponível em <http://www.nato.int/archives/1st5years/annexes/b5.htm> . Acessado em 16 de janeiro de 2008.

JAIN, Jagdish P. **Documentary Study of the Warsaw Pact**. Reproduzido em BYRNE, Malcolm e MASTNY, Vojtech. **A Cardboard Castle?: an inside history of the Warsaw Pact, 1955 – 1991**. CEU Press. Zurique, 2005.

JANNUZZI, Giovanni. **La Gran Alianza: Orígenes, Transformaciones y Futuro de la OTAN**, Bononiae Libris, Buenos Aires, 2005.

JONGMAN, A.J. **Trends in International and Domestic Terrorism in Western Europe, 1968 – 1988** in SCHMID, Alex P. CRELINSTEN, Ronald D. **Western Responses to Terrorism**. Routledge, 1993.

KANET, Roger E. **The New Security Environment: The Impact On Russia, Central And Eastern Europe**. Ashgate Publishing, 2005.

KARABESHKIN, Leonid e WELLMANN, Christian. **The Russian Domestic Debate on Kaliningrad: Integrity, Identity and Economy**. LIT Verlag. Berlim-Hamburgo-Münster, 2005.

KARP, Regina Cowen. **Security with Nuclear Weapons?: Different Perspectives on National Security**. Oxford University Press, 1991.

Key to the Institutions of Cooperation, Partnership and Dialogue in NATO Handbook. NATO Office for Information and Press. Bruxelas, 2001.

KISS, József, RIPP, Zoltán e VIDA, István, (eds). **Források a Nagy Imre – kormány külpolitikájának történetéhez**. Reproduzido em inglês em BYRNE, Malcolm e MASTNY, Vojtech. **A Cardboard Castle?: an inside history of the Warsaw Pact, 1955 – 1991**. CEU Press. Zurique, 2005.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon and Schuster Paperbacks, Nova York, 1994.

KULHÁNEK, Jakub. **Russia and Near Abroad - Past and Present**. Asociace pro Mezinárodní Otázky, Praga. Disponível em http://www.amo.cz/publikacefiles/russia&near_abroad_amo.pdf. Acessado em 28 de junho de 2008.

LAKE, David A., MORGAN, Patrick M. **Regional Orders: Building Security in a New World**. The Pennsylvania State University Press, University Park, 1997.

LEGVOLD, Robert. **Russian Foreign Policy in the Twenty-First Century and the Shadow of the Past**. Columbia University Press, 2007.

LIÉGEOIS, Michel. **Stratégies de maintien de la paix de l'OTAN**. OTAN, junho de 1997. Disponível em www.nato.int/acad/fellow/95-97/liegeois.pdf.

LORBEER, Klaus. **Economic and Political Transformation – A Comparison of the Processes in Russia and Poland** in LANGENOHL, Andreas e WESTPHAL, Kirsten (eds.). **Comparing and Inter-Relating the European Union and the Russian Federation - Viewpoints from an international and interdisciplinary students' project**. Zentrum für internationale Entwicklungs- und Umweltforschung der Justus-Liebig-Universität Gießen - Discussion Paper, n° 30. Giessen, novembro de 2006.

MALEK, Martin. **The South Caucasus at the Crossroads: Ethno-Territorial Conflicts, Russian Interests, and the Access to Energy Resources** in HAUSER, Gunther e KERNIC, Franz. **European Security in Transition**. Ashgate Publishing, 2006.

MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo M., PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo Á. **La Europa del Este, de 1945 a nuestros días**. Síntesis, 1996.

McCORMICK, Thomas J. **America's Half-Century: United States Foreign Policy in the Cold War**. JHU Press, 1995.

McKENZIE, Mary M., LOEDEL, Peter H. (eds.) **The Promise and Reality of European Security Cooperation: States, Interests and Institutions**. Praeger Publishers, 1998.

MOLCHANOV, Mikhail A. **Ukraine's European Choice: Pitfall and Prospects**. NATO Office of Information and Press. 20 de maio de 2003.

NATO Handbook, Public Diplomacy Division, OTAN. Bruxelas, 2006.

O'LOUGHLIN, John e KOLOSSOV, Vladimir. **Still "not worth the bones of a single Pomeranian grenadier": The geopolitical meanings of the Kosovo war of 1999 for Russian insecurities and NATO expansionism**. Institute of Behavioral Sciences, Universidade do Colorado. Disponível em <http://www.colorado.edu/IBS/PEC/johno/pub/lboro.fin.pdf>. Acessado em 04 de maio de 2008.

O'LOUGHLIN, John. **Geopolitical Fantasies and Ordinary Russians: Perception and Reality in the Post-Yeltsin Era**. Institute of Behavioral Sciences, Universidade do Colorado. Disponível em <http://www.colorado.edu/IBS/PEC/johno/pub/pittsburgh.pdf>. Acessado em 19 de abril de 2008.

OSA, Maryjane. **Solidarity and Contention: Networks of Polish Opposition**. University of Minnesota Press, 2003.

PANICO, Christopher e RONE, Jemera (eds.) **Azerbaijan: Seven Years of Conflict in Nagorno-Karabakh**. Human Rights Watch, 1994.

PAVKOVIĆ, Aleksandar. **Bosnia-Herzegovina: an Unfinished National Liberation? in The Fragmentation of Yugoslavia – Nationalism and War in the Balkans**. Palgrave Macmillan, 2000.

POPESCU, Nicu. **'Outsourcing' de facto Statehood: Russia and the Secessionist Entities in Georgia and Moldova**. Disponível em <http://policy.hu/npopescu/ipf%20info/IPF%203%20outsourcing.pdf>. Acessado em 12 de julho de 2008.

RAINOS, János. **The New Course in Hungary in 1953**. Cold War International History Project. Woodrow Wilson International Center for Scholars. Washington, D.C., junho de 2002.

REDMOND, Jim S. e NAGEL, Stuart S. **Policymaking and Peace: A Multinational Anthology**. Lexington Books, 2003.

RYABCHOUK, Mykola. **Civil Society and Nation-Building in Ukraine** in KUZIO, Taras (ed.). **Contemporary Ukraine: Dynamics of Post-Soviet Transformation**. M.E. Sharpe, 1998.

SABANADZE, Natalie. **International Involvement in the South Caucasus**. European Centre for Minority Issues. Flensburg, 2002. Disponível em http://www.ecmi.de/download/working_paper_15.pdf. Acessado em 13 de julho de 2008.

SAGRAMOSO, Domitilla. **The proliferation of illegal small arms and light weapons in and around the European Union: Instability, organised crime and terrorist groups**. Centre for Defence Studies, Kings College, University of London. Londres, 2001.

SERVICE, Robert. **A History of Modern Russia: From Nicholas II to Vladimir Putin**. Harvard University Press, 2005.

SILVA, André Luiz Reis da. **África contemporânea: os novos desafios da segurança, desenvolvimento e autonomia (1960-2005)**. Disponível em <http://www1.fapa.com.br/monographia/artigos/1edicao/artigo1.pdf>. Acessado em 3 de janeiro de 2008.

SMITH, Dianne L. **Central Asia: A New Great Game?**, 17 de junho de 1996. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/PUB117.pdf>. Acessado em 24 de abril de 2008.

SMITH, Keith C. **Russian Ties with Former *Nomenklatura* in Russian Energy Politics in the Baltics, Poland and Ukraine – A New Stealth Imperialism?** The CSIS Press, dezembro de 2004.

STEPANOVA, Ekaterina. **U.S.-Russia Cooperation on Afghanistan: An Exception or a Model?** Program on New Approaches to Russian Security. Disponível em http://www.csis.org/media/csis/pubs/pm_0201.pdf. Acessado em 29 de abril de 2008.

STINGA, Aurelian (Coronel). **European Security in the Wider Black Sea Area**. USAWC Strategy Research Project. U.S. Army War College, 2007.

TEICHOVA, Alice. **Economic Policies in Interwar East Central Europe: Freedom and Constraints of Action**. Uppsala Papers in Economic History. Disponível em http://www.diva-portal.org/diva/getDocument?urn_nbn_se_uu_diva-2252-1__fulltext.pdf. Acessado em 25 de janeiro de 2008.

The Euro-Atlantic Partnership Council (EAPC) in NATO Handbook. NATO Office of Information and Press. Bruxelas, 2001.

The Oxford New Russian Dictionary, Berkley Books, Nova York, 2007.

TRENIN, Dmitri. **The End of Eurasia: Russia on the Border Between Geopolitics and Globalization**. Carnegie Endowment for International Peace, 2002.

TRUMAN, Harry. **The Truman Doctrine – from *Public Papers of the Presidents of the United States*** in TUATHAIL, Gearóid, DALBY, Simon e ROUTLEDGE, Paul. **The Geopolitics Reader**. Routledge, 2006.

TUMINEZ, Astrid S. **Nationalism in Post-Soviet Russia in Russian Nationalism since 1856 – Ideology and the Making of Foreign Policy**. Rowman and Littlefield, 2000.

ZASLAVSKY, Victor. **Nationalism and Democratic Transition in Postcommunist Societies in GRAUBARD, Stephen Richards (ed.). Exit from Communism**. Transaction Publishers, 1993.

ZHURKIN, Vitaly. **European Union-Russia: Balkan situation**. Interedialect, Moscou, 2000.

REVISTAS ESPECIALIZADAS

ABDELAL, Rawi. **Memories of Nations and States: Institutional History and National Identity in Post-Soviet Eurasia in Nationalities Papers**, vol. 30, nº.3. Carfax Publishing, Taylor & Francis Group, 2002.

ALVAREZ CALZADA, J. Oscar. **El Flanco Sur del Pacto de Varsovia: relevancia estratégica y sus consecuencias**. Papeles del Este, nº 9, UCM, Madri, 2004.

ARIAS-KING, Fredo. **Soviet Domestic Politics and Collapse of the Outer Empire, 1989**. Disponível em http://www.demokratizatsiya.org/Dem_Archives/DEM_07-02_arias.pdf. Acessado em 03 de julho de 2008.

ÅSLUND, Anders. **Russia's Collapse in Foreign Affairs**, setembro/outubro de 1999. Disponível em <http://www.foreignaffairs.org/19990901faessay1007/anders-aslund/russia-s-collapse.html>. Acessado em 25 de março de 2008.

AYBET, Gülnur. **NATO's New Missions in Perceptions – Journal of International Affairs**, vol. 4, nº.1, março/maio de 1999. Disponível em <http://www.sam.gov.tr/perceptions/Volume4/March-May1999/aybet.PDF>. Acessado em 25 de junho de 2008.

BARKER, Colin. **The Rise of Solidarność in International Socialism**. Outubro de 2005. Disponível em <http://www.isj.org.uk/index.php4?id=136&issue=108>.

BRUMBERG, Abraham. **Poland: the demise of communism in Foreign Affairs – America and the World – 1989/90**, v. 69, nº.1. Council on Foreign Relations. Disponível em <http://www.foreignaffairs.org/19900201faessay6002/abraham-brumberg/poland-the-demise-of-communism.html>. Acessado em 25 de maio de 2008.

DIETZ, Barbara e GREGORY, Paul. **Soviet Perceptions of Economic Conditions during the Period of Stagnation: evidence from two diverse emigrant surveys in Soviet Studies**, vol. 43, Nº.3, Taylor & Francis, 1991.

DUNLOP, John B. **Alexander Barkashov and the Rise of National Socialism in Russia**. Arquivos do **Demokratizatsiya**, disponíveis em <http://www.demokratizatsiya.org/Dem%20Archives/DEM%2004-04%20dunlop.pdf>. Acessado em 27 de março de 2008.

GOLDGEIER, James e McFAUL, Michael. **George W. Bush and Russia** in *Current History*, 2002. Disponível em http://www.currenthistory.com/org_pdf_files/101/657/101_657_313.pdf. Acessado em 25 de março de 2008.

GOLDMAN, I. (Marechal). **Gorbachev the Economist** in *Foreign Affairs*, primavera de 1990. Disponível em <http://www.foreignaffairs.org/19900301faessay6013/marshall-i-goldman/gorbachev-the-economist.html>. Acessado em 28 de junho de 2008.

INKI, Jorma. **OSCE, Human Rights and Chechnya** in LANGHOLTZ, Harvey, KONDOCH, B. e WELLS, A. **International Peacekeeping: The Yearbook of International Peace**. Martinus Nijhoff Publishers, 2003.

ISHIYAMA, John T. **Communist Parties in Transition - Structures, Leaders, and Processes of Democratization in Eastern Europe** in *Comparative Politics*, vol. 27, Nº.2. Ph.D. Program in Political Science of the City University of New York, janeiro de 1995.

KRANE, Keith. **Post-Communist Economic Transformation: Hungary vs. Poland - Institutional Legacies and the Economic, Social, and Political Environment for Transition in Hungary and Poland** in *The American Economic Review*, vol. 81, Nº.2. Papers and Proceedings of the Hundred and Third Annual Meeting of the American Economic Association, maio de 1991.

KRYSHTANOVSKAYA, Olga e WHITE, Stephen. **From Soviet Nomenklatura to Russian Elite** in *Europe-Asia Studies*, vol. 48, nº. 5. Taylor & Francis, julho de 1996.

Le patrimoine culturel dans le Sud-Est européen: Albanie. Série: "Le patrimoine culturel dans le Sud-Est européen" nº 3. Unesco, 2004.

MACKINDER, John Halford. (1904) **The Geographical Pivot of History** in *The Geographical Journal*. Disponível na base JSTOR em <http://www.jstor.org/view/00167398/ap020136/02a00000/0>.

McNEILL, Terry. **Humanitarian Intervention and Peacekeeping in the Former Soviet Union and Eastern Europe** in *International Political Science Review*, vol. 18, nº.1, janeiro de 1997.

MENDELSON, Sarah E. **Internal Battles and External Wars - Politics, Learning, and the Soviet Withdrawal from Afghanistan** in *World Politics*, vol. 45, Nº.3. The Johns Hopkins University Press, abril de 1993.

MILLER, Leland Rhett, **China's Strategic Retreat: an alternative explanation for the Sino-Soviet Rift**. Disponível em http://www.abdn.ac.uk/pir/postgrad/vol1_issue2/issue2_article3.pdf. Acessado em 12 de janeiro de 2008.

MILOŠEVIĆ, Nemanjia. **Yugoslavia, USA and NATO in the 1950s** in *Western Balkans Security Observer*. Disponível em

<http://www.ceeol.com/aspx/getdocument.aspx?logid=5&id=7782EC93-9ECF-4850-A105-1B78D2CD79F1>, acessado em 11 de janeiro de 2008.

MUIZNIEKS, Nils. R. **The Influence of the Baltic Popular Movements on the Process of Soviet Disintegration** in *Europe-Asia Studies*, vol. 47, N°.1. Taylor & Francis, 1995.

MURPHY, Timothy W. **The Commonwealth of Independent States: Mechanism for Stability or Domination?** in *USAF Academy J. Legal Studies*, 1994.

POPPE, Edwin e HAGENDOORN, Louk. **Types of Identification among Russians in the 'Near Abroad'** in *Europe-Asia Studies*, vol. 53, n°.1. Taylor & Francis, janeiro de 2001.

RAIS, Rasul Bakhsh. **Afghanistan and the Regional Powers** in *Asian Survey*, vol. 33, N° 9. University of California Press, setembro de 1993.

REUVENY, Rafael e PRAKASH, Aseem. **The Afghanistan War and the Breakdown of the Soviet Union**. *Review of International Studies*, 1999.

SAKWA, Richard e WEBBER, Mark. **The Commonwealth of Independent States, 1991 - 1998: Stagnation and Survival** in *Europe-Asia Studies*, vol. 51, n°.3. Taylor & Francis, maio de 1999.

SHAH, Syed Adnan Ali. **Russia's Foreign Policy towards the Southern Caucasus**. Disponível em http://www.issi.org.pk/journal/2004_files/no_2/article/4a.htm. Acessado em 13 de julho de 2008.

STEIN, Janice Gross. **Political learning by doing: Gorbachev as uncommitted thinker and motivated learner** in *International Organization*, vol. 48, N° 2, primavera de 1994.

TALBOTT, Strobe. **From Prague to Baghdad: Nato at Risk** in *Foreign Affairs*, edição de novembro/dezembro de 2002. Disponível em <http://www.foreignaffairs.org/20021101faessay9991/strobe-talbott/from-prague-to-baghdad-nato-at-risk.html>. Acessado em 15 de junho de 2008.

USSR Report - Military Affairs, n° 1692. *Military Historical Journal*, n° 2, fevereiro de 1982. Disponível em http://docs.vif2.ru/engl/1982_02.pdf. Acessado em 12 de março de 2008.

WEDEL, Janine R. **U.S. Assistance for Market Reforms – Foreign Aid Failures in Russia and the Former Soviet Bloc** in *Policy Analysis*, 22 de março de 1999.

WIATR, Jerzy J. **Poland's Three Parliaments in the Era of Transition, 1989-1995** in *International Political Science Review / Revue internationale de science politique*, vol. 18, N° 4, *Elections and Parliaments in Post-Communist East Central Europe/Elections et parlements dans l'Europe de l'Est postcommuniste*. Sage Publications, outubro de 1997.

YOUNG, Christopher. **The Strategy of Political Liberalization – A Comparative View of Gorbachev’s Reforms in World Politics**, vol. 45, Nº.1. The Johns Hopkins University Press, 1992.

ZAGORIA, Donald S. **The Moscow-Beijing Détente**. Disponível em <http://www-stage.foreignaffairs.org/19830301faessay8325/donald-s-zagoria/the-moscow-beijing-detente.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2008.

DOCUMENTOS DA OTAN

Agreed Points on Russian Participation in KFOR. Disponível em <http://www.nato.int/Kosovo/docu/a990618a.htm>. Acessado em 30 de junho de 2008.

Charter on a Distinctive Partnership between the North Atlantic Treaty Organization and Ukraine. Disponível em <http://www.nato.int/docu/basicxt/ukrchrt.htm>. Acessado em 1º de julho de 2008.

Déclaration - Réunion du Conseil conjoint permanent OTAN-Russie au niveau des Ministres de la Défense. OTAN - Communiqués de Presse. Disponível em <http://www.nato.int/docu/pr/1998/p980612f.htm>. Acessado em 02 de junho de 2008.

Déclaration de Madrid sur la sécurité et la coopération euro-atlantique. Disponível em <http://www.nato.int/docu/pr/1997/p97-081f.htm>, acessado em 8 de junho de 2008.

Final Communiqué - Ministerial Meeting of the North Atlantic Council held at NATO Headquarters. Disponível em <http://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-166e.htm>. Acessado em 1º de maio de 2008.

Final Communiqué – Nuclear Planning Group. Bruxelas, 30 de novembro de 1982. Disponível em <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c821130a.htm>. Acessado em 18 de maio de 2008.

Final Communiqué, Sessão Ministerial em Paris em 9, 10 e 11 de maio de 1955, OTAN.

Final Communiqué: 11-14 December 1956, Paris. Disponível em <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c561214a.htm>

KOZYREV, Andrei. **The New Russia and the Atlantic Alliance**. Fevereiro de 1993. Disponível em <http://www.nato.int/docu/review/1993/9301-1.htm>. Acessado em 01 de junho de 2008.

London Declaration on a Transformed North Atlantic Alliance Issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council (Comunicado Ministerial de 5/6 de julho de 1990). Disponível em www.nato.int/docu/comm/49-95/c900706a.htm. Acessado em 14 de abril de 2008.

Membership Action Plan (MAP), lançado em 24 de abril de 1999. Disponível em <http://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-066e.htm>. Acessado em 13 de fevereiro de 2008.

NATO after September 11 - Speech by Lord Robertson, Secretary General of NATO, to the Pilgrims of the United States. Disponível em <http://www.nato.int/docu/speech/2002/s020131a.htm>. Acessado em 05 de junho de 2008.

NATO Ministerial Communiqué, 14 e 15 de dezembro de 1989. Disponível em <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c891215a.htm>.

NATO's relations with the Republic of Moldova - How did relations with the Republic of Moldova evolve? Disponível em <http://www.nato.int/issues/nato-moldova/evolution.html>. Acessado em 15 de julho de 2008.

NATO-Ukraine Action Plan. Disponível em <http://www.nato.int/docu/basicxt/b021122a.htm>. Acessado em 1º de julho de 2008.

Press Communiqué M-NAC-2(91)110 – Conselho Norte-Atlântico – Bruxelas - 19 de dezembro de 1991. Disponível em <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c911219a.htm>. Acessado em 09 de maio de 2008.

Protocol to the North Atlantic Treaty on the Accession of the Federal Republic of Germany. Paris, 23 de outubro de 1954. Disponível em <http://www.nato.int/docu/basicxt/b541023v.htm>. Acessado em 27 de maio de 2008.

NATO Secretaries General. Disponível em <http://www.nato.int/cv/secgen.htm>. Acessado em 28 de agosto de 2008.

Special Meeting of Foreign and Defence Ministers (The "Double-Track" Decision on Theatre Nuclear Forces). Bruxelas, 12 de dezembro de 1979. Disponível em <http://www.nato.int/docu/basicxt/b791212a.htm>

The Alliance's Strategic Concept - Approved by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Washington D.C. on 23rd and 24th April 1999, parágrafo 36. Disponível em <http://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-065e.htm>.

The Alliance's New Strategic Concept. Disponível em <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c911107a.htm>. Acessado em 07 de maio de 2008.

OUTROS DOCUMENTOS

Andropov Report – Cold War International History Project – Woodrow Wilson International Center for Scholars. Disponível em http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1409&fuseaction=va2.document&identifier=82699F97-EC4B-54BD-C4D29366EA294161&sort=Subject&item=Imre%20Nagy. Acessado em 23 de maio de 2008.

Conferenza sulla Sicurezza e la Cooperazione in Europa - Atto Finale. Disponível em http://www.osce.org/documents/mcs/1975/08/4044_it.pdf. Acessado em 27 de junho de 2008.

Constitución de la Federación de Rusia (traduzido ao espanhol por Hernando Piñeros S.). Disponível em <http://www.latintrade.ru/main/esp/const04.htm>. Acessado em 12 de julho de 2008.

Declaration on Establishment of Shanghai Cooperation Organisation, disponível em <http://www.sectesco.org/html/00088.html>. Documentos acessados em 22 de abril de 2008.

Effects of Khrushchev Speech. 22 de fevereiro de 1966. Digitalizado em <http://www.osa.ceu.hu/files/holdings/300/8/3/pdf/109-5-153.pdf>. Acessado em 18 de janeiro de 2008.

First Letter from Tito and the Executive Committee [Politburo] of the CC LCY to Nikita Khrushchev and Central Committee of the Communist Party of the Soviet Union. Disponível em http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1409&fuseaction=va2.document&identifier=5034B92C-96B6-175C-95172A4BFBA58EE7&sort=Subject&item=Khrushchev-Tito%20summit. Acessado em 15 de janeiro de 2008.

Helsinki Final Act. Disponível em <http://www.hri.org/docs/Helsinki75.html>. Acessado em 17 de maio de 2008.

HOXHA, Enver. **Reject the Revisionist Theses of the XX Congress of the Communist Party of the Soviet Union and the Anti-Marxist Stand of Krushchev's Group! Uphold Marxism-Leninism!** Moscou, 16 de novembro de 1960. Disponível em <http://www.marxists.org/reference/archive/hoxha/works/nov1960.htm>. Acessado em 14 de janeiro de 2008.

Istanbul Document. Disponível em http://www.osce.org/documents/mcs/1999/11/4050_en.pdf. Acessado em 04 de maio de 2008.

KHRUSHOV, Nikita S. **Letter from Nikita S. Khrushchev, First Secretary of the Central Committee of the Communist Party of the Soviet Union, to Josip Broz Tito and the Central Committee of the League of Communists of Yugoslavia.** http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1409&fuseaction=va2.document&identifier=5034B90D-96B6-175C-98487F1B865FEAFD&sort=Subject&item=Khrushchev-Tito%20summit. Acessado em 15 de janeiro de 2008.

KHRUSHOV, Nikita Sergeyevich: **Special Report to the 20th Congress of the Communist Party of the Soviet Union – Closed session, February 24-25, 1956.** Disponível em <http://www.uwm.edu/Course/448-343/index12.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2008.

Probability of an invasion of Yugoslavia in 1951. National Intelligence Council, CIA. Historical Review Program: NIE 9. Documento completo liberado pela Agência Central de Inteligência Norte-Americana (CIA). Disponível em http://www.dni.gov/nic/NIC_foia_yugoslavia.html. Acessado em 15 de abril de 2008.

Rambouillet Agreement - Interim Agreement for Peace and Self-Government in Kosovo. Disponível em http://www.state.gov/www/regions/eur/ksvo_ambouillet_text.html. Acessado em 15 de janeiro de 2008.

Report of the Special Committee on the Problem of Hungary (1957). Assembléia Geral das Nações Unidas. Disponível em <http://mek.oszk.hu/01200/01274/01274.pdf>. Acessado em 20 de janeiro de 2008.

Resolução 824 de 1993 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em <http://www.nato.int/for/un/u930506a.htm>. Acessado em 01 de junho de 2008.

Shanghai Convention on Combating Terrorism, Separatism and Extremism. Sítio oficial da OCX em <http://www.sectco.org/html/00093.html>. Acessado em 22 de abril de 2008.

Staatsvertrag betreffend die Wiederherstellung eines unabhängigen und demokratischen Österreich [Tratado para o Restabelecimento de uma Áustria Independente e Democrática]. Disponível em <http://www.verfassungen.de/at/staatsvertrag55.htm>. Acessado em 21 de janeiro de 2008.

The Direction of Change in the Warsaw Pact. National Intelligence Council, CIA, abril de 1990. Disponível em http://chnm.gmu.edu/1989/archive/files/assessing-soviet-military_2c065e6272. Acessado em 15 de julho de 2008.

Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua (Pacto de Varsóvia).

Tratado de Washington, 4 de abril de 1949.

Tratado entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a Redução e Limitação de Armamentos Ofensivos Estratégicos. Texto em inglês disponível em <http://www.fas.org/nuke/control/start2/text/treatyar.htm>. Acessado em 2 de julho de 2008.

Treaty Banning Nuclear Weapon Tests in the Atmosphere, in Outer Space and under Water (1963). Disponível em <http://fletcher.tufts.edu/multi/texts/BH454.txt>. Acessado em 14 de maio de 2008.

Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Limitation of Strategic Offensive Arms (SALT I). Disponível em <http://www.state.gov/t/ac/trt/5191.htm>. Acessado em 16 de maio de 2008.

Treaty Between The United States of America and The Union of Soviet Socialist Republics on the Limitation of Strategic Offensive Arms (SALT II). Disponível em <http://www.state.gov/t/ac/trt/5195.htm>. Acessado em 16 de maio de 2008.

Treaty between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Elimination of their Intermediate-Range and Shorter-Range Missiles. Disponível em <http://www.armscontrol.org/documents/inf>. Acessado em 15 de abril de 2008.

Treaty on Conventional Armed Forces in Europe. Disponível em http://www.dod.mil/acq/acic/treaties/cfe/osce_cfe.pdf. Acessado em 15 de abril de 2008.

Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. Disponível em <http://www.un.org/Depts/dda/WMD/treaty/> . Acessado em 16 de maio de 2008.

Working Notes and Attached Extract from the Minutes of the CPSU CC Presidium Meeting, 31 de outubro de 1956. Disponível em <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB76/doc6.pdf>. Acessado em 10 de janeiro de 2008.

SÍTIOS E PERIÓDICOS

A History of Islam in Central Asia. Disponível em <http://www.muslimzbekistan.com/eng/ennews/2002/07/ennews23072002.html>. Acessado em 23 de março de 2008.

About the Republic of Moldova. Republic of Moldova Official Website. Disponível em <http://www.moldova.md/en/home>. Acessado em 15 de julho de 2008.

AKLAEV, Airat. **Causes and prevention of ethnic conflict: an overview of post-Soviet Russian-language literature.** Woodrow Wilson International Center for Scholars. Disponível em <http://www.wilsoncenter.org/subsites/ccpdc/pubs/aklaev/1.htm>. Acessado em 03 de maio de 2008.

ARON, Leon. **The Search for Socialist Pluralism: Gorbachev's Vision of the Future.** 28/04/1988. The Heritage Foundation. Disponível em <http://www.heritage.org/Research/PoliticalPhilosophy/HL155.cfm> . Acessado em 05 de junho de 2008.

BALMER, Christian, BIERI, Oliver, BLUM, Urs. **Der Kalte Krieg - Maturaarbeit.** Disponível em <http://www.kssursee.ch/schuelerweb/kalter-krieg/start.htm>. Acessado em 16 de janeiro de 2008.

BERBÉM, António Neves. **Portugal e a OSCE.** Disponível em http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_3_4_e.html. Acessado em 1º de julho de 2008.

BOESE, Walde. **Russia suspends CFE Treaty Implementation.** Arms Control Association. Disponível em http://www.armscontrol.org/act/2008_01-02/cfe. Acessado em 14 de julho de 2008.

CARRIERE-KRETSCHMER, Erin e HOLZWART, Kathleen. **Putin's Popularity Propels Chosen Successor in Russian Election**, Pew Global Attitudes Project. 27 de fevereiro de 2008. Disponível em <http://pewresearch.org/pubs/749/russia-public-opinion>. Acessado em 15 de março de 2008.

Charles de Gaulle and the Force de Frappe. Disponível em <http://www.acdis.uiuc.edu/research/OPs/Pederson/html/contents/sect8.html>. Acessado em 19 de janeiro de 2008.

COHEN, Stephen F. **Gorbachev's Lost Legacy**, THE NATION, 24 de fevereiro de 2005.

Comitê de Estatísticas Estatais da Ucrânia. Disponível em inglês em <http://www.ukrcensus.gov.ua/eng/results/general/nationality>. Acessado em 29 de junho de 2008.

Country Profile – Soviet Union. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/low/europe/1112551.stm>. Acessado em 14 de abril de 2008.

CURTIS, Glenn E. **Czechoslovakia, a country study**. Disponível em http://www.shsu.edu/~his_ncp/WarPact.html, acessado em 5 de janeiro de 2008.

DALEY, Suzanne. **After the attacks: the Alliance; Russia Condemns Attack on U.S. And Vows to Aid NATO Actions**, 14 de setembro de 2001. Disponível em <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9903E5D91138F937A2575AC0A9679C8B63>. Acessado em 04 de maio de 2008.

Die Ostpolitik der Regierung unter Willy Brandt. Disponível em http://www.asg-erlangen.de/archiv/id_72/meilensteine_ost.shtml. Acessado em 13 de janeiro de 2008.

EKE, Steven. **Criticism of Russian Church role**, fevereiro de 2008. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6912482.stm>. Acessado em 25 de março de 2008.

Entspannung und Koexistenz: Die Bewegung der Blockfreien. Disponível em <http://www.kssursee.ch/schuelerweb/kalter-krieg/entspannung/blockfreie.htm>. Acessado em 19 de janeiro de 2008

EU Iraq declaration in BBC News World Edition. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2774103.stm>. Acessado em 20 de junho de 2008.

Fact sheet: NATO-Russia Council . www.whitehouse.gov, acessado em 7 de dezembro de 2007

FRIEDMAN, Thomas L. **Soviet Disarray; Yeltsin Says Russia Seeks to Join NATO**. The New York Times, 21 de dezembro de 1991. Disponível em <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9D0CEED61731F932A15751C1A967958260>. Acessado em 15 de maio de 2008.

GARNEAU, Mathieu, MARTINEAU, François, MASSICOTTE, François, PLAMONDON-RATTÉ, Manuel. **L'état des relations russo-ukrainiennes**,

Anamnesis – Faculdade de Letras da Universidade de Laval, Québec, 13 de abril de 2006. Disponível em <http://www.anamnesis.fl.ulaval.ca/wordpress/?p=368>. Acessado em 12 de março de 2008.

Germans from Russia Heritage Society. Disponível em http://www.grhs.org/rig/bess/russian_time_line.htm. Acessado em 20 de abril de 2008.

GISSÜBELOVA, Jaroslava. **Printemps de Prague.** Disponível em <http://archiv.radio.cz/francais/osobnosti/udalost.phtml?cislo=1> Acessado em 21 de janeiro de 2008.

GORDON, Michael R. **The Anatomy of a Misunderstanding.** The New York Times, 25 de maio de 1997. Disponível em <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9A06E3D8113BF936A15756C0A961958260&sec=&spon=&pagewanted=all>. Acessado em 15 de julho de 2008.

Government of Georgia – About Georgia. Disponível em <http://www.government.gov.ge/eng/mtavroba1170939001.php>. Acessado em 10 de julho de 2008.

HILLEN, John. **Getting NATO back to the basics** (fevereiro de 1996) *in* **The Heritage Foundation: Leadership for America.** Disponível em <http://author.heritage.org/research/europe/BG1067.cfm>. Acessado em 15 de junho de 2008.

JOLKIN, Nikolai. **15 Jahren nach dem Putsch gegen Gorbatschow: die Meinungen sind verscheiden - Mehr gewonnen oder verloren?** Disponível em http://www.vor.ru/German/Spektrum/Theme_739.html. Acessado em 1º de junho de 2008.

KISHKOVSKY, Sophia. **World Briefing - Europe: Ukraine: Border Accord With Russia. The New York Times.** Disponível em <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9F07E1D81139F93AA15752C0A9659C8B63&fta=y>. Acessado em 22 de junho de 2008.

KOZARYN, Linda D. **Contact Group Condemns Kosovo Violence** (1998). American Forces Press Services. Disponível em <http://www.defenselink.mil/news/newsarticle.aspx?id=41291>. Acessado em 2 de julho de 2008.

Landslide win for Belarus Leader, 20 de março de 2006. BBC Home Disponível em <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/europe/4823800.stm>. Acessado em 15 de julho de 2008.

MALKIN, Lawrence. **Clinton and Yeltsin Agree on Role for Russians in Bosnia** *in* **The International Herald Tribune**, 24 de outubro de 1995. Disponível em <http://www.iht.com/articles/1995/10/24/subboris.t.php>. Acessado em 27 de abril de 2008.

MURTA, Andrea. **Escudo antimísseis dos EUA na Europa pode vir a deter armas russas** in Folha Online - Mundo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u107057.shtml>. Acessado em 14 de julho de 2008.

MYERS, Steven Lee. **Belarus and Russia Dispute Cause of Oil Cutoff**. Belarus News and Analysis. 09 de janeiro de 2007. Disponível em <http://www.data.minsk.by/belarusnews/012007/277.html>. Acessado em 15 de julho de 2008.

NATO denies Georgia and Ukraine in BBC News Europe. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7328276.stm>. Acessado em 03 de maio de 2008.

NATO denies Georgia and Ukraine, 3 de abril de 2008. BBC News. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7328276.stm>. Acessado em 4 de abril de 2008.

PAHLING, Karl-Heinz. **17. Juni 1953 - Volksaufstand in der ehemaligen DDR - Persönliche Erinnerungen des Streikführers**. Disponível em <http://www.volksaufstand-1953.de/index.htm>. Acessado em 21 de janeiro de 2008.

PEAR, Robert. **Gorbachev's Journey; NATO Seeks Deeper Cuts from Soviets**. The New York Times, 9 de dezembro de 1988. Disponível em <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=940DEEDA113AF93AA35751C1A96E948260>. Acessado em 7 de abril de 2008.

PETRYNA, Adriana. **Science and Citizenship under Postsocialism**. Disponível em http://goliath.ecnext.com/coms2/gi_0199-3103647/Science-and-citizenship-under-postsocialism.html. Acessado em 20 de maio de 2008.

Poland - The Historical Setting. Disponível em <http://info-poland.buffalo.edu/classroom/longhist6.html>. Acessado em 20 de janeiro de 2008.

Pravda, edição de 31 de outubro de 1956. Reproduzido em inglês em **The 1956 Hungarian Revolution**. Disponível em www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB76/index2.htm. Acessado em 21 de janeiro de 2008.

Program – Partnership for Peace. Individual Partnership Action Plan. Ministério da Defesa da Geórgia. Disponível em <http://www.mod.gov.ge/?l=E&m=4&sm=2>. Acessado em 10 de julho de 2008.

RIES, Tomas. **Finland and NATO**. Departamento de Estudos Estratégicos e de Defesa - Colégio de Defesa Nacional - Maanpuolustuskorkeakoulu / Försvarshögskolan – Finlândia. Disponível em http://www.mil.fi/perustietoa/julkaisut/finland_and_nato/index.dsp. Acessado em 25 de junho de 2008.

ROSNER, Jeremy D. **NATO's Credibility: Past, Present, and Future**. The Eisenhower Institute – Gettysburg College. Disponível em

http://www.eisenhowerinstitute.org/themes/past_themes/nato/perspectives/rosner.dot. Acessado em 15 de julho de 2008.

RUSSELL, George. **Soviet Union – The Succession Problem**. Arquivos da revista **Time**. Disponível em <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,960299,00.html>. Acessado em 20 de maio de 2008.

Russia: back to the ballot box. Disponível em http://www.pbs.org/newshour/bb/europe/june96/russia_results_6-17.html. Acessado em 02 de junho de 2008.

Russia's Ulster: the Chechen War and its consequences. DEMOKRATIZATSIYA, 2001.

Russian Military Districts. Federation of American Scientists. Disponível em <http://www.fas.org/nuke/guide/russia/agency/mo-md.htm>. Acessado em 9 de maio de 2008.

SHCHEDROV, Oleg. **Putin promises support to Russian Orthodox Church**, novembro de 2007. Disponível em <http://www.reuters.com/article/worldNews/idUSL196077120071119>. Acessado em 25 de março de 2008.

SIMONYI, András. **Visegrád Cooperation: a 15-Year-Old Success Story**. Disponível em <http://www.visegradgroup.eu/main.php?folderID=923&articleID=4055&ctag=articlelist&iid=1>. Acessado em 15 de julho de 2008.

Sítio da Organização do Tratado de Segurança Coletiva. Disponível em <http://www.dkb.gov.ru>. Acessado em 15 de abril de 2008.

Speech by NATO Secretary General, Lord Robertson, and the Russian President Putin (transcrição de discurso). Disponível em áudio em <http://www.nato.int/multi/audio/2001/011003a.mp3>. Acessado em 05 de maio de 2008.

The GUUAM Group: History and Principles. Novembro de 2000. Disponível em <http://www.guam.org/general/browse.html>. Acessado em 22 de junho de 2008.

The Voice of Russia (transcrição de notícias). Disponível em http://www.vor.ru/Kosovo/news_16_12_31_12.html. Acessado em 20 de julho de 2008.

TIAN, Le. **SCO members tackle terrorism**. China Daily, 18 de agosto de 2007. Disponível em http://www2.chinadaily.com.cn/china/2007-08/18/content_6032772.htm. Acessado em 25 de março de 2008.

Время СССР. Disponível em <http://ussr.km.ru>. Acessado em 10 de julho de 2008.

Ракетный комплекс средней дальности РСД-10 "Пионер" (SS-20). Disponível em <http://www.new-factoria.ru/missile/wobb/pioner/pioner.shtml>. Acessado em 14 de julho de 2008.

MAPAS

CIA World Factbook. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/md.html>

NATO vs. Warsaw Pact (1949-1990). Disponível em [http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:NATO_vs_Warsaw_\(1949-1990\).png](http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:NATO_vs_Warsaw_(1949-1990).png)
Sítio da OTAN. Disponível em <http://www.nato.int>

United Nations Cartographic Section Website. Disponível em <http://www.un.org/Depts/Cartographic/english/htmain.htm>

Туринфо группа РФР. Disponível em [http://www.tgt.ru/map-countries\(eng\)-zoom.php?id=154](http://www.tgt.ru/map-countries(eng)-zoom.php?id=154)

ANEXOS

Anexo 1

GOVERNANTES DA URSS

Vladimir Lénin	30/12/1922 a 21/01/1924
Ióssif Stálin	1927 a 05/03/1953
Gueórgui Malenkov (não era líder supremo)	05/03/1953 a 08/02/1955
Nikita Khrushov	07/09/1953 a 14/10/1964
Tróika (L. Brejnev, Alexei Kossíguin e Anastás Mikoyan)	14/10/1964 a 09/12/1965
Leonid Brejnev	14/10/1964 a 10/11/1982
Iúri Andropov	12/11/1982 a 09/02/1984
Konstantin Tchernenko	13/02/1984 a 10/03/1985
Mikhail Gorbachov	11/03/1985 s 25/12/1991

Com informações de *BBC – Country Profile: Soviet Union* (disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/low/europe/1112551.stm>), *Germans from Russia Heritage Society* (disponível em http://www.grhs.org/rig/bess/russian_time_line.htm) e *Время СССР* (disponível em <http://ussr.km.ru>).

Anexo 2

PRESIDENTES DA FEDERAÇÃO RUSSA

Bóris Iéltsin	10/07/1991 a 31/12/1999
Vladimir Putin	31/12/1999 a 07/05/2008
Dmitri Medvedev	Desde 07/05/2008

Com informações de *BBC – Country Profile: Soviet Union* (disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/low/europe/1112551.stm>), *Germans from Russia Heritage Society* (disponível em http://www.grhs.org/rig/bess/russian_time_line.htm) e *Время СССР* (disponível em <http://ussr.km.ru>).

Anexo 3

PREMIÊS DA URSS

Vladimir Ilyitch Lênin	06/06/1923 a 21/01/1924
Alexei Ivánovitch Rykov	02/02/1924 a 19/12/1930
Viatcheslav Mikháilovitch Mólotov	19/12/1930 a 06/05/1941
Ióssif Vissariónovitch Stálin	06/05/1941 a 05/03/1953
Gueórgui Maximiliánovitch Malenkov	06/03/1953 a 08/02/1955
Nikolai Aliexándrovitch Bulgánin	08/02/1955 a 27/03/1958
Nikita Serguêievitch Khrushov	27/03/1958 a 15/10/1964
Alexei Nikoláievitch Kossíguin	15/10/1964 a 23/10/1980
Nikolai Alexándrovitch Tíkhonov	23/10/1980 a 27/09/1985
Nikolai Ivánovitch Ryjkov	27/09/1985 a 26/12/1990
Valentin Serguêievitch Pávlov	14/01/1991 a 22/08/1991
Ivan Stepánovitch Siláyev	06/09/1991 a 25/12/1991

Com informações de *BBC – Country Profile: Soviet Union* (disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/low/europe/1112551.stm>), *Germans from Russia Heritage Society* (disponível em http://www.grhs.org/rig/bess/russian_time_line.htm) e *Время СССР* (disponível em <http://ussr.km.ru>).

Anexo 4

PRIMEIROS-MINISTROS DA FEDERAÇÃO RUSSA

Bóris Iéltsin	25/12/1991 a 15/06/1992
Iegor Gaidar	15/06/1992 a 14/12/1992
Víktor Tchernomyrdin	14/12/1992 a 23/03/1998
Serguei Kirienko	24/04/1998 a 23/08/1998 (em exercício desde 23/03/1998)
Víktor Tchernomyrdin	23/08/1998 a 11/09/1998
Yevguêni Primakov	11/09/1998 a 12/05/1999
Serguei Stepáshin	19/05/1999 a 09/08/1999 (em exercício desde 12/05/1999)
Vladimir Putin	16/08/1999 a 07/05/2000 (em exercício desde 09/08/1999)
Mikhail Kasyánov	17/05/2000 a 24/02/2004)em exercício desde 07/05/2000)
Víktor Khristenko	24/02/2004 a 05/03/2004
Mikhail Fradkov	21/03/2004 a 12/09/2007 (em exercício de 05/03/2004 a 14/09/2007)
Víktor Zubkov	14/09/2007 a 07/05/2008 (em exercício até 08/05/2008)
Vladimir Putin	Desde 08/05/2008

Com informações de *BBC – Country Profile: Soviet Union* (disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/low/europe/1112551.stm>), *Germans from Russia Heritage Society* (disponível em http://www.grhs.org/rig/bess/russian_time_line.htm) e *Время СССР* (disponível em <http://ussr.km.ru>).

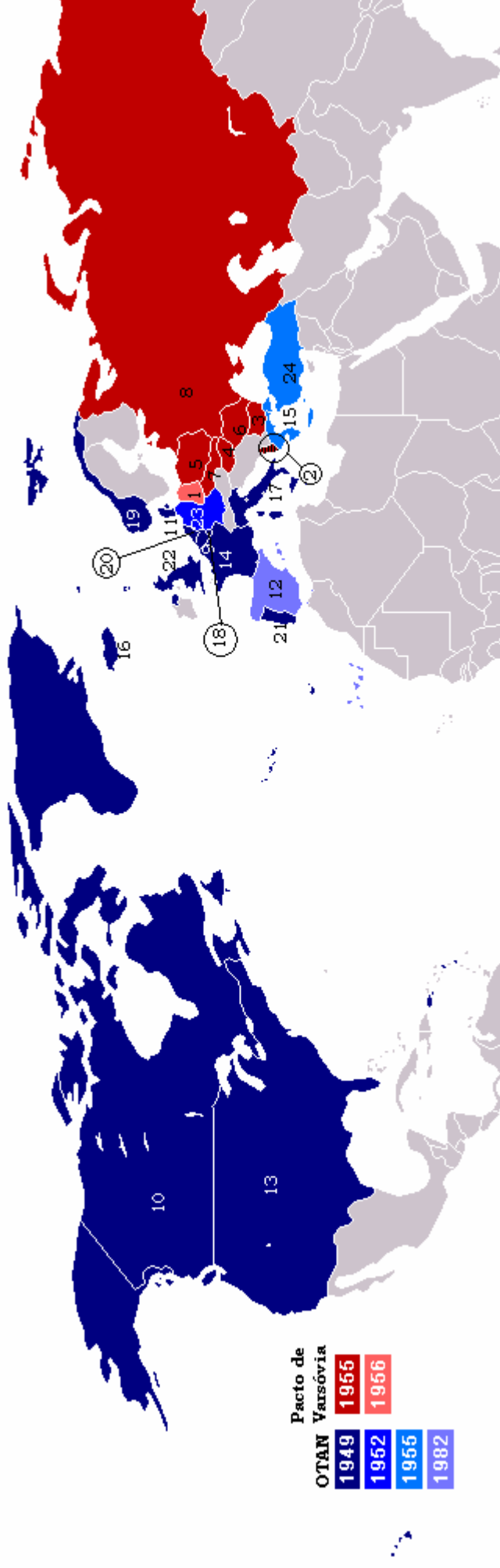
Anexo 5

SECRETÁRIOS-GERAIS DA OTAN

Hastings Ismay , 1º Barão Ismay (Reino Unido)	04/04/1952 a 16/05/1957
Paul-Henri Spaak (Bélgica)	16/05/1957 a 21/04/1961
Dirk Stikker (Países Baixos)	21/04/1961 a 01/08/1964
Manlio Brosio (Itália)	01/08/1964 a 01/10/1971
Joseph Luns (Países Baixos)	01/10/1971 a 25/06/1984
Peter Carington , 6º Barão Carrington (Reino Unido)	25/06/1984 a 01/07/1988
Manfred Wörner (Alemanha)	01/07/1988 a 13/08/1994
Sergio Balanzino (em exercício, Itália)	13/08/1994 a 17/10/1994
Willy Claes (Bélgica)	17/10/1994 a 20/10/1995
Sergio Balanzino (em exercício, Itália)	20/10/1995 a 05/12/1995
Javier Solana (Espanha)	05/12/1995 a 06/10/1999
George Robertson , Barão Robertson de Port Ellen (Reino Unido)	14/10/1999 a 17/12/2003
Alessandro Minuto Rizzo (em exercício, Itália)	17/12/2003 a 01/01/2004
Jaap de Hoop Scheffer (Países Baixos)	Desde 01/01/2004

Fonte: *NATO Secretaries General*. Disponível em <http://www.nato.int/cv/secgen.htm>

Mapa 1: ESTADOS-MEMBROS DA OTAN E DO PACTO DE VARSÓVIA DURANTE A GUERRA FRIA



- | | | | |
|--|--|-------------------------------|-----------------------------------|
| 1. República Democrática da Alemanha | 5. República Popular da Polónia | 10. Canadá | 18. Luxemburgo |
| 2. República Popular da Albânia (retirou-se formalmente em 1968) | 6. República Socialista da Roménia | 11. Dinamarca | 19. Noruega |
| 3. República Popular da Bulgária | 7. República Socialista da Tchechoslováquia | 12. Espanha | 20. Países Baixos |
| 4. República Popular da Hungria | 8. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas | 13. Estados Unidos da América | 21. Portugal |
| | 9. Bélgica | 14. França | 22. Reino Unido |
| | | 15. Grécia | 23. República Federal da Alemanha |
| | | 16. Islândia | Alemanha |
| | | 17. Itália | 24. Turquia |

Adaptado de *NATO vs. Warsaw Pact (1949-1990)*. Disponível em [http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:NATO_vs_Warsaw_\(1949-1990\).png](http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:NATO_vs_Warsaw_(1949-1990).png)

Mapa 2

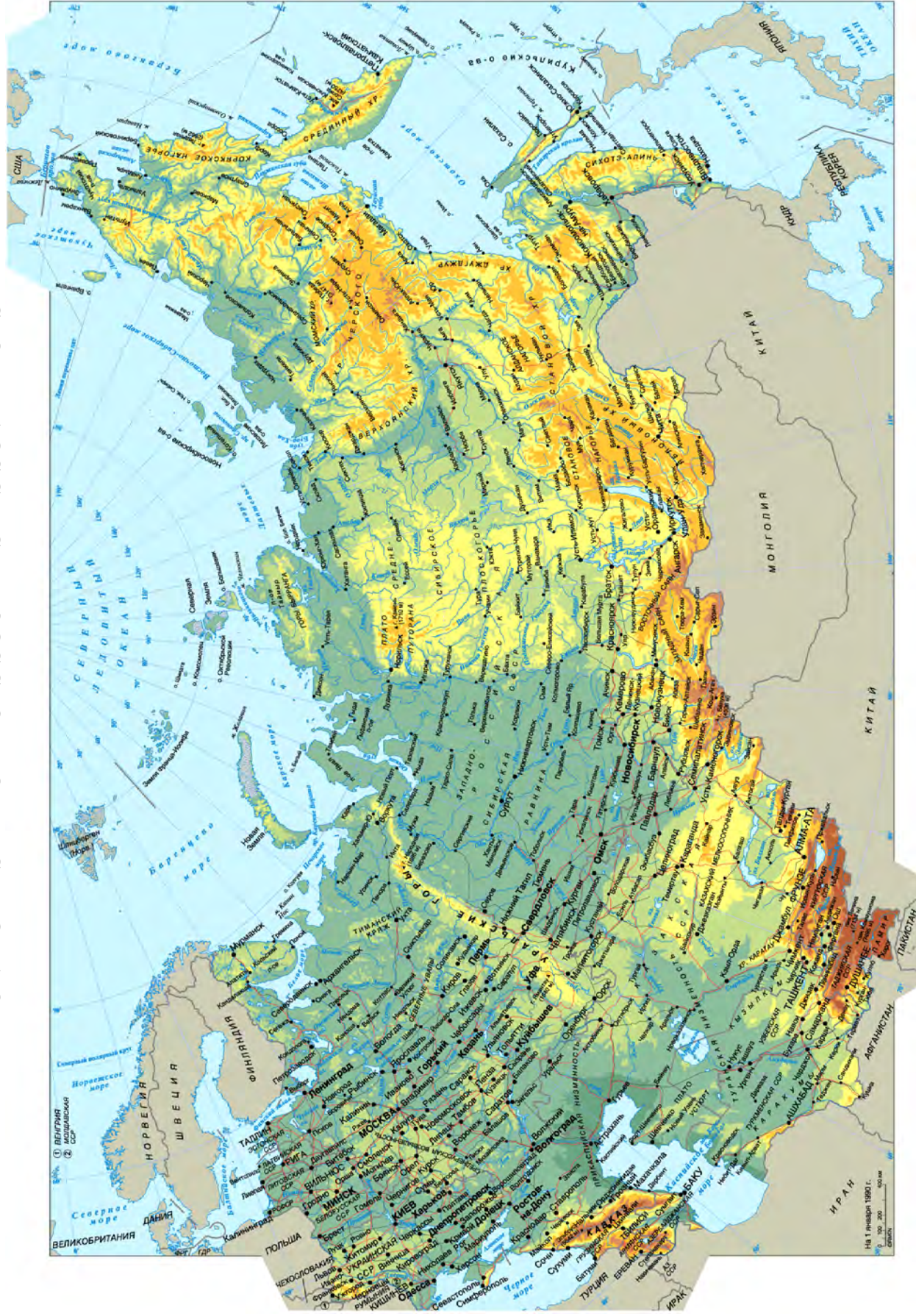
EUROPA CENTRAL E ORIENTAL



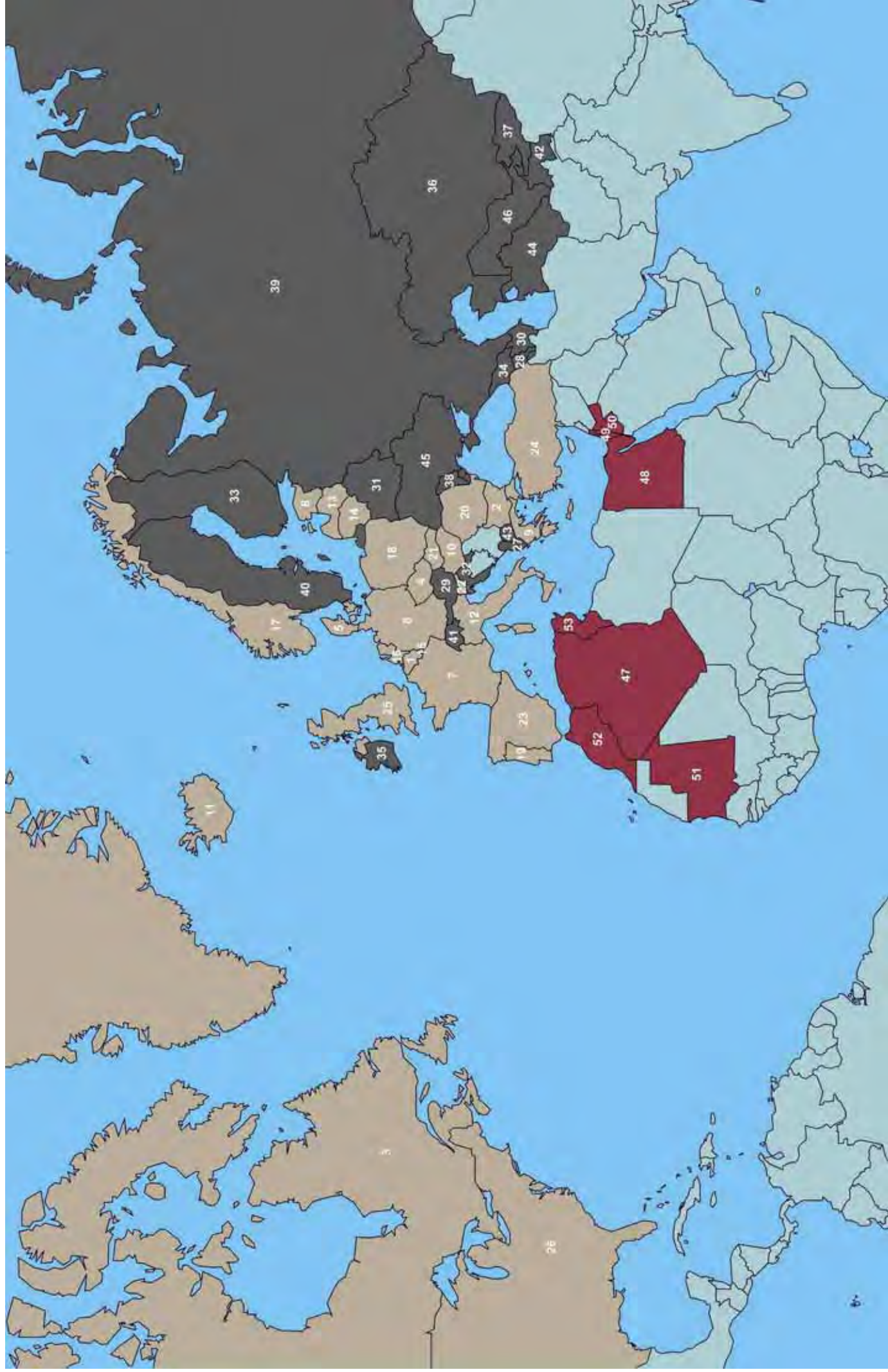
Fonte: Seção Cartográfica das Nações Unidas. Disponível em <http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/easteuro.pdf>

Mapa 3

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS





























Fonte: Turunho группа РДР. Disponível em [http://www.tgt.ru/map-countries\(eng\)-zoom.php?id=154](http://www.tgt.ru/map-countries(eng)-zoom.php?id=154)

Mapa 5 - OTAN – Países-membros, Estados parceiros e Estados do Diálogo Mediterrâneo























Países-membros

- | | |
|--|---|
|  Bélgica (1) |  Lituânia (14) |
|  Bulgária (2) |  Luxemburgo (15) |
|  Canadá (3) |  Países Baixos (16) |
|  República Tcheca (4) |  Noruega (17) |
|  Dinamarca (5) |  Polónia (18) |
|  Estónia (6) |  Portugal (19) |
|  França (7) |  Roménia (20) |
|  Alemanha (8) |  Eslováquia (21) |
|  Grécia (9) |  Eslovénia (22) |
|  Hungria (10) |  Espanha (23) |
|  Islândia (11) |  Turquia (24) |
|  Itália (12) |  Reino Unido (25) |
|  Letónia (13) |  Estados Unidos (26) |










Países parceiros

- | | |
|---|---|
|  Albânia (27) |  Quirguistão (37) |
|  Arménia (28) |  Moldávia (38) |
|  Áustria (29) |  Rússia (39) |
|  Azerbaijão (30) |  Suécia (40) |
|  Bielo-Rússia (31) |  Suíça (41) |
|  Croácia (32) |  Tadjiquistão (42) |
|  Finlândia (33) |  Antiga República Iugoslava da Macedónia (43)* |
|  Geórgia (34) |  Turcomenistão (44) |
|  Irlanda (35) |  Ucrânia (45) |
|  Cazaquistão (36) |  Uzbequistão (46) |

*A Turquia reconhece a República da Macedónia pelo seu nome constitucional

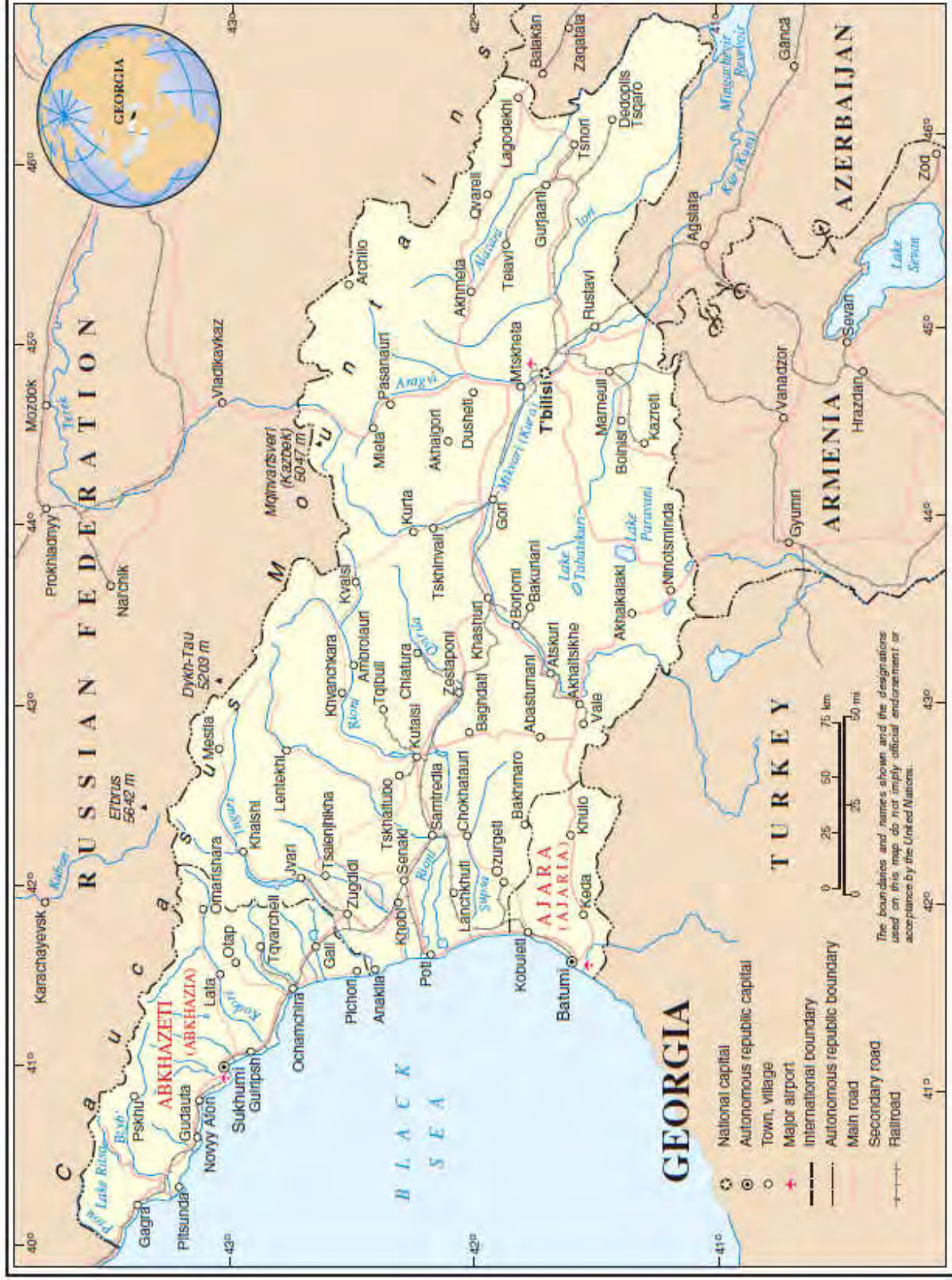


Países do Diálogo Mediterrâneo

- | | |
|---|---|
|  Argélia (47) |  Mauritânia (51) |
|  Egito (48) |  Marrocos (52) |
|  Israel (49) |  Tunísia (53) |
|  Jordânia (50) | |

Mapa 6

GEÓRGIA



Fonte: Seção Cartográfica das Nações Unidas. Disponível em <http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/georgia.pdf>

Mapa 7

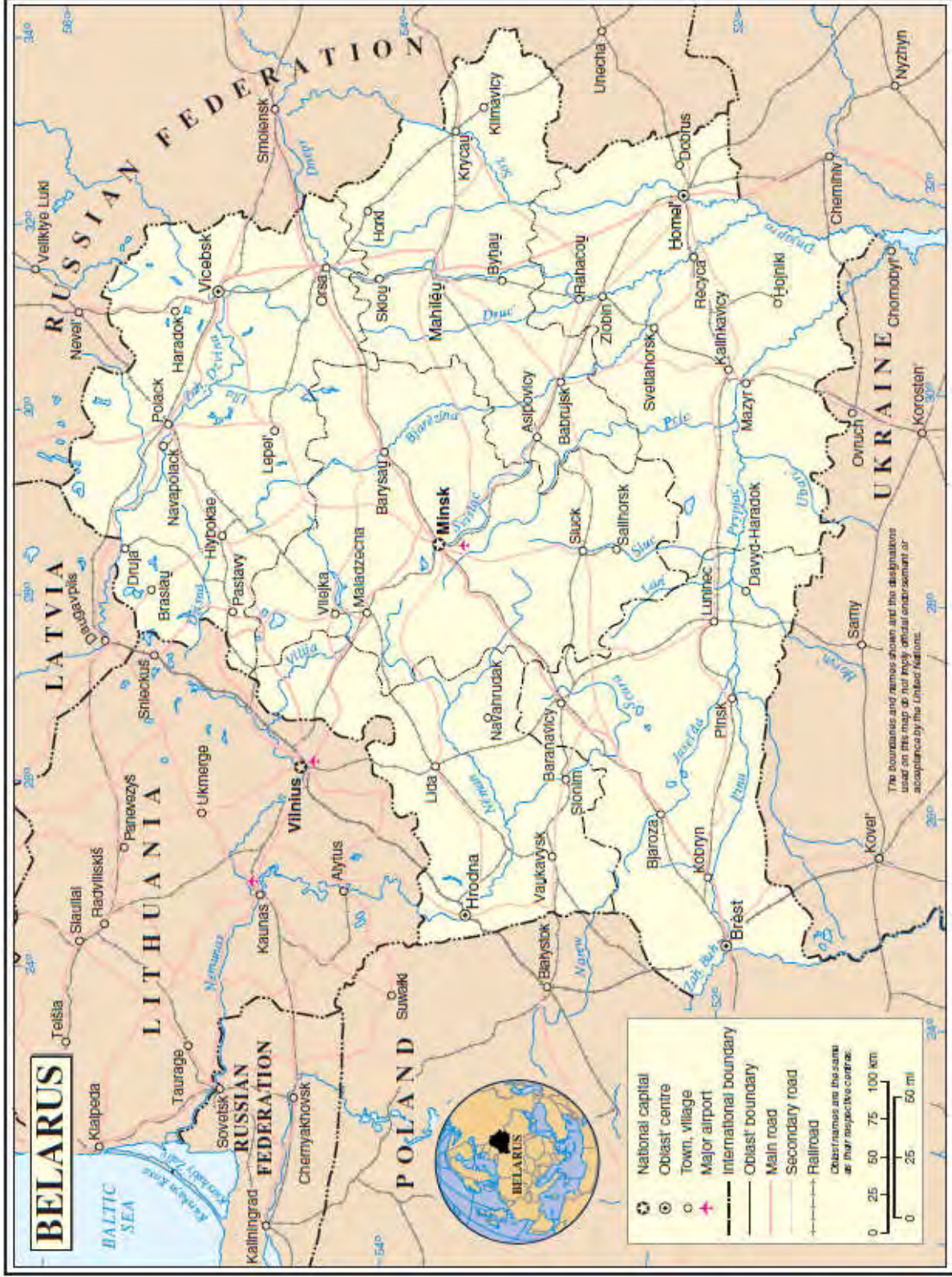
MOLDÁVIA E TRANSNÍSTRIA



Fonte: CIA World Factbook. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/md.html>

Mapa 8

BIELO-RÚSSIA



Fonte: *Seção Cartográfica das Nações Unidas. Disponível em <http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/belarus.pdf>.*

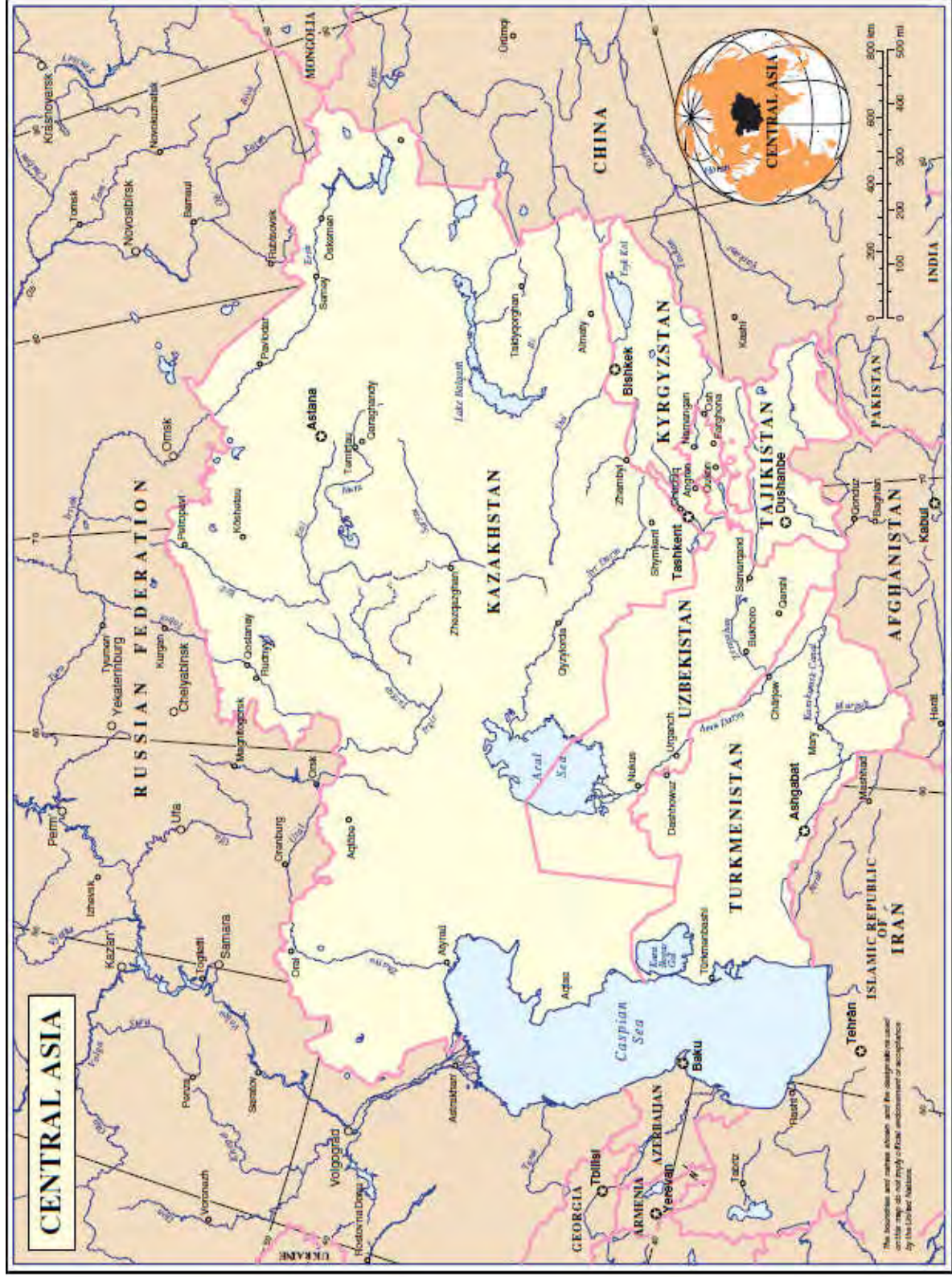
UCRÂNIA



Fonte: Seção Cartográfica das Nações Unidas. Disponível em <http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/ukraine.pdf>

Mapa 10

ÁSIA CENTRAL: CAZAQUISTÃO, QUIRGUISTÃO, TADJIQUISTÃO, TURCOMENISTÃO E UZBEQUISTÃO



Fonte: Seção Cartográfica das Nações Unidas. Disponível em <http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/centrasia.pdf>